## Fundação Universidade Federal de Rondônia Núcleo de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras Mestrado Acadêmico em Letras

## CARLOS EDUARDO DO VALE ORTIZ

O DISCURSO SOBRE AS COTAS RACIAIS COMO FORMA DE ACESSO À UNIVERSIDADE SOB UM OLHAR DECOLONIAL

## CARLOS EDUARDO DO VALE ORTIZ

## O DISCURSO SOBRE AS COTAS RACIAIS COMO FORMA DE ACESSO À UNIVERSIDADE SOB UM OLHAR DECOLONIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marília Pimentel Contiguiba

Linha de Pesquisa: Estudos de diversidade cultural.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

#### O775d Ortiz, Carlos Eduardo do Vale.

O discurso sobre as cotas raciais como forma de acesso à universidade sob um olhar decolonial / Carlos Eduardo do Vale Ortiz. -- Porto Velho, RO, 2021.

100 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Marilia Lima Pimentel Cotinguiba

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

 Pós-Colonial. 2.Cotas Raciais. 3.Análise de conteúdo. 4.Pósgraduação. I. Cotinguiba, Marilia Lima Pimentel. II. Título.

CDU 82.09-054

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça

CRB 11/905

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA MESTRADO EM LETRAS

## LISTA DE VERIFICAÇÃO

Carlos Eduardo do Vale Ortiz

#### O ACESSO DO NEGRO À UNIVERSIDADE SOB UM OLHAR DECOLONIAL

Dissertação apresentada em onze de janeiro de dois mil e vinte um ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

Profa. Dra. Marilia Lima Pimentel Cotinguiba Presidente da Banca e Orientadora (PPGML/UNIR)

> Profa. Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto Membro Externo (UNIR)

> Profa. Dra. Sônia Maria Gomes Sampaio Membro Interno (PPGML/UNIR)

> > Porto Velho – RO 2021



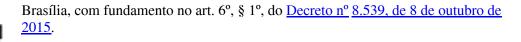
Documento assinado eletronicamente por **AUXILIADORA DOS SANTOS PINTO**, **Docente**, em 21/01/2021, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARILIA LIMA PIMENTEL COTINGUIBA**, **Docente**, em 21/01/2021, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **SONIA MARIA GOMES SAMPAIO**, **Docente**, em 25/01/2021, às 09:54, conforme horário oficial de





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.unir.br/sei/controlador\_externo.php?">http://sei.unir.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **0560592** e o código CRC **803E6CA1**.

 $https://sei.unir.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web\&acao\_origem=arvore\_visualizar\&id\_documento=662529\&infra\_sistem = 100000100\&infra\_u...\ 1/2$ 

10/02/2021 SEI/UNIR - 0560592 - Lista de Verificação

**Referência:** Processo nº 23118.001283/2020-47 SEI nº 0560592

$https://sci.unir.br/sci/controlador.php?acao=documentoImprimir\_web\&acao\_origem=arvore\_visualizar\&id\_documento=662529\&infra\_u$	a_sistema=100000100&i

#### **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, quero agradecer a minha mãe, Daiane Viana do Vale Dias, por sempre me amar e nunca ter desistido de mim. Se eu até aqui cheguei, significa que todo seu esforço valeu a pena. Eu te amo! Agradeço também ao meu padrasto, Moisés dos Santos Dias por todo apoio e incentivo. Não posso deixar de fora, minha avó, a dona Maria Lina Viana, por ser uma fonte de inspiração e sabedoria e por sempre me ensinar as coisas da vida com muito amor. Certamente, ela foi a melhor professora que já tive na vida, pois com ela eu aprendi coisas que nenhuma universidade pode ensinar. Também, agradeço minha tia, Célia Regina Viana do Vale, por me orientar academicamente e me incentivar nessa caminhada.

Sou infinitamente grato aos meus amigos - e pais - Tiago Miranda e Jéssica Miranda e meus pequenos irmãozinhos, Ana Luisa Viana Miranda e Théo Viana Miranda, por sempre me ouvir, me apoiar e me levantar quando eu caia em algumas situações mais delicadas durante esse trajeto. Vocês fizeram e ainda fazem a diferença na minha vida. Eu amo vocês! Posso dizer o mesmo sobre a Irivane Ferreira Portugal, Dary Rodrigues Oliveira, Michael Douglas Rodrigues Portugal e Paulo Roberto de Sousa Oliveira. São pessoas que certamente têm um grande peso nessa conquista, quando eu pensei que não daria mais pra mim, eles me convenceram que era possível. Obrigado a todos vocês!

Minha eterna gratidão a Dr. Nair Gurgel do Amaral, Dr<sup>a</sup> Marília Cotinguiba e a Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Gomes Sampaio, a sabedoria e postura de vocês me inspiram e sempre as levarei como referência. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por me conceder a bolsa durante o período de pós-graduação. Minha eterna gratidão a todos vocês! Espero um dia conseguir retribuir tudo o que fizeram por mim. E se eu tivesse que fazer tudo outra vez, eu faria, pois sei que ainda estariam comigo.

"Existe muita coisa que não te disseram na escola.[...]" (BIA FERREIRA, 2018)

ORTIZ, Carlos Eduardo do Vale. O DISCURSO SOBRE AS COTAS RACIAIS COMO FORMA DE ACESSO À UNIVERSIDADE SOB UM OLHAR DECOLONIAL p. 100. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2020.

#### **RESUMO**

As cotas raciais, como são popularmente conhecidas, surgiram em agosto de 2012 por meio da lei 12.711/2012. A mesma tem como elemento característico, a reserva de parte das vagas para os candidatos pretos, pardos e indígenas. Com o surgimento da nova diretriz, a sociedade e suas respectivas estruturas se polarizaram e o processo fez com que houvesse o surgimento dos mais diversos pressupostos no discurso das pessoas. Assim, o jovem negro que decida ingressar na universidade - pública ou privada - pode optar pelo sistema de cotas. Desse modo, o acesso à universidade passou a ser uma realidade possível para uma grande parcela da sociedade. Em contrapartida, os cotistas - pessoas que ingressam na universidade por meio da lei de cotas - passaram a ser estereotipados na sociedade em um âmbito geral, e tal estereotipia alimenta e propaga o óbice do racismo. Dessa forma, justifica-se esta pesquisa, cuja finalidade maior é demonstrar por meio da análise de conteúdo os traços da colonialidade em nossa cultura. Sendo assim, o objeto de estudo, desta pesquisa, notícias sobre a revogação das cotas na pós-graduação. O objetivo geral da pesquisa é evidenciar e registrar os traços de colonialidade e colonialismo presentes no discurso social sobre os pretos. No que compete ao corpus, foram coletados comentários em notícias selecionadas que foram usados para formar dimensões de análise. A metodologia adotada foi a linha de pesquisa Pós - colonial, visto que a mesma esclarece as ideias de como funciona a refinaria da colonialidade em questões socioculturais. O aporte teórico escolhido concentra-se nos estudos de Bhabha (1999), Fanon (1968), Maldonado (2007), Pratt (1999), Quijano (2005) Tagliani (2020) e Bardin (1977) que fundamentam e esclarecem os pontos relativos à colonialismo, colonialidade, estereótipos e atuação desses preceitos na cultura e sociedade como produtos da colonização, e tal conjuntura encontra apoio nos preceitos da análise de conteúdo. Para subsidiar os estudos a respeito das cotas raciais, trouxemos Flávia Piovesan (2011), Nilma Lino Gomes (2005) e Marcelo Henrique Tragtenberg (2006). Os resultados demonstram que o tema em questão evidencia crenças ligadas a colonialidade que passeiam pelas estruturas sociais, culturais e políticas do Brasil.

Palavras-Chave: Pós-Colonial. Cotas Raciais. Análise de conteúdo. Pós - graduação

ORTIZ, Carlos Eduardo do Vale. O DISCURSO SOBRE AS COTAS RACIAIS COMO FORMA DE ACESSO À UNIVERSIDADE SOB UM OLHAR DECOLONIAL. p. 100. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2020.

#### **ABSTRACT**

Racial quotas, as it is popularly known, emerged in August 2012 through law 12.711 / 2012. It has as a characteristic element, the reservation of part of the vacancies for black, brown and indigenous candidates. With the emergence of the new guideline, society and its respective structures became polarized and the process led to the emergence of the most diverse assumptions in people's discourse. Thus, the young black man who decides to enter the university - public or private - can opt for the quota system. In this way, access to the university became a possible reality for a large portion of society. In contrast, quota holders people who enter the university through the quota law - have started to be stereotyped in society in general, and such stereotyping feeds and propagates the obstacle of racism. Thus, this research is justified, whose main purpose is to demonstrate through content analysis the traces of coloniality in our culture. Thus, the object of study, of this research, is news about the revocation of quotas in graduate school. The general objective of the research is to highlight and register the traces of coloniality and colonialism present in the social discourse about blacks. As far as the corpus is concerned, comments were collected on selected news items that were used to form dimensions of analysis. The methodology adopted was the Post colonial line of research, since it clarifies the ideas of how the coloniality refinery works on socio - cultural issues. The theoretical contribution chosen is concentrated on the studies of Bhabha (1999), Fanon (1968), Maldonado (2007), Pratt (1999), Quijano (2005) Tagliani (2020) and Bardin (1977) that justify and clarify the relative points colonialism, coloniality, stereotypes and the performance of these precepts in culture and society as products of colonization, and this conjuncture finds support in the precepts of content analysis. To support studies on the racial quotas, we brought Flávia Piovesan (2011), Nilma Lino Gomes (2005) and Marcelo Henrique Tragtenberg (2006). The results demonstrate that the theme in question evidences beliefs linked to coloniality that walk through the social, cultural and political structures of Brazil.

**Keywords**: Post-Colonial. Racial quotas. Content analysis. Postgraduate studies

## LISTA DE SIGLAS

IES - Instituição de Ensino Superior

**ONU** – Organizações das Nações Unidas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**PNAD -** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Etapas da educação bancária

Figura 02- Lógica de acesso universitário

Figura 03- Distribuição de vagas conforme a lei 12.711/2012

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
SEÇÃO 1 - ABORDAGEM CONCEITUAL E TEÓRICA	10
1.1 PENSAMENTO PÓS-COLONIAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS	10
SEÇÃO 2 - PRETOS E COTAS UNIVERSITÁRIAS - CONCEPÇÕES & PERSPECTIVAS	18
2.1 - O QUE SIGNIFICA COTA?	18
2.2 - COTA É ESMOLA?	26
2.3 - COTAS PRA QUÊ? O BRASIL É MISCIGENADO E O RACISMO ACABOU!	30
2.4 - ASPECTOS DA PESQUISA	38
SEÇÃO 3 - O GRANDE DEBATE: O MEC DEVERIA CORTAR AS COTAS NAS	
UNIVERSIDADES?	41
3.1 - O CENÁRIO: A UNIVERSIDADE	41
3.2 - O ÚLTIMO ATO	43
3.3 - CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS CATEGORIAS	44
3.4 - ANÁLISE DA PRIMEIRA DIMENSÃO: IGUALDADE E JUSTIÇA.	52
3.5 - ANÁLISE DA SEGUNDA DIMENSÃO: OBSCURANTISMO.	57
3.6 - ANÁLISE DA TERCEIRA DIMENSÃO: AÇÕES GOVERNAMENTAIS.	62
3.7 - ANÁLISE DA QUARTA DIMENSÃO: CARTA - BRANCA.	66
CONSIDERAÇÕES	71
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	84

## INTRODUÇÃO

Mudanças! Eis a palavra que define, de forma precisa, o atual cenário social brasileiro. Aqueles que são vistos como diferentes, exóticos e estranhos ganham mais destaque dentro da comunidade, por meio das redes sociais, como forma de resistência a um discurso hegemônico dominante. Durante minha infância e adolescência, sempre tive alguns questionamentos sobre coisas que aconteciam com as pessoas. Um dos principais questionamentos, era: Por que meu cabelo enrolado é feio e o cabelo enrolado do meu colega mais claro que eu é bonito? Por que quando eu estou na esquina, parado, sou abordado pela polícia por ser um suspeito e meu amigo que estava na mesma situação não passa pelo mesmo que eu? Por que eu recebo apelidos por ser preto? Devo entender que isso é normal? Por que, eu sendo aluno de escola pública, onde muitas vezes não tínhamos aula, pois os professores faltavam ou a escola não tinha os materiais necessários para aula acontecer, era cobrado em um nível que não me era proporcionado e ainda tinha que me esforçar duas, três vezes mais pra chegar onde outras pessoas chegam com menos esforço que eu? A elite social perpetua a ideia de hierarquização por meio do seu sistema político e econômico. E esse contexto, pode ser explicado como um produto da globalização.¹

O fenômeno da globalização foi o responsável por colocar em evidência, uma multiplicidade, que já era existente, porém marginalizada. Essa multiplicidade fere-se aos sujeitos com culturas, valores, orientações sexuais, crenças e ideologias políticas que diferem de uma parcela social que domina as estruturas comunitárias. Negros, indígenas, mulheres, gays e outros, constituem uma massa que sempre esteve às margens da sociedade. E, somando com fatores que foram trazidos pela globalização, essa mesma massa passou a ganhar visibilidade na mídia de forma geral. Os resultados dessa visibilidade trouxeram à tona, questões históricas, ainda essencialmente, reais na comunidade, como por exemplo, o racismo, a homofobia, o machismo, a xenofobia, entre outros laivos.

Sob o mesmo ponto de vista, o campo acadêmico - especificamente, a universidade - possui um público, essencialmente, multicultural. Lugar de construção de conhecimento de identidades, de descobertas e de resistência. Assim, debates que envolvem as ideias relativas a

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> De acordo com Boaventura Santos (2001), a globalização é um processo hegemônico e sincronicamente contra-hegemônico no que compete a relação entre local e global. Assim, esse fenômeno faz com que alguns valores sociais, políticos e culturais sejam oprimidos, semelhantemente ao que ocorreu no período colonial e outros sejam ressaltados, assim como objetiva a essência dos valores decoloniais.

lutas de classe são comuns dentro do espaço da universidade. Por outro lado, esse espaço tem sido alvo de constantes ataques por parte do atual cenário político nacional. Os discursos conservadores estão mais presentes dentro do campo universitário e esse conservadorismo está sendo legitimado pela política brasileira. O lugar de construção de conhecimento passa a ser um lugar de conflito e silenciamento.

Esse movimento, que começou no Brasil há pouco mais de uma década, empreendeu diversos mecanismos de luta e enfrentamentos na tentativa de reconhecimento e possibilidades de existência. Essa luta, aos poucos, passou a ser uma das bandeiras do Estado brasileiro, sobretudo, quando começa a implementar programas de conscientização, datas comemorativas e até mesmo políticas públicas. Assim, indígenas, deficientes físicos, gays e negros, que sofreram e ainda sofrem com um estereótipo que os identifica, define e discrimina, passa - ao menos, em uma perspectiva teórica - a ter espaço nas esferas sociais.

Nessa perspectiva, em relação ao povo negro, destaca-se a lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012. Sendo essa, a lei que "dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências", e no mesmo sentido, o decreto n° 7.824 de 11 de outubro de 2012 que "regulamenta a lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio."

Nesse sentido, buscou-se responder às seguintes questões nesta pesquisa: 1. Quais são os entendimentos dos sujeitos sobre a política de cotas? 2. Em quais valores os discursos desses sujeitos estão baseados?. Para responder tais questionamentos, a pesquisa caminhou sob a luz dos seguintes objetivos específicos: 1. Identificar os principais discursos dos sujeitos sobre a aplicação da lei n°12.711/2012. 2. Registrar quais são as crenças que estão presentes dentro dos discursos desses sujeitos sobre a temática da lei de cotas e o ingresso do negro à universidade.

Assim, a investigação contou com as pontuações de Bhabha (1999), Fanon (1968), Maldonado (2007), Pratt (1999), Quijano (2005) Tagliani (2020) e Bardin (1977) que fundamentam e esclarecem os pontos relativos à colonialismo, colonialidade, discriminações e atuação desses preceitos na cultura e sociedade como produtos da colonização, e tal conjuntura encontra apoio nos preceitos da análise de conteúdo. Para subsidiar os estudos a respeito das cotas raciais, trouxemos Flávia Piovesan (2011), Nilma Lino Gomes (2005) e Marcelo Henrique Tragtenberg (2006).

Para analisar os dados, os posicionamento de Bardin (1977) foram usados para que fossem construídas categorias temáticas, e essas categorias foram construídas com base nos

discursos coletados em notícias selecionadas sobre o acesso do negro às universidades. Os discursos marcam tempo, espaço, história, subjetividades e coletividades. Seu registro e análise transpassam a linguagem e alcançam a compreensão do indivíduo e seu coletivo e dos mais variados aspectos da vida humana. Analisar o discurso não é ficar limitado à linguagem.

Analisar discursos é um processo essencial na pesquisa acadêmica, pois com ela há o registro e a busca da compreensão da linguagem atravessada por uma história, um espaço, um tempo, memória, identidade, fenômenos sociais etc. É importante considerar as condições concretas de produção de um discurso, o sujeito e seu contexto sociocultural, o que está posto para determinado indivíduo de uma determinada classe social, as ideologias radicadas nas práticas discursivas e a serviço de quem elas estão. (FERNANDES, 2005, p.102)

Desse modo, para responder às questões norteadores, tivemos como objetivo principal, registrar quais os traços de colonialidade e colonialismo nos discursos dos sujeitos sobre o acesso do negro à universidade. Assim, a pesquisa foi estruturada da seguinte maneira: A introdução traz uma pequena descrição sobre a temática do escrito, seus objetivos, o aporte teórico e a metodologia usada para que as perguntas norteadoras fossem respondidas. Na seção 1, é apresentado os conceitos relativos às concepções e aos conceitos da teoria pós-colonial, assim como seus principais pensadores e seus alertas para a necessidade de uma descolonização epistêmica.

Na seção 2, as diretrizes da lei de nº 12.711/2012 são apresentadas, assim como a repercussão que a mesma causou na sociedade com sua implementação. Nessa seção, buscamos explicar o que são as cotas, qual o objetivo delas no âmbito sociocultural e político e expor as principais justificativas de sua aplicabilidade no Brasil levando em consideração o contexto social e histórico.

Na terceira e última seção, é apresentado os aspectos metodológicos da pesquisa, assim como as principais concepções do que é a universidade. Em seguida, ainda na mesma seção, há a especificação de como ocorreu a seleção dos comentários, assim como seus respectivos critérios para que fossem construídas categorias, onde esses comentários se encaixam para que por fim, houvesse a análise dos discursos conforme os valores do pós-colonial. Por fim, as considerações são apresentadas levando em consideração os dados obtidos e propondo uma reflexão crítica sobre a temática.

## SEÇÃO 1 - ABORDAGEM CONCEITUAL E TEÓRICA

Nesta seção, há pontuações sobre o que é a literatura pós-colonial, assim como quais são seus valores e atribuições dentro do atual contexto sociocultural da sociedade em um âmbito geral. Dentro das conceituações, os autores Fanon (1968), Memmi (1967), Bhabha (1998), Maldonado (2007), entre outros pensadores, auxiliam no norte epistemológico e ideológico do que pode ser entendido e definido como Pós-colonialidade.

## 1.1 PENSAMENTO PÓS-COLONIAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

"Luto pelos meus direitos!", essa expressão tem sido cada vez mais recorrente dentro da atual sociedade. Contudo, a ideia, por trás dessa expressão, possui um contexto muito mais intenso e concreto do que aparenta. Dentro de uma perspectiva teórica, surge, em meados da década de 1970.

A noção do colonialismo e dos estudos pós-coloniais<sup>2</sup> começa nos estudos culturais e dentro desses estudos, a corrente de pensamento ganha estrutura e perspectivas dentro do mundo epistêmico. No que se refere aos estudos culturais, é interessante ter o entendimento claro sobre o que eles são e quais são seus respectivos princípios. Desse modo, podemos trabalhar com a concepção de Schwarz (1994) sobre os estudos culturais:

[...] a identificação explícita das culturas vividas como um projeto distinto de estudo, o reconhecimento da autonomia e complexidade das formas simbólicas em si mesmas; a crença de que as classes populares possuíam suas próprias formas culturais, dignas de nome, recusando todas as denúncias, por parte da chamada alta cultura, do barbarismo das camadas sociais mais baixas; e a insistência em que o estudo da cultura não poderia ser confinado a uma disciplina única, mas era necessariamente inter, ou mesmo anti, disciplinar. SCHWARZ (p. 380, 1994)

Além disso, pode-se afirmar que esses princípios ganham força e são disseminados por alguns autores, de forma particular, temos: os indianos Gayatri Spivak (2010), Homi Bhabha (1998) e o palestino Edward Said (1999). Três autores que vieram de um 'outro mundo' e conseguiram ter suas principais publicações em território norte americano, ganhando, assim, destaque mundial.

O que seria realmente essa corrente de pensamento denominada 'pós-colonial'? Para tentar responder tal indagação, ao analisarmos a obra de Frantz Fanon (1968) intitulada *Os* 

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> "A preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador". (ROSEVICS, 2017, p.188)

condenados da terra, percebe-se, de forma quase palpável, que o autor atiça o povo a rebelar-se contra os seus algozes e, assim, garantir a liberdade. Tudo isso em um contexto de literal colonização.

Sob o mesmo ponto de vista, em *Epistemologias do Sul* de Boaventura Santos (2014), o autor expõe os preconceitos epistemológicos com o *outro* e pontua, através da ideologia da *Ecologia dos saberes*, que o marginalizado, aquele que não faz parte do centro, aquele que não está no 'norte', também pode construir e contribuir para o conhecimento de uma forma geral. Tudo isso, em um contexto de emancipação de uma colonização epistêmica<sup>3</sup>.

Assim, pode-se afirmar que essas pontuações não conceituam os estudos pós-coloniais, mas já demonstram parte de sua essência. A ideia de revide, de emancipação, de luta pelos direitos representa parte do que é o pós-colonial. Atualmente, o termo em questão tem sido usado dentro de outras correntes e aplicado em outros âmbitos. Assim, não é incorreto falar da existência de 'pós-colonialismos'. Ashcroft declara que a teoria pós-colonial existia antes mesmo dela ganhar força no campo da literatura. (ASHCROFT et al., 1995).

Desse modo, uma das definições de literatura pós-colonial consiste em: "Literatura pós-colonial é a literatura produzida por aqueles povos que foram colonizados pelas forças imperiais europeias, (e que o termo cobre) todas as culturas afetadas pelo processo imperial desde o momento da colonização até os dias atuais" (ASHCROFT, 2001 apud NENEVÉ, 2006, p. 159.).

Vale ressaltar que o fato de o termo ser usado em outras ramificações e contextualizações, não faz com que o movimento seja visto como parte do modernismo ou de ramificações da atualidade. Destarte, o pós-colonial não deve ser visto como uma das partes do modernismo, por exemplo, e sim, como uma estrutura semelhante, nunca a mesma.

Nenevé e Sampaio (2016) afirmam na obra intitulada "*Pós- colonialismos*", que "Pós-colonial para nós, se refere quase sempre, a algo contra o colonialismo, ou ainda a algo que promove discussões sobre o fardo do colonialismo bem como a todo tipo de opressão"

E continuam:

O pós-colonial, portanto, está preocupado em elaborar formas de resistência contra as injustiças e opressões visíveis em nossa sociedade. A colaboração do pós-colonial é, portanto, como vimos argumentando, uma postura anticolonial, contra todo tipo de preconceito, de desigualdade e injustiças. (NENEVÉ e SAMPAIO, 2016, p. 16.)

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Deste modo, a problemática da pós-colonialidade passa por uma revisão crítica de conceitos hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna, como sejam história, cultura ou conhecimento, a partir de uma perspectiva e condição de subalternidade. Como os ensaios que integram esta edição revelam, revisitar estes conceitos integra várias exigências: a histórica, ou seja, a necessidade de repensar todos os passados e perspectivas futuras à luz de outras perspectivas, que não as do Norte global; a ontológica, que passa pela renegociação das definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, a epistémica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento, desafiando o privilégio epistémico do Norte global. (MENESES, 2008, p.6)

Da mesma maneira, Fanon (2003) relata:

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colonizador limitar físicamente o colonizado, com suas polícias e seus exércitos, o espaço do colonizado. Assim, para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colonizador faz do colonizado uma quinta-essência do mal. A sociedade colonizada não somente se define como uma sociedade sem valores [...] O indígena é declarado impermeável à ética, aos valores. É, e nos atrevemos a dizer, o inimigo dos valores. Neste sentido, ele é um mal absoluto. Elemento corrosivo de tudo o que o cerca, elemento deformador, capaz de desfigurar tudo que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas. (FANON, 2003, p. 35-36.).

Além disso, no que compete às características, o pós-colonialismo ou o anticolonial, como também é conhecido, tem como marca a luta constante contra os valores eurocêntricos que foram impostos durante o processo de colonização. Além de combater valores do colonialismo e da colonialidade<sup>4</sup>.

Vale ressaltar que ao estudar ou abordar a teoria pós-colonial, torna-se quase que uma exigência, singularizar o que é colonialidade e colonialismo. Portanto, nessa mesma necessidade de distinguir a colonialidade do colonialismo, Maldonado (2007) discorre:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raca. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONADO, 2007, p. 131.)

Assim, podemos singularizar a colonialidade como uma espécie de consequência ideológica do colonialismo. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2007) pontua, em relação ao que seria essas 'consequências', da seguinte maneira:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Estabelece-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular deste padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana e escala social (QUIJANO, 2007, p. 93.

Ainda sobre os agentes do processo, e relacionando-se com a conjectura em questão, Memmi (1967) em seu clássico indispensável "Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador" explica:

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Aníbal Quijano (2010, p. 84) afirma que colonialidade é o estabelecimento do capitalismo como padrão de funcionamento e de relação de poder atuando por meio da "imposição de uma classificação racial-étnica da população do mundo".

Quais são os interesses do colonizador? Explorar os recursos naturais do país e a mão-de-obra nativa pelo mais baixo preço. Manter a colônia na situação de área produtiva de matérias-primas e gêneros tropicais e importadora de manufaturas, isto é, dos produtos fabricados na metrópole. Quais são os interesses do colonizado? Converter a colônia em um país independente, desenvolvê-lo economicamente incorporar a ciência e a tecnologia modernas, elevar a capacidade aquisitiva e o nível de vida de suas populações, e preservar, tanto quanto possível, a sua fisionomia nacional. (MEMMI, 1967, p. 7)

Logo, a colonialidade é o fenômeno responsável por segmentar a sociedade em 'blocos'. Os ricos de um lado, os pobres de outro, os brancos possuem benefícios, os negros, obrigações, entre outras colonialidades afins. A colonização é tão diversa e singular que não é perceptível a reprodução dos discursos que desprezam a nós mesmos, os próprios colonizados.

Sob o mesmo ponto de vista e dentro de uma perspectiva histórica, o processo de colonização, em meados do século XVI, deixa mais claro como o colonizador atuou sobre o colonizado. O colonizador possui a habilidade de dominar o colonizado através de uma perspicácia ímpar, em outros termos, colonizador entende que definir o sujeito - no caso o colonizado - é a forma mais poderosa de dominação existente. E assim, o processo de definição do sujeito era feito através do discurso<sup>5</sup> que o colonizador propagava sobre o colonizado e suas respectivas características. Discurso esse que era sempre carregado de ideias pré concebidas, onde o superior, o correto e o adequado caracterizavam sempre o europeu/colonizador.

## Ademais, Bonnici (2000) pontua:

Na teoria pós-colonial o Outro é o centro imperial, o discurso imperial, a metrópole. O Outro proporciona os termos através dos quais o sujeito colonizado fabrica sua identidade dependente. O Outro é também o aparato ideológico absoluto através do qual o colonizado começa a se ver e a ver o mundo ao redor dele. Portanto, o sujeito existe no fitar e no olhar do outro e sendo o poder colonizador como um fator maternal, introduz noções de pátria e de seus derivados em sua ideologia (BONNICI, 2000, p. 133).

Assim, sabe-se que definir, discriminar e repetir o que foi definido, foi a estratégia utilizada pelo colonizador, para deturpar, dominar e explorar os colonizados. A repetição dessas mensagens opressoras são vistas como as principais ferramentas de dominação com o colonizado. Bhabha (1999, p.105) define essa repetição como "demoníaca". Pois a mesma, consegue, não só afetar o social, mas também o psicológico de toda uma comunidade.

[...] em nossa época chamada de pós-colonial, na qual o imperialismo é visto como substituído pela globalização, a pele branca continua agradando, as filhas continuam

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> "Conjunto de sentenças e enunciados que demonstram o modo comportamental ou as ações particulares de um grupo, ideologia, assunto etc." - <a href="https://www.dicio.com.br">https://www.dicio.com.br</a>.

sendo vendidas, e os mitos imperiais continuam gerando significados, desejos e ações. Falta muito para que nos descolonizemos (PRATT, 1999, p. 15).

Pode-se afirmar que o colonizador sempre será o sujeito "padrão" e o colonizado sempre será o sujeito inferior e passivo, sem capacidade de fazer coisas boas, tendo sempre um péssimo gosto sociocultural (hábitos e padrões inferiores) e sempre "precisando" de um outro sujeito para mostrar o caminho correto.

Sob o mesmo ponto de vista, o colonizado se constitui dentro de um sistema essencialmente refinado, onde o colonizador é o centro. Assim, o sujeito colonizado passa a ser persuadido - quase sempre, de forma inconsciente - a aderir aquilo que o Outro (colonizador) estipulou como pertinente.

Em concordância com tal conjectura, Fanon em sua obra "Pele negra, máscaras brancas" diz sobre o negro/colonizado: Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva (FANON, 2008, p. 34). Quando e como surge o sujeito colonizado? Surge a partir do momento em que o colonizador se define como superior, como aquele que pode fazer e resolver. Nesse momento, de forma indireta, ele diz quem é o outro (o colonizado), e esse outro passa a acreditar que é tudo aquilo que ele (o colonizador) não é. Assim, dentro de uma ótica teórica, esse quadro é entendido como "Outremização".

Bonnici em relação ao contexto em questão, discorre: "Outremização é o processo pelo qual o discurso imperial fabrica o outro. O outro é o excluído que começa a existir pelo poder do discurso colonial. Constitui-se o "Outro" colonizador quando os outros colonizados são fabricados". (BONNICI, 2005, p. 54)

Desse modo, o colonizador sempre conseguiu expor e impor seus valores sobre os povos que foram colonizados. Dentro do que se conhece sobre a Outremização, sabe-se que o colonizador sempre se viu como superior e adequado, logo o sujeito colonizado era inferior e inadequado para tudo o que se dispunha a fazer. Assim, a colonialidade tem suas raízes fincadas na parte mais profunda do sujeito colonizado. O Colonialismo, não foi só implantado no âmbito histórico, social, cultural e epistemológico, mas também, no amor próprio do sujeito pela vida e pelo que ele é.

Na obra *Prospero and Caliban: A psicologia da colonização*, Octave Mannoni (1964) declara que o colonizador não vê o mundo do outro e consequentemente não respeita nem sua cultura nem sua história. Sob o mesmo ponto de vista, Fanon (2008) em sua obra *Pele negra, máscaras brancas*, pontua que o processo de colonização é mais complexo do que aparenta, pois deve ser considerado o texto e o contexto, nesse caso, o contexto social, cultural,

histórico e principalmente de identificação do sujeito - tanto do colonizado, quanto do colonizador - no desenrolar do fenômeno em questão.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente o mundo do branco. [...] Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008, p. 94).

Vale ressaltar que a atual situação do colonizado passa a ser justificada ao analisarmos o discurso do colonizador sobre o colonizado. Um discurso que sempre reforçou equívocos, histórias deturpadas e verdades incompletas - ou apenas um lado do que seria a verdade. Seguindo a mesma linha de pensamento, Bhabha (1998) declara:

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma nação sujeita, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. (BHABHA, 1998, p. 15)

Nesse mesmo sentido, Bhabha (2013, p.117) traz a ideia de que o todo o discurso colonial tem em sua essência uma fixidez que está presente na história, sociedade e cultura. Essa fixidez, de acordo com o autor, está baseada em repetições de rótulos que constituem o imaginário da estrutura social.

O conceito de uma ideia pré determinada repetida várias vezes faz um que a mesma seja vista e entendida como verdade, dentro do eixo em que ela foi disseminada, assim pensando em tal contextualização, o autor retrata tal fenômeno da fixidez do discurso colonial como produto de uma "repetição demoníaca" de ideias pré estabelecidas. Ideias essas que legitimam o racismo, a intolerância religiosa, a homofobia, a misoginia e entre outros laivos.

Contudo, e em resposta ao tempo de exploração e colonização, a perspectiva decolonial<sup>6</sup> surge e visa essencialmente reverter o que o colonizador pregou por anos. Fanon, por exemplo, deixa clara sua concepção em relação ao comportamento que se espera do intelectual colonizado. Para o autor, para que o decolonial seja operativo, torna-se necessário que o colonizado tenha interesse em contar sua história, sua cultura e desmistifique o discurso do colonizador.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...] Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua. (COLAÇO, 2012, p.08)

O homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança. Mas para garantir a esperança, para lhe dar densidade, é preciso participar da ação, engajar-se de corpo e alma no combate nacional. Pode-se falar tudo, mas quando se decide falar dessa coisa única na vida de um homem, que representa o fato de abrir o horizonte, de levar a luz à sua casa, de pôr em pé o indivíduo e seu povo, então é necessário colaborar muscularmente (FANON,1968, p. 193).

Assim, pode-se afirmar que a única forma de amenizar os efeitos da colonização na sociedade é debater, repensar, argumentar, dialogar e escrever sobre o que se passou, como se passou e o que pode ser feito para que a colonialidade seja amenizada dentro do âmbito social e moral. Logo, essas ações é o que nos faz ser anticolonial/decolonial.

Sob o mesmo ponto de vista, e no que compete aos resultados da colonização para o colonizado, Césaire (2010, p.24-25) esclarece da seguinte maneira:

Segurança? Cultura? Juridismo? Entretanto, olho e vejo por toda a parte onde existem, frente a frente, colonizadores e colonizados, a força, a brutalidade, a crueldade, o sadismo, o choque, e, parodiando a formação cultural, a fabricação apressada de uns tantos milhares de funcionários subalternos, "boys", artesãos, empregados de comércio e intérpretes necessários à boa marcha dos negócios. Falei de contacto. Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contacto humano, mas relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitre, chicote e o indígena em instrumento de produção. É minha vez de enunciar uma equação: colonização=coisificação. (CÉSAIRE,2010, p. 24-25)

Destarte, entende-se que o pós-colonial/anticolonial surge com o objetivo de recontar histórias que já são conhecidas, porém estruturalmente deformadas por um discurso que visa apropriar-se de tudo aquilo que não constitui o "eu". No que compete aos produtos do processo em questão, deve-se considerar que a atual sociedade reconhece que muitas narrativas sobre os pretos, homossexuais, indígenas, mulheres e outros, são deturpadas e evidenciadas por somente uma perspectiva que desconsidera o "todo". Contudo, desvendar e expor a real essência da narrativa e desse "outro" que nela está incluído, nos coloca em uma situação hermética.

O sujeito da atual sociedade vive em circunstâncias inconsistentes, nessa mesma ideia, Bauman (2003) nos mostra que as estruturas comunitárias são semelhantes ao "líquido", visto que se algo é líquido, então não possui consistência. Sob o mesmo ponto de vista, Bauman (2003) declara que assim como a sociedade, os indivíduos são "líquidos", ou seja, ambos não possuem uma consistência em valores e ideologias e tudo passa a ser mutável e imediato.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> "A metáfora da liquidez utilizada pelo sociólogo Zygmunt Bauman explicita de forma clara a dinâmica com a qual, não só as relações humanas, mas o campo econômico e político se apresentam no que ele próprio chama de "Modernidade Líquida".(FREIRE,2010, p.1)

Portanto, a colonialidade fixou no colonizado um conjunto de cismas que fez com que o povo - os colonizados - tivessem de si, uma auto imagem inferiorizada de quem realmente são e do que podem fazer. Em contrapartida, a decolonialidade surge com o objetivo de fazer com que o colonizado reveja sua imagem, reveja seus ideais e tenha um novo posicionamento sobre o seu "eu".

A luta que deve ser travada gira em torno dos produtos da colonialidade e não do colonialismo. Sob o mesmo ponto de vista, em relação ao combate aos produtos da colonialidade, Bhabha (1999, p.127) discorre: "O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber exercício do poder". Ou seja, o estereótipo foi o instrumento mais 'eficaz', capaz de explorar e obter lucro através do colonizado. Lucro esse, que não veio só da exploração de terras, rios e bens. Pode-se dizer que o lucro maior, veio da autodeclaração de superioridade, que o colonizador obteve através do colonizado

A palavra final pertence a Fanon: esse comportamento (colonizador) traz uma determinação de objetificar, confinar, prender, endurecer. Expressões como "Eu os conheço", "é assim que eles são", mostram essa objetificação máxima atingida com sucesso... Há de um lado uma cultura na qual podem ser reconhecidas qualidades de dinamismo, crescimento e profundidade. Contra isto temos [em culturas coloniais] características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura. - (Fanon Apud Bhabha,1999, p. 128)

A colonialidade sempre constituiu a sociedade. Sua essência e seus traços influenciaram questões culturais, sociais, éticas, políticas e até mesmo religiosas do mundo por séculos. A legitimidade dos valores coloniais é proporcionada por uma série de ideias pré concebidas que são repetidas de maneiras diferentes e em contextos distintos que sempre valorizam a classe colonizadora que permanece a mesma por séculos.

Dentro do mesmo panorama e dentro de uma perspectiva político administrativa, os países começaram a pensar em políticas e programas que visassem a quebra da ideologia segregacionista que foi legitimada e incorporada nas mais variadas áreas das engrenagens sociais. Exemplificando, o Brasil e entre outros países da América, começaram a aplicar de forma gradual, em meados do século XX e início do XXI, políticas públicas que se apresentavam como medidas para reduzir os laivos socioculturais.

A próxima seção trabalha com os parâmetros da Lei nº 12.711 que foi promulgada em 29 de agosto de 2012, ela "dispõe sobre a admissão nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico" e o decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012 que regulamenta a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. As concepções, a aplicação e entre outros elementos

que fazem circundam essa política pública serão pontuados na próxima seção e retomados nas análises.

# SEÇÃO 2 - PRETOS E COTAS UNIVERSITÁRIAS - CONCEPÇÕES & PERSPECTIVAS

Nessa seção, serão abordados aspectos que envolvem as cotas raciais e as inferências que as mesmas geram dentro da comunidade de forma geral e como a academia age diante aos processos ideológicos que constituem o debate sobre o acesso do jovem negro à universidade pública através da lei n°12.711/2012. Além disso, também serão abordados na parte final da seção os aspectos da pesquisa no que se refere a metodologia escolhida e suas respectivas características.

#### 2.1 - O QUE SIGNIFICA COTA?

As ações afirmativas são vistas e entendidas como um sistema de políticas - que podem ter origem tanto no espaço privado quanto público - que buscam incluir nas instituições sujeitos com origens e raízes distintas para que a ideia do multicultural seja concreta e auxilie na diminuição de preceitos discriminatórios dentro dessas estruturas sociais (GOMES, 2003).

Assim, no que se refere à ideia de ações afirmativas, umas das mais conhecidas gira em torno do sistema de cotas para pretos, pardos e indígenas. "A primeira universidade federal a adotar cotas para pretos e índios foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004" (LIMA, 2004, p.142). No final de 2010, 71,3% das universidades públicas brasileiras tinham implantado programas de ação afirmativa social e/ou racial na abordagem de cotas (FERES JR., 2011).

Sob o mesmo ponto de vista, e no que corresponde às cotas, Vanali (2019) pontua o seguinte:

O formato de "cota" é predominante. Trata-se de um sistema de reserva de vagas em que uma parcela das vagas do programa é destinada a estudantes pertencentes a certos grupos sociais e/ou étnico-raciais. Alguns programas oferecem um determinado número de vagas adicionais destinadas exclusivamente para pessoas pertencentes a grupos específicos; outros estabelecem cotas para um determinado grupo e vagas adicionais para outros grupos de beneficiários; ou criam vagas adicionais para certos grupos, os quais são submetidos a processos seletivos separados e com regras distintas. (VANALI, 2019, p.11)

Uma outra concepção sobre o que seriam as ações afirmativas/cotas raciais, é ensinada por Gomes (2001) ao pontuar sobre a temática que a mesma é:

[...]de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego (GOMES, 2001, p. 40).

Logo, entende-se que tal política afirmativa surgiu com o objetivo de reverter um quadro socioculturalmente desfavorável para as minorias, o que inclui o negro. Mas, quem é o negro dentro da sociedade? Para que tal questionamento possa ser respondido de forma coesa, torna-se necessário retomar perspectivas conceituais sobre o que seria e como se desenvolve a cultura nacional.

Dentro de uma perspectiva inicial, pautada no começo da sociedade brasileira, sabe-se que o estereótipo sempre seguiu o negro, pois sempre houve a necessidade de separar e subjugar os indivíduos que não pertenciam à elite branca e essencialmente colonizadora. Em uma linha histórica que vai desde o processo de colonização do Brasil até os dias de hoje, o estereótipo padrão sempre foi único: "Para ser aceito e respeitado, você precisa ser branco, com cabelo liso, com olhos claros e, preferencialmente, rico". Sendo esse, um produto eurocêntrico.

No que compete ao que é entendido como cultura, Hall (1997) nos diz que a cultura é uma condição constitutiva da vida social. Laraia (1999) diz que a cultura é o único sistema que nos separa dos seres primitivos, isso visto que a cultura é um sistema que passa de geração em geração, pois a mesma é um conjunto de hábitos, onde os membros de uma determinada localidade optam em seguir e padronizar certos preceitos.

Seguindo a linha de pensamento relativo ao entendimento de cultura, e com base no que é delimitado como produto do processo de colonização: subjugações, estereotipia, selvageria, objetificação e outros elementos, determinaram os caminhos dos pretos perante as estruturas do que foi e do que é atualmente a sociedade. "Determinismo" esse, associado aos valores inconstantes da cultura.

Munanga (1986, p. 52) declara: "não se pode desconhecer que o mundo negro no seu conjunto vive uma situação específica, sofrendo discriminação baseada na cor da sua pele". Ou seja, o problema contra o sujeito negro é real, palpável e inegável. Tal problemática persegue o sujeito de pele negra desde os primórdios sociais do Brasil.

Dentro do processo de elitização sociocultural, o negro sempre foi subjugado e depreciado, não pelas suas roupas, formas de falar ou origem. O negro sempre foi depreciado

pela sua cor, e esse critério está sendo repetido através de ideologias e discursos. Logo, a cor é o fator predominante, baseado na perspectiva histórica de hierarquização, que ainda dita regras de liberação de acesso dos pretos dentro das esferas sociais. (LOURO, 2000)

Em exemplificação, pode-se observar o fato de que os pretos, na atual sociedade, não conhecem sua própria cultura e origem. Um dos contextos se dá pelo fato de as escolas, por exemplo, ainda retratarem o negro como o ser que vive e representa as periferias, além de fazer menção ao povo negro somente nos aspectos que remetem ao período de escravidão. pretos e escravos eram vistos como a mesma coisa, como o mesmo objeto. E essa associação do período colonial do Brasil ainda persegue a comunidade negra de todas as idades e gêneros na sociedade. O que muda são apenas as representações.

A sociedade brasileira começou a estruturar-se após o período da "abolição" da escravatura. O governo que ficou responsável por administrar o povo no período pós-abolição tomou uma decisão, e apresentou para o mundo, o que hoje é conhecido como "política de branqueamento" e na época era entendido como uma "política de estado". (HASENBALG, 1997).

Os pretos, após a abolição, formavam pequenos "guetos" e perambulavam pela sociedade de forma livre e desprovida do contexto escravocrata. Contudo, os mesmos não eram inseridos no mercado de trabalho e de outras estruturas sociais, pois eles não possuíam preparo para atividades administrativas e nem para outros serviços que exigiam um nível de conhecimento adequado e específico para executar as respectivas funções trabalhistas. Isso, em virtude da escravidão que refreou e silenciou o progresso dos pretos, limitando, eles e seus descendentes, aos quilombos e serviços manuais por séculos.

Com essa política nacional, houve um incentivo por parte do governo brasileiro, para que estrangeiros pudessem chegar ao Brasil e para que houvesse com o tempo, uma miscigenação entre os pretos e os europeus devidamente selecionados. Assim, os pretos desapareceriam e um "branqueamento social" aconteceria no Brasil. Sendo essa proposta, vista e entendida como propícia para que o número de pretos nos espaços urbanos fosse radicalmente diminuído com o tempo.

Em meados da década de 20 e início da década de 30, o governo populista de Vargas lançou em escala internacional a imagem de um Brasil miscigenado. A ideia de mestiçagem tomou conta do ideológico internacional quando a temática girava em torno do Brasil e o seu povo. Os brasileiros eram vistos como povo tolerante que vivia em uma civilização tropical onde a mistura de raças era concreta e a ideia de democracia racial era eficaz e exemplar.

Esse preceito ideológico fez com que a imagem nacional fosse encaixada dentro de um paradigma que levava em consideração uma harmonia social onde os pretos, indígenas e brancos fossem tratados da mesma forma, sem discriminação ou outros laivos. Tal fenômeno foi o precursor da ideia de que o racismo não era uma realidade dentro do cenário nacional, pois se as "raças" viviam em harmonia e existia a premissa de uma mestiçagem na comunidade, não se poderia afirmar que existiam brancos, pretos, indígenas e outros, pois todos no Brasil eram "mestiços" e a paz racial reinava.

Em consonância, Pinto (1998) relata que após o fim da Segunda Guerra mundial, um período marcado por inúmeras mortes e por ideias extremamente racistas, preconceituosas e desumanas, estudos de caráter sociocultural foram realizados em alguns países para que houvesse um mapeamento/delimitação do que seria viver em "harmonia racial". Um dos países selecionados para que houvesse tal mapeamento, foi o Brasil. Isso, em virtude do fato de o governo brasileiro propagar a imagem identitária de uma nação miscigenada.

Assim, de acordo com Pinto (1998) e outros pesquisadores que abordam como ocorreu essa pesquisa em questão, o resultado esperado do Brasil foi totalmente diferente do que o governo e seus representantes brasileiros pregavam na época. Segundo o autor, os resultados apontaram para uma desigualdade social e racial entre os brasileiros em uma escala alarmante. Essas desigualdades foram registradas no mercado de trabalho, nos centros sociais, nas periferias e entre outros espaços de algumas capitais brasileiras. A discrepância entre pretos e brancos, nos mais variados aspectos, foi vista e considerada como alarmante e, com isso, o discurso de hegemonia social e democracia racial passa a ser visto como fora da realidade brasileira.

Dentro de um contexto atual, os laivos que giram em torno da ideia do preconceito e da discriminação ainda perseguem os pretos e as demais minorias sociais, essas problemáticas são concretas em quase todas as estruturas que compõem a sociedade e isso é refletido dentro do funcionalismo sociocultural. Logo, a educação não foge dessa regra. No que compete às disparidades entre o discurso governamental brasileiro e a realidade da comunidade, as desigualdades sociais entre as raças foram os pontos que mais chamaram a atenção dos pesquisadores no momento da aplicação da pesquisa. (PINTO, 1998)

Silveira (2005) declara que somente a educação pode transformar a realidade social, pois a mesma sempre pode entrar em lugares e mexer com valores que outras ideologias e preceitos não conseguem alcançar. Assim, partindo dessa perspectiva e conversando com outros autores como Freire (2004), chega-se à conclusão de que somente a educação de qualidade e principalmente, uma educação que alcance a todos, independentemente da

origem, credo, cor, condição econômica e outros elementos podem revolucionar um país por completo. leite (2019, p. 9) discorre sobre isso: "Em síntese, a universalização do acesso à educação formal responderia à demanda por igualdade e a meritocracia justificaria o fracasso das crianças e jovens das camadas populares que ascenderam à escola."

Em consonância com tal premissa, Freire (2014) em seu clássico educacional que foi nomeado como "Pedagogia do oprimido", faz uma série de alertas sobre a educação e a realidade nas escolas brasileiras, entre os alertas que o pensador faz em sua obra, está o que chamou de "educação bancária". Sendo esse tipo de educação um instrumento de opressão e reforço da superioridade dos colonizadores sobre os colonizados.

Na medida em que essa visão 'bancária' anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu 'humanitarismo', e não o seu humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. (FREIRE, 2014, p. 65)

Além disso, a educação bancária apontada por Freire é separada em categorias, etapas que constituem e cristalizam um discurso opressivo dentro do espaço escolar. Entre as categorias que constituem a educação bancária, existe a seguinte ordem: Conquista, divisão, manipulação e invasão cultural.

Figura 1: Etapas da Educação Bancária

#### **EDUCAÇÃO BANCÁRIA DIVISÃO** Separa, categoriza em rankings os alunos e professores com CONOUISTA base em suas respectivas No discurso, sempre há um realidades. sujeito que conquista e o outro **MANIPULAÇÃO** que é automaticamente o conquistado. Nesse processo, a mídia cumpre o papel de vender **INVASÃO CULTURAL** sonhos e projetos dos Possui a função de apagar e opressores como se fossem invisibilizar a cultura popular, elementos de salvação. e prega a cultura das elites como única e legítima.

ETAPAS DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA

Fonte: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. rev. e atual. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 2011. - Produção do autor (2020)

Como mostra a figura acima, todas as etapas possuem funções específicas dentro da funcionalidade da educação bancária. Todo o discurso estereotipado que sonda as vertentes da educação brasileira está influenciado de forma direta por uma das etapas da educação bancária, de acordo com Freire.

A etapa da divisão é aquela que, através da ideologia dominante, faz com que automaticamente exista um ideal de segregação e distanciamento entre os indivíduos de uma determinada comunidade. Os brancos acima e os pretos abaixo, os ricos de um lado e os mais necessitados de outro e assim sucessivamente.

A fase determinada como conquista é a responsável por sempre garantir através de discursos e ações que os conquistadores sempre ficaram acima e os conquistados sempre ficarão abaixo em todas as possíveis estruturas, o que nesse caso, foge dos muros das escolas brasileiras.

Sob o mesmo ponto de vista, o processo que constitui a educação bancária chamada de manipulação apoia-se na repetição constante de um estereótipo para manobrar a mentalidade daqueles que já foram colocados à margem da sociedade. E a repetição do estereótipo da etapa da conquista tem como produto a manipulação dos conquistados sobre a visão que os mesmos possuem de si. E um dos instrumentos responsáveis por disseminar o estereótipo na comunidade é a própria mídia. Logo, a repetição de um estereótipo que inferioriza o outro faz com que haja uma manipulação de uma massa que dentro de um contexto inicial já se vê como inferiorizada.

O último processo denominado como invasão cultural é o responsável por remodelar a imagem que um sujeito conquistado tem de si. Essa última etapa é a mais intensa, visto que ela é o produto final das outras três fases que compõem a educação bancária. Ela é a responsável pelo apagamento da identidade e da essência dos membros que não constituem ou são induzidos a acreditar que não compõem a elite dominadora.

Desse modo, pode-se afirmar que os processos da educação bancária constituem um ciclo e tal ciclo é constantemente alimentado por discursos recheados de estereótipos que faz com que a engrenagem colonizadora funcione e atinja outros grupos sociais constantemente. Destarte, é perceptível que as escolas brasileiras estão mergulhadas dentro de um padrão de ensino que respeita e considera somente uma realidade e que silencia as vozes daqueles que foram expulsos do centro e colocados nas periferias da sociedade.

A repetição dos estereótipos e de outros discursos que desprezam e inferiorizam o conquistado/colonizado foi tomado como uma verdade incontestável por aqueles que não pertenciam ao padrão de "cidadão de bem" e/ou de "filho de Deus". Em virtude desse

fenômeno que circunda a sociedade, as minorias, como: mulheres, indígenas, gays, lésbicas, transexuais, pretos e outros acreditaram e, ainda acreditam, que não possuem o direito de ter as mesmas oportunidades e de viver de acordo com seus hábitos e tradições sem receio de sofrer represálias pela elite que dita as regras e coloniza as esferas do ser, poder e saber.

Dentro de um contexto específico, as minorias (Mulheres, público LGBTQIA+, indígenas e principalmente os pretos) tiveram e ainda têm dificuldades em ingressar nas mais variadas esferas comunitárias por uma série de motivos, entre eles está o fato do discurso do colonizador que fez com que o colonizado não acreditasse em si e duvidasse de suas raízes e valores. As dúvidas, em exemplificação, fizeram com que os pretos, sob uma perspectiva específica, não acreditassem que mereciam estar dentro das universidades e em outros centros sociais de prestígio, pois isso era coisa de "gente da alta".

Em exemplificação, Tragtenberg (2006, p. 482) diz que em meados dos anos 2000, no que se refere ao ensino superior, somente 2% dos pretos possuía diploma de ensino superior e dentro da mesma escala, esses 2% de pretos com diploma competem contra 10% de brancos que também possuíam ensino superior. Esse dado serve para referenciar o fato de que ainda há preceitos que segregam os brancos dos não brancos e favorece determinadas categorias. Contudo, há vertentes práticas e teóricas que abrangem tanto o contexto sociocultural quanto sociopolítico.

Uma das vertentes que luta para a reversão desse quadro está na pontuação de Arroyo (2012) que discorre sobre a necessidade de fazer com que as minorias tenham o mesmo espaço e oportunidade: "[...] ocupar os espaços, os territórios, as instalações como escolas, universidades, os "latifúndios do saber" é uma pedagogia formadora que se contrapõe à histórica exclusão desses espaços, instituições de produção de conhecimento e da existência." (ARROYO, 2012, p. 43)

Assim, seguindo a linha de pensamento em questão, Barreto (2015) em seu trabalho intitulado: "Gênero, raça, desigualdade e políticas de ação afirmativa no ensino superior", pontua que ao falarmos de cotas, temos que entender o texto e o contexto em que isso se aplica, ou seja, falar de cotas não é limitar-se aos pretos como grande parte da população pensa, mas envolve outros aspectos por trás, em exemplificação, entender como funciona as IES's (Instituições de Ensino Superior) e o público que se volta para essas instituições.

Young (2006), em sintonia com tal fenômeno, trabalha com a perspectiva de representatividade, e nesse sentido pontua que existem aproximadamente três meios de representar as pessoas em uma determinada comunidade. A primeira forma de representação é

o "interesse", e essa forma de representação de uma comunidade pauta-se em destacar somente aquilo que é importante e/ou significativo para os demais eixos comunitários.

O segundo fator de representação gira em torno da ideia que a autora determina como "opiniões" e elas são baseadas nos ideais que os sujeitos de uma determinada sociedade possuem sobre como as coisas deveriam ou devam ser e/ou funcionar, sendo basicamente esse instrumento aquele que analisa de forma detalhada as concepções éticas e morais dos indivíduos.

O terceiro fator que Young (2006) pontua é a "perspectiva" e é o que mais possui peso quando a temática gira em torno da representação de um determinado grupo. A "perspectiva" trabalha com a ideia da origem, experiências e concepções que um determinado grupo social pode carregar no decorrer da história. Desse modo, essas concepções por possuírem bases ideológicas diferentes, podem ou não conter estereótipos sobre esse grupo de pessoas.

Desse modo, pode-se levar em conta que essa "perspectiva" citada por Young (2006) é uma das possíveis explicações para que os sujeitos estejam considerando a popularmente chamada "lei de cotas", como uma lei que é voltada e que objetiva somente alcançar o público negro do Brasil. Tal temática em um contexto atual tem sido essencialmente problematizada em virtude justamente dos ideais e das perspectivas que uma determinada parcela social possui sobre os pretos que é perpassada pela história por meio de estereótipos.

Sob o mesmo ponto de vista, e levando em consideração tal contexto ideológico, esse "estranhamento" por grande parte da sociedade sobre a popular lei de cotas, representa que ainda há um fator que separa as pessoas, um fator que determina quem pode e quem não pode, quem está dentro ou fora do direito de ter e ser. Esse fator segregacionista é a Raça.

Nesse mesmo sentido, Fanon (1952, p. 57) diz que: "Raça é um conceito que ganha significado em processos sociais, econômicos, culturais, psicológicos e tem caráter relacional". Assim, ao entender que esse fator é relacionado a um discurso que fica vinculado com outros eixos socioculturais, onde normalmente são baseados em estereótipos criados e disseminados por uma minoria que historicamente colonizou uma comunidade, fica mais claro o motivo de toda a problemática sociopolítica em torno da lei de cotas.

Além disso, seja porque o racismo estrutura a ordem social brasileira, seja porque ele fica na ordem do impensável, não se produz um meio social favorável para a institucionalização de valores não-racistas. Diante disso, ainda que sejam adotadas políticas para promover a diversidade, há um descompasso entre ideal e prática, que acaba por retardar a promoção da igualdade racial. Não por acaso, os coletivos de estudantes negros da Ufrgs adotam o slogan: Cota é gota (MELLO, 2017, p. 321)

Consoante, Queiroz (2006, p. 719) relata que em alguns estudos realizados no Brasil sobre qual seria a percepção dos cidadãos sobre a lei de cotas e pontuando a particularidade

da lei que envolve as pessoas negras, uma nova concepção surgiu ao analisar os resultados. Queiroz (2006) relata que com a análise de dados de uma de suas pesquisas, surge a concepção do "Racismo cordial". E essa nova concepção de racismo leva em consideração a seguinte vertente: "Quanto maior a escolaridade e a renda, maior a rejeição às cotas".

Sob o mesmo ponto de vista, Tragtenberg (2006) em seu trabalho intitulado: "Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?" traz um dado interessante sobre a realidade dos pretos.

Estudo do Ipea mostrou que entre os 10% mais pobres da população (indigentes), 70% são negros e 30%, brancos. Entre os 10% mais ricos há 15% de negros e 85% de brancos. Em outras palavras, a pobreza é negra e a riqueza é branca. Nesse mesmo estudo relata-se que o trabalho infantil é maior na população negra. Em 1999, das crianças entre cinco e nove anos, 1,84% das brancas e 3,03% das negras trabalhavam; das crianças de 10 a 14 anos, 0,13% das brancas trabalhavam contra 0,20% das negras. (TRAGTENBERG, 2006, p. 477)

Além disso, Tragtenberg (2006) pontua em seu escrito outros dados alarmantes que não são disseminados no discurso midiático ou da massa elitizada que faz parte da sociedade. Entre os dados alarmantes, está o fato de que o assassinato de pretos é duas vezes e meia maior em relação aos brancos na maioria dos estados brasileiros.

Destarte, o Brasil em sua constituição ideológica e histórica nunca favoreceu o perfil dos grupos marginalizados, e justamente por estarem marginalizados, a elite social através de discursos e posicionamentos abafava as vozes das minorias. Políticas de inclusão das minorias sociais não passavam do campo teórico. Somente após a participação do Brasil na 3ª Conferência internacional contra o Racismo, a Xenofobia e intolerâncias correlatas, que aconteceu no ano de 2001, em Durban é que os políticos e a própria comunidade brasileira começaram a abrir os olhos para a situação das minorias e principalmente, a situação dos pretos.

#### 2.2 - COTA É ESMOLA?

[...] Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola.
Cansada de esmolas e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades [...]

(BIA FERREIRA, Cota Não é Esmola, 2018).

Bia Ferreira retrata em sua canção "Cota Não é Esmola" uma mensagem essencialmente crítica e que reflete a perspectiva do "outro lado" da história no que compete ao tema de cotas. Dentro do contexto retórico, os argumentos favoráveis e desfavoráveis que giram em torno da temática são diversos.

O lado desfavorável usa um discurso pautado na ideia de meritocracia, onde todas as conquistas devem partir do seu próprio esforço e força de vontade, que todos são iguais dentro do sistema social e que a perseverança de cada um é o fator que pode mudar uma dada realidade. Hayeck (1985) pontua que esses tipos de discursos que trazem esses valores meritocráticos faz com que as pessoas acreditem que o seu bem estar dependa única e exclusivamente dos seus próprios esforços e decisões.

Porém, tal discurso não se torna viável em virtude da desigualdade entre as classes. Ora, para que todos tivessem a mesma oportunidade, todos deveriam partir do mesmo ponto em todos os contextos possíveis, e tal delimitação não tem espaço na atual conjuntura sociocultural. Em contrapartida, a retórica favorável às cotas gira em torno da premissa baseada em fatos. Fatos sociais, históricos, culturais e até mesmo políticos. Em um país onde há mais de 52% de pretos e pardos no território, Ribeiro (2017) pontua o seguinte:

Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursavam a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período de graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (RIBEIRO, 2017, p. 66)

Tal citação representa a essência de toda a desregularização existente na esfera social quando a temática gira em torno das cotas. A legitimação dessa luta parte do princípio das desigualdades entre pretos e brancos, ricos e pobres, aqueles que sempre tiveram voz e aqueles que sempre foram silenciados. A política de cotas auxilia a vida daqueles que dela precisam para que esses indivíduos possam desenvolver o seu potencial que por séculos foi cortado pela maioria dominante. O IBGE (2017) apontou que em média a população do Brasil tinha aproximadamente 8 anos de estudo. As pretas ou pardas tinham nesse período por volta de 7,1 anos contra 9 anos de estudo das pessoas brancas

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2018, tivemos um crescimento no número de pessoas com mais 25 anos de idade ou mais com o status de ensino superior completo em território nacional. No ano de 2016 o percentual era de 15, 3% e em 2017 esse percentual cresceu 5% e fechou em 15,7% em todo o Brasil. Mesmo assim, entre os brancos esse número de pessoas com diploma ainda é significativamente superior ao número de pretos ou pardos com diploma. Dos 15, 7% de

pessoas com diploma de ensino superior no Brasil no ano de 2017, 22,9% são brancos contra apenas 9,3% pretas ou pardas.

Sob o mesmo ponto de vista, mesmo com os dados que retratam as disparidades entre os pretos e brancos na sociedade brasileira, ainda há um fator que problematiza o sujeito preto a aderir ao sistema de cotas e assim desenvolver suas habilidades que foram atrasadas. Esse fator é o que Gonçalves (2016, p. 214) pontua como o "defeito de cor".

O defeito de cor seriam os valores que permeiam os discursos que fazem com que o sujeito preto e/ou pardo não exerça cargos significativos na religião, na política ou no governo. Esse discurso carrega estereótipos que são capazes de influenciar o sujeito negro a não se sentir apto a estar em um patamar mais alto ou no mesmo nível que os brancos estão. Seguindo a linha de pensamento em questão, Nascimento (2008) discorre: "A falta de conhecimento sobre suas origens contribui para que os afrodescendentes tenham pouca autoestima, o que impede seu acesso pleno às oportunidades e mina sua capacidade de lutar por direitos". (NASCIMENTO, 2008, p. 14)

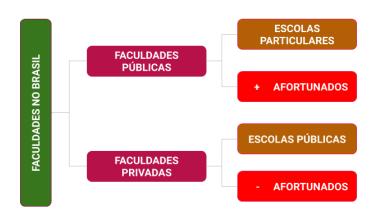
Pode-se afirmar que para os pretos a "herança" da escravidão não acabou na época da abolição no dia 13 de maio de 1888. Essa herança ainda permanece presa na nossa realidade brasileira e a necessidade de lutar para que esse legado fique pra trás é algo essencialmente inquestionável. Assim, Freire (2014, p. 46) pontua: "Ninguém tem liberdade para ser livre: Pelo contrário, luta por ela precisamente porque não tem."

As cotas proporcionam esperança e mostram caminhos para que a luta pela liberdade, como aponta Freire (2014, p. 46) seja possível. Assim, para que essa liberdade seja alcançada, torna-se necessário que haja uma oportunidade de atuação dentro das esferas sociais em que o índice do "defeito de cor", concepção de Gonçalves (2016, p. 214) sobre a atuação do negro na sociedade, é superabundante. Assim, um dos locais que historicamente aponta essa superabundância de preceitos estereotipados sobre o negro, é o espaço educacional, logo as universidades públicas e particulares se encaixam nesse âmbito.

No que compete às universidades brasileiras, pode-se afirmar que todas independentemente de seu cunho - pública ou particular - sempre apresentaram a seguinte lógica para ingressar:

Figura 2 - Lógica de Acesso universitário

#### LÓGICA DE ACESSO UNIVERSITÁRIO



PRODUÇÃO DO AUTOR (2020)

O trajeto ilustrado acima mostra uma realidade baseada na elitização sociocultural do Brasil. Os estudantes que prestavam e ainda prestam vestibulares e/ ou o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) têm dois caminhos após o resultado dos respectivos exames: Faculdade particular ou Universidade pública.

O que chama a atenção dentro desse processo é a origem social desses estudantes que são candidatos a ingressarem no ensino superior. O quadro geral consiste em apontar que os estudantes que vão para a universidade pública, em sua maioria, são alunos que estudaram em escolas particulares. Em contrapartida, os alunos que conseguem uma vaga para o ensino superior em uma instituição de ensino privada, vinham de escola pública e possuíam uma renda familiar abaixo do esperado.

Relembrando e no mesmo sentido com tal perspectiva, Tragtenberg (2006, p. 477) em seu trabalho intitulado: "Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?", pontua: "Estudo do Ipea mostrou que entre os 10% mais pobres da população (indigentes), 70% são negros e 30%, brancos. Entre os 10% mais ricos há 15% de negros e 85% de brancos. Em outras palavras, a pobreza é negra e a riqueza é branca. [...]"

O IBGE trouxe um dado no ano de 2014 e apontou que nesse mesmo ano, no que se refere aos acadêmicos das universidades - públicas e privadas - 54, 5% faziam parte dos 20% da população mais rica do Brasil, e os pretos e pardos espelhavam apenas 7,6%. Assim,

levando em consideração a conclusão de Tragtenberg (2006) sobre quem constitui a riqueza e a pobreza no Brasil, torna-se possível mesclar essa perspectiva com a realidade dos estudantes que ingressam nas universidades nacionais.

Assim, na maioria das faculdades particulares, o público é constituído de estudantes que vieram de escola pública, de baixa renda familiar e pretos e/ou pardos. Nas faculdades públicas, os candidatos são alunos que vieram de escolas particulares, que possuíam uma renda familiar acima da média e são brancos. Sob o mesmo ponto de vista, Freire (2004, p. 159,) declara sobre as universidades, o seguinte: "O problema da universidade brasileira é que ela tem sido, em todos esses anos, elitista, autoritária e distanciada da realidade."

Portanto, dentro de um parâmetro geral e seguindo a fala de Freire (2004), as universidades que representam o berço da ciência e do conhecimento social, não representam essa mesma sociedade na qual elas se encontram. "[...] ocupar os espaços, os territórios, as instalações como escolas, universidades, os "latifúndios do saber" é uma pedagogia formadora que se contrapõe à histórica exclusão desses espaços, instituições de produção de conhecimento e da existência." (ARROYO, 2012, p. 43).

## 2.3 - COTAS PRA QUÊ? O BRASIL É MISCIGENADO E O RACISMO ACABOU!

Wedderbun (2005) declara que a humanidade se originou na África. Todos os povos tiveram origem a partir da existência do sujeito de pele escura. A humanidade e suas sociedades - modernas ou antigas - devem seu progresso e valores aos africanos.

Seguindo a mesma linha de pensamento, a evolução socioeconômica do mundo surgiu em virtude da exploração que as potências dos séculos passados realizaram em cima do continente africano e dos sujeitos que lá residiam. Riquezas, construções, impérios, serviços e entre outros aspectos são os "benefícios" que os países "ganharam" em cima de tal exploração.

Após o período da abolição da escravatura, da escravidão e objetificação, os pretos passaram a ser supérfluos. Em exemplificação, o Brasil após a abolição desenvolveu várias políticas para um apagamento dos pretos na comunidade, entre elas a tão famosa "política de branqueamento" e seguindo a difusão dos ideais de miscigenação social que ganhou força na administração Vargas.

O Brasil ainda foi o último país a deixar as práticas escravocratas (ALENCASTRO, 2010). "Para eles (negros) a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca".

(ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 198). Semelhantemente, Freire (2014, p. 70) diz que esses homens e mulheres (os escravos) após o período da abolição "jamais se entregaram à falsidade ideológica da frase: A realidade é assim, não adianta mudar".

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideias de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano capitalista. (FLORESTAM, 1978, p. 20)

A pontuação de Freire (2014) está essencialmente alinhada com as lutas dos pretos para que pudessem ocupar o mesmo espaço e ter os mesmos direitos que os brancos sempre tiveram através daquilo que sempre foi omitido para os pretos: A liberdade. Assim, com base no histórico das lutas dos pretos pelos mesmos direitos que os brancos e entre outras oportunidades semelhantes, houve uma reformulação no quadro comunitário e a partir do ano de 2012, as instituições de ensino superior, tanto pública quanto privada adotaram obrigatoriamente a reserva de vagas para candidatos provindos de escolas públicas, tivessem uma renda específica determinada por lei e correspondesse aos aspectos étnico-raciais com base nos determinantes da lei nº 12.711/2012.

Associada a lei n°12.711/2012, está o decreto de n° 7.824 juntamente com a portaria normativa interministerial n° 18 do ano de 2012 para regulamentar e determina os procedimentos que envolvem as regras da popular lei de cotas. Vale ressaltar que essa mesma lei, a partir de agosto de 2012 obrigou as universidades tanto públicas quanto federais, reservarem o equivalente a 50% de suas vagas para os candidatos que tenham estudado em escolas públicas.

Além disso, a mesma lei ainda pede para que dentro desses 50% já reservados aos candidatos provenientes de escolas públicas, haja uma "segunda reserva" ainda dentro desses 50% para candidatos com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita* (por cabeça). E, essa "segunda reserva" assim como suas respectivas regras está detalhada em um parágrafo único dentro da lei de cotas.

Os aspectos da lei de cotas deixam claro que a mesma existe para incluir as pessoas indígenas, pretas e/ou pardas. E o percentual de pessoas que deve aderir às cotas deve ser determinado conforme a densidade dessas pessoas dentro da federação. Ou seja, dentro de cada estado, há um percentual de indígenas, pretos e pardos e conforme esse percentual que é apontado pelo IBGE a lei de número 12.711/2012 associada com as administrações acadêmicas das faculdades, faz a reserva de vagas. A seguir, a figura abaixo sintetiza a essência da distribuição de vagas em um curso pela lógica e o sistema que a lei de cotas determina:

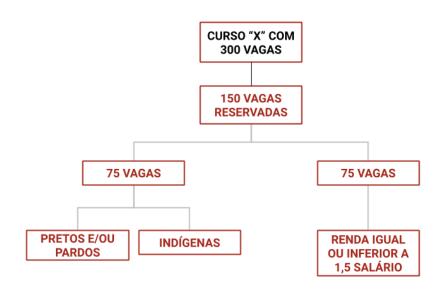


Figura 03 - Distribuição de vagas conforme a lei 12.711/2012

PRODUÇÃO DO AUTOR

A lei de número 12.711/2012 possui essa lógica, pois visa combater as disparidades existentes dentro dos "latifúndios" do saber, no caso, as universidades do Brasil, mas, dentro da comunidade de forma geral, o que também inclui a comunidade acadêmica, há a seguinte premissa "Ora, uma lei com esses aspectos não diminui o preconceito, ela aumenta! Os pretos são menos capazes que os brancos? Tudo é uma questão de esforço". Essa ideia tem permeado toda a comunidade quando a temática de cotas é abordada. Isso, em virtude da repetição de que todos são iguais perante a lei.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) discorre o seguinte sobre a educação:

Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado. O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade.

Seguindo a mesma linha de pensamento, a lei de Diretrizes e Bases (LDB) n°9394/96 determina alguns pontos sobre a educação nacional, onde alguns aspectos passaram a ser obrigatórios em todos os níveis educacionais. Entre eles: O respeito à liberdade e a afeição a

tolerância, o respeito à diversidade étnico-racial, a garantia à educação e aprendizagem ao longo dos anos e também, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Vale ressaltar que a LDB/61 ao ser analisada, pode-se perceber que já havia por parte do governo um reconhecimento sobre as ações preconceituosas e discriminatórias que existiam na educação nacional. Tanto é que dentro da LDB/61 foi criada a lei n° 4024/1961 que acriminava tais ações.

O primeiro artigo da lei nº 4024/1961 pontua:

- **Art. 1º** A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;(Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- **b)** o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- **d)** o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- **f)** a preservação e expansão do patrimônio cultural; (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)
- **g)** a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convição filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (Revogado pela lei nº 9.394, de 1996)

Assim, pode-se afirmar que essa lei foi uma das principais "luzes" que surgiram no Brasil para esclarecer e diminuir os laivos do preconceito racial existente nas universidades e demais instituições de ensino. Mas, como realmente proporcionar uma educação igualitária para todos, se não há um senso comum para que todos possam partir do mesmo ponto e consequentemente ter as mesmas oportunidades? A resposta é que o atual sistema não permite essa reestruturação, mas o que pode amenizar os estereótipos sobre as cotas e distinguir o que as leis civis e educacionais tratam como "igualdade".

Ao observar as leis, decretos e outros parâmetros normativos que fazem parte do âmbito jurídico nacional, é perceptível que todos trazem a ideia de concretizar e estabelecer em todas as áreas da comunidade, os preceitos de igualdade que são atrelados à justiça. Contudo, vale ressaltar que há dois tópicos da justiça que precisam ser explanados e

disseminados para a comunidade geral. Dentro da ideia de justiça, temos a igualdade formal e a igualdade material e/ou substancial.

De acordo com Gomes (2005, p. 47) "igualdade material ou substancial é a forma de pensar e avaliar desigualdades concretas na sociedade. Tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente para que dessa forma haja igualdade material ou substancial". Dessa forma, pode-se afirmar que a igualdade material e ou substancial é pautada dentro dos aspectos que são relativos ao conceito de equidade. Tratar os iguais nos mesmos parâmetros correspondentes a essa igualdade e os desiguais nos mesmos parâmetros correspondentes a essa desigualdade é uma das ferramentas ideológicas que podem fundamentar e modificar a realidade no contexto sociocultural.

Em contrapartida, a igualdade formal é aquela limitada e pontuada somente em textos jurídicos. Assim, as leis e os decretos são enunciados jurídicos com valor e atuação essencialmente formalista dentro de um contexto normativo. A igualdade formal não traz uma ideia de justiça ou progresso, visto que esse aspecto não considera o contexto de vivência e existência dos diversos povos que constituem a realidade sociocultural do Brasil.

Sob o mesmo ponto de vista, Dallari (2001, p. 35) pontua sobre os aspectos e preceitos que permeiam as noções de igualdade:

Não basta afirmar que todas as pessoas nascem iguais por natureza. Para que essa afirmação tenha resultados práticos é preciso que a sociedade seja organizada de tal modo que ninguém seja tratado como superior ou inferior desde o instante do nascimento. É preciso assegurar a todos, de maneira igual, oportunidade de viver com a família, de ir à escola, de ter boa alimentação, receber cuidados de saúde, de escolher um trabalho digno, de ter acesso aos bens e serviços, de participar da vida pública e de gozar do respeito dos semelhantes. (DALLARI, 2001, p. 35)

Desse modo, com a identificação dos tipos de igualdade dentro da sociedade, percebe-se que há uma falha dentro do contexto lógico da comunidade, essa falha gira em torno do princípio de que todos são iguais e consequentemente possuem a mesma oportunidade, sempre partindo do mesmo ponto de vista, sempre partindo do mesmo ponto de conquista, logo podendo alcançar o que a maioria sempre alcançou.

Porém, como afirmar que dentro de uma sociedade multicultural, ou seja, culturas e origens distintas, as pessoas possuem a mesma oportunidade de chegar à esferas sociais sem ter as mesmas condições socioeconômicas que um seleto grupo social retém desde os princípios da sociedade? Ora, quando se pensa nos tipos de igualdade juntamente com a análise do contexto jurídico e a realidade social, torna-se palpável a diferença social entre as comunidades, logo se existe diferença entre as comunidades brasileiras, consequentemente haverá diferença de oportunidades e conquistas.

Afinal de contas, toda realidade é justificada por um contexto histórico, assim se uma determinada comunidade possui condições socioeconômicas tal poder aquisitivo em sua maioria está associado ao processo sociocultural e à realidade em questão. Assim, com a segmentação necessária da igualdade formal e a igualdade substancial fica mais clara qual a ideia por trás da lei 12.711/2012. Ou seja, a popular lei de cotas não se fundamenta dentro da perspectiva da igualdade formal, no caso dentro dos preceitos normativos da constituição ou decretos. A lei de cotas é essencialmente em sua estrutura, valores, atuação, ideologia e percepção pautada na igualdade substancial. Isso significa dizer e essa lei considera e luta por igualdade baseada na noção de equidade, tratando os desiguais dentro de um mesmo parâmetro para que assim haja um equilíbrio entre os menos favorecidos.

Sob o mesmo ponto de vista, quando se atribui a perspectiva de equidade na sociedade a justiça torna-se mais real e consequentemente a lei se estabelece. Uma outra visão que colabora e justifica a existência da lei de cotas na sociedade brasileira, também parte da ideia de disseminar uma equidade social entre todos no Brasil. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 fez a seguinte declaração:

Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado. O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade. (ONU, 1948)

Alguns países após a declaração da ONU reformularam e instituíram em seus territórios políticas públicas para que elas gerassem ações afirmativas. No Brasil, a lei de cotas é uma ferramenta utilizada por políticas públicas para se aplicar ação afirmativa. Em conformidade com a pontuação de Flávia Piovesan (2011, p. 252) pode-se entender que:

As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade com alcance da Igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais dentre outros grupos. (PIOVESAN, 2011, p. 252)

Portanto, as cotas podem ser definidas e entendidas como uma das ferramentas instituídas pelo governo para que sejam usadas pelas políticas públicas. Vale ressaltar que a existência de ações afirmativas, são justificadas com base no princípio do combate ao preconceito, racismo, intolerância religiosa, xenofobia, machismo, homofobia e entre outros laivos.

Além disso, independentemente do tipo de ação afirmativa, ou seja, do seu respectivo propósito, dentro do espaço jurídico existem concepções para respaldar atuação e a ampliação de algumas ações afirmativas e dentro de um âmbito maior, as políticas públicas. Sobre uma perspectiva teórica, alguns autores preferem chamar esse "respaldo" de linha de defesa. E

essas linhas de defesa são divididas em três categorias: Teoria compensatória, teoria distributiva e teoria dos princípios do pluralismo jurídico e da dignidade da pessoa humana. Tais categorias possuem visões diferentes sobre a real existência das ações afirmativas e o seu respectivo contexto de atuação.

Vale ressaltar que as três teorias constituem as principais justificativas para a existência e atuação das ações afirmativas no Brasil. Cada teoria possui uma característica específica que a distingue das demais, portanto dependendo do tipo de ação afirmativa há uma explicação baseada em um dos três princípios/explicações de acordo com a sua respectiva natureza.

A teoria com base nos princípios do pluralismo jurídico e da dignidade da pessoa humana tem como meta propiciar para a sociedade ferramentas, mecanismos, campanha e qualquer outro objeto de ação para que os povos que constituem o território nacional sejam protegidos, valorizados e assegurados dos direitos que a constituição de 88 apresenta em sua estrutura. Após a reivindicação de alguns movimentos sociais para que houvesse mais oportunidades, e outros benefícios que assegurassem às minorias sociais a terem os mesmos direitos que a maioria, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez a seguinte declaração:

É preciso dar mais oportunidades igualitárias aos mais pobres. A verdade é que entre os mais pobres sempre estão as populações negras. Quando se faz um esforço para melhorar a vida dos mais pobres, em grande medida se está melhorando ou tratando de colocar em fazer na questão das populações negras (BRASIL, 1998)

Pensar em oportunidades iguais exige nivelar os grupos comunitários para que os mesmos possam partir do mesmo lugar para chegar ao mesmo destino. Dentro de uma visão sociocultural, a teoria com base nos princípios do pluralismo jurídico da dignidade da pessoa humana visa propiciar esse nivelamento para que os laivos como preconceito, o racismo, homofobia e outros tipos de discriminação sejam erradicados do quadro sociocultural.

Além disso, a teoria distributiva tem uma pegada diferenciada, porém com certos traços que são ligados aos ideais da teoria do pluralismo jurídico e da dignidade da pessoa humana. A vertente distributiva trabalha com a percepção de que os grupos que não possuem as mesmas bases que outros não devem ser prejudicados por tal situação. Assim, o discurso dessa percepção, como aponta Arroyo (2010, p. 138) é aquele que pretende compensar carências, desigualdades através da distribuição de serviços públicos.

Por fim, a teoria compensatória tem como essência, compensar os grupos que foram explorados no período de colonização e/ou que sofreram qualquer outro tipo de exploração que hoje, pode estar afetando a realidade e a vida desses sujeitos. Contudo, a teoria em questão não é vista com bons olhos na concepção de alguns representantes da comunidade de

forma geral. Uma das explicações que giram em torno da contrariedade dessa teoria é fruto da disseminação de uma sociedade brasileira miscigenada. Em exemplificação, Kaufmann (2007) diz que:

Ademais, é praticamente impossível, em um país miscigenado como o Brasil, identificar quem seriam os beneficiários legítimos do programa compensatório, já que os negros de hoje não foram as vítimas e eventualmente podem descender de negros que tiveram escravos ou que jamais foram escravizados. Culpar pessoas inocentes pela prática de atos dos quais discordam radicalmente parece promover a injustiça, em vez de procurar alcançar a equidade. (KAUFMANN, 2007, p. 25)

Desse modo, é perceptível que o discurso carrega essa bagagem da lógica sobre como realmente funcionou a história e o processo de colonização. Assim, discursos como esse respaldam e disseminam outros discursos e até mesmo atitudes de pessoas que ainda acreditam que a nação é miscigenada, e que tal miscigenação é um produto de um processo essencialmente amigável, sem traços de exploração ou opressão por parte de um dos grupos sobre o outro.

Por fim, e dentro de uma concepção social e política, a lei de cotas (lei n°12.711/2012) é respaldada pela teoria com base nos princípios do pluralismo jurídico e da dignidade da pessoa humana. Para alcançar a formalidade da lei que está na constituição e entre outros decretos que trabalham com a concepção da igualdade formal, torna-se necessário que existam medidas que viabilizem e exerçam a equidade. Sendo esse o princípio da revolução.

Diferentemente do que se pensa, a lei de cotas tem uma temporalidade de 10 anos. Mas, houve uma alteração que foi realizada pela lei 13.409 que pontuava: "[...] no prazo de 10 anos a contar da data da publicação desta lei, será promovida a revisão do programa especial para acesso às instituições de educação superior [...]." (BRASIL, 2016).

Assim, a lei de cotas tem uma atuação como lei e com o poder de auxiliar a comunidade que necessita de sua existência até o ano de 2026, visto que com a alteração de 2016 os 10 anos passaram a ser contabilizados. Nesse período, a lei dispõe que haja uma reserva para cada processo seletivo, para o ingresso nos cursos de graduação de no mínimo 50% das vagas do certame para os estudantes de escolas públicas. Sob o mesmo ponto de vista, também estabelece que desse percentual de 50%, metade seja reservada aos candidatos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário.

Outrossim, Bertúlio (2012) em um dos seus estudos aponta que as faculdades brasileiras e todas as suas estruturas ideológicas e físicas, sempre foram elitizadas, e essa elitização era constituída por uma ideia pautada na meritocracia. E somente a lei de cotas - 12.711/2012 - mudou essa realidade, mesmo que de forma parcial dentro das universidades brasileiras.

Em contrapartida, ele tem ideias que permeiam a sociedade que são constituídas a partir da seguinte premissa: as cotas são os sistemas que perpetuam o racismo e o preconceito na sociedade, a lógica ou o mais adequado, seria criar políticas públicas que visassem combater estruturas sociais antigas e problemáticas dentro da comunidade como por exemplo a fome, a marginalidade, educação precária nos ensinos básicos e entre outros aspectos que podem prejudicar a vida de uma criança e torná-la um adulto com dificuldades sociais. Tal pontuação ideológica possui diversos seguidores no Brasil e Brandão (2005) representa tal pensamento atualmente.

Em suma, dentro de uma perspectiva ideológica e observatória, pode-se afirmar que a educação é oferecida para quem pode pagar mais, e nessa lógica, os alunos de escolas públicas possuem um ensino defasado, sendo esse um dos fatores que poderão prejudicar os estudantes dessa rede de ensino.

Se os garotos negros não aprendem bem o inglês a culpa é deles, de sua incompetência "genética" e não da discriminação a que são submetidos, de raça e classe [...] É o que ocorre no Brasil. Os meninos e as meninas dos morros e dos córregos não aprendem porque são, de nascença, incompetentes (FREIRE, 2014, p.216)

Assim, Freire (2014) exemplifica em poucas palavras que a maioria da sociedade, assim como seus representantes, não entende o fato de que as circunstâncias não são iguais para os brasileiros. E que se um indivíduo que reside em uma zona periférica, não conseguiu disputar a mesma vaga que um outro sujeito que reside na zona central e que possui diferentes condições de vivência que esse sujeito periférico, a culpa não é da pobreza ou das diferentes realidades de vida. E sim, da incompetência e preguiça do sujeito periférico.

De acordo com Brandão (2005) o nivelamento do ensino no Brasil levaria, sem sombras de dúvidas, mais de 30 anos se todas as massas sociais entendessem e colaborassem com os valores que a lei de cotas visa estabelecer. Além disso, o autor ainda pontua que esse nivelamento que durará mais de 30 anos dentro de uma visão hipotética, levaria o mesmo tempo ou mais para proporcionar o mínimo de condições para os pretos, indígenas e pessoas de baixa renda disputarem com os brancos da atual sociedade.

Destarte, a luta da lei de cotas e o seu principal valor pode ser delimitado a pontuação de Mello (2001, p. 23): "Ações afirmativas [...] é colocar o peso da lei, com a imperatividade que ela deve ter em um mercado desequilibrado, a favor daquele que é discriminado e que é tratado como igual."

#### 2.4 - ASPECTOS DA PESQUISA

O texto em questão possui como método principal a análise de conteúdo; a análise de conteúdo é uma forma de descrever e explicar o conteúdo de vários arquivos e textos. Essa análise leva à descrição do sistema, qualitativo ou quantitativo, ajuda a reinterpretar as informações e compreender seu significado. O significado esse que está além do escopo da leitura comum. (BARDIN, 1977)

As matérias-primas utilizadas para a análise de conteúdo podem incluir qualquer substância derivada da comunicação oral ou não verbal, como cartas, pôsteres, jornais, revistas, relatórios, livros, relatórios, autobiografia, registros, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotos, vídeos, etc. No entanto, os dados dessas diferentes fontes chegam aos pesquisadores em seu estado original, em seguida, ele precisa ser processado para a compreensão mais aprofundada, explicação e inferência proporcionada pela análise de conteúdo.

Um dos principais métodos da análise de conteúdo é a construção de categorias. A categorização é um processo de agrupamento de dados que considera os pontos comuns entre fatores predominantes. De acordo com os critérios previamente estabelecidos, são classificados por similaridade ou analogia. Esses critérios podem ser semânticos, levando a categorias de assuntos variados que passeiam por vários campos da ciência. Também podem ser construídos de acordo com os padrões de vocabulário, com foco nas palavras e seus significados, ou podem ser baseados em padrões de expressão para problemas de linguagem.

No que compete à vertente qualitativa, a pesquisa pretende compreender fenômenos. A pesquisa qualitativa capta de forma geral, as nuances do dinamismo social e seus respectivos símbolos. A linha em questão foi considerada como adequada por ser um método chave para auxiliar a compreensão dos fenômenos sociais. (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2002) pontua que ela visa:

(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (...) o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (...) Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL,2002, p. 41)

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, há um ponto que deve ser salientado. Existem perspectivas contrárias sobre esse tipo de levantamento e tal situação se dá devido às críticas sobre os possíveis resultados que esse tipo de averiguação pode gerar. Resultados esses que, para autores como Minayo (2001, p.14) e Flick (2009, p. 36) são banhados pelo empirismo e

isso compromete a credibilidade da pesquisa, pois os sentimentos, as perspectivas e os valores do pesquisador poderão comprometer os resultados obtidos por tal tipo de pesquisa, isso, independentemente dos métodos escolhidos.

O estudo também pode ser visto como descritivo no que compete aos seus objetivos - específicos e geral -, pois, em conformidade com Selltiz (1967), um grande número de pesquisas de caráter social se volta quase sempre para a delimitação representativa de uma comunidade. Logo, descreve o comportamento de uma determinada comunidade, ou tenta entender o padrão. Destarte, a presente pesquisa trabalha com o apoio da análise de conteúdo onde se desenvolve por meio do aspecto da categorização.

Na próxima seção, o cenário para o qual a pesquisa se volta será descrito, pois torna-se necessário deixar claro quais são as principais concepções sobre a universidade pública, assim como o que ela representa para a sociedade e para as pessoas que fazem parte dela ou para aqueles que pretendem ingressar nesse espaço. Consoante, a próxima seção também especifica o processo de construção das categorias conforme as diretrizes da análise de conteúdo, a construção das categorias e a análise dos dados foi proporcionada com notícias relacionadas à política de cotas.

# SEÇÃO 3 - O GRANDE DEBATE: O MEC DEVERIA CORTAR AS COTAS NAS UNIVERSIDADES?

Nessa seção, serão abordados aspectos que envolvem de forma particular, a última ação do ex-ministro da educação que revogou a portaria referente ao sistema de cotas nas universidades brasileiras. A medida tomada pelo ministro gerou uma série de debates sobre a lei n°12.711/2012 e sua abrangência dentro dos programas de pós-graduação.

#### 3.1 - O CENÁRIO: A UNIVERSIDADE

A pesquisa em questão está diretamente relacionada com um cenário em particular: "A Universidade Pública". Esse espaço possui muitas significações dentro da sociedade de forma geral. Espaço de conhecimento, de conquista, de maturidade, de poder, de ser, de estabelecer, entre outros sentidos afins. Além de todos os possíveis significados, a universidade pública é essencialmente social, assim, não representando e defendendo apenas um segmento, pois já que a mesma é social, logo, consequentemente, também pode ser vista e entendida como pública e laica.

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (CHAUÍ, 2003, p.5)

Assim, como uma instituição social, a universidade é um dos principais mecanismos que evidencia como funciona as nuances ideológicas<sup>8</sup> da comunidade. Desse modo, o que acontece na universidade passa a ser visto e entendido como um produto direto do pensamento e ações do povo.

Ora, se a universidade é social e consequentemente pública e laica, e também é vista como um indicador da ideologia social fatual, logo, a mesma só pode ter espaço em uma

<sup>8 &</sup>quot;Relacionado com ideologia, com o conjunto de ideias que compõe algo; refere-se à reunião das convicções pessoais de alguém, de um grupo ou instituição: sentido ideológico; projeto ideológico". - <a href="https://www.dicio.com.br">https://www.dicio.com.br</a>

comunidade que seja adepta de valores que sejam relativos à diversidade, à igualdade, à equidade, entre valores. Resumidamente, a universidade só é efetiva em um sistema democrático que vise progresso para todos e não somente para um segmento comunitário.

Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático. (CHAUÍ,2003, p. 6)

Sob o mesmo ponto de vista, entende-se também sobre a universidade, que a mesma possui, sim, relação direta com a sociedade, visto que ela em sua essência e público, representa o conjunto ideológico do povo. Além disso, a universidade também é totalmente independente no que compete à produção de conhecimento, pois a instituição possui autonomia intelectual.

Mesmo a universidade representando parte do conjunto de ideias da comunidade e recebendo todo o seu público constituinte, ela nem sempre está em uma relação amigável com o estado<sup>9</sup>. A universidade comporta um público amplo, com ideias, origens, culturas e valores distintos, a multiculturalidade da universidade é o claro exemplo da imensa complexidade de princípios que a instituição comporta. Assim, a universidade precisamente representa o que toda uma sociedade pensa, mas nem sempre ela fica em sintonia com o estado, justamente por ser constituída de pessoas e valores distintos.

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas. (CHAUÍ, 2003, p. 6)

Consequentemente, com a ideia já citada anteriormente - *universidade como um dos produtos da ideologia social* - entende-se que esse mundo universitário que é constituído desse multiculturalismo poderoso e consistente, possui *status* variados dentro da óptica do estado. Isso, em virtude da pluralidade ideológica e cultural da comunidade acadêmica. Assim, por causa dessa conjuntura em questão, a universidade tem sido depreciada no atual cenário governamental e esse discurso depreciativo contra a universidade, tem ganhado cada vez mais força dentro do âmbito sociocultural.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> "O *Estado* corresponde ao conjunto de instituições no campo político e administrativo que organiza o espaço de um povo ou nação". - <a href="https://mundoeducacao.bol.uol.com.br">https://mundoeducacao.bol.uol.com.br</a>

Desse modo, o óbice que paira sobre a imagem da universidade precisa ser desmistificado. Sob o mesmo ponto de vista, Chauí (2003) faz algumas sugestões para que a imagem da universidade pública, assim como a do seu respectivo público seja restaurada. A sugestão que Chauí (2003) faz para que a comunidade tome em relação à desconstrução da imagem deturpada da universidade, consiste em:

Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada. Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil com a pretensão de resolver os problemas da educação superior por meio da privatização das universidades públicas ou pelos incentivos financeiros dados a grupos privados para criar estabelecimentos de ensino superior, que provocou não só o desprestígio das universidades públicas (porque boa parte dos recursos estatais foram dirigidos às empresas universitárias) como a queda do nível do ensino superior (cuja avaliação era feita por organismos ligados às próprias empresas). (CHAUÍ,2003, p.12)

Desse modo, e seguindo essa mesma linha de pensamento, torna-se necessário pensar em uma universidade que disponibilize educação para todos, que ofereça oportunidades não somente para estabelecer justiça, mas também que auxilie na estrutura educacional e faça com que a mesma possua em sua essência a equidade necessária para uma reformulação em sua atual estrutura.

#### 3.2 - O ÚLTIMO ATO

No dia 18 de Junho de 2020, o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, naquilo que foi visto e entendido como o seu último ato, antes de sair do Ministério da Educação tomou a decisão de revogar a portaria que foi assinada pelo ex-ministro da educação Aloizio Mercadante; A portaria normativa n°13 de 11 de Maio de 2016, assinada no governo da presidenta Dilma Rousseff, determinava que as instituições federais deveriam apresentar propostas e ações para que acontecesse a inclusão de pretos, indígenas e pessoas com deficiências nos programas de pós graduação, mestrados e doutorados como políticas de ações afirmativas.

Além disso, o texto também prevê que as instituições de ensino possam criar comitês para que haja planos contínuos e eficientes para garantir os processos de inclusão dentro dos programas de pós-graduação. A portaria também determina que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) deve "coordenar a elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira, com o intuito de fornecer os

subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de pretos (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos programas de pós-graduação".

Mediante a tal atitude, várias notas de repúdio referente à revogação da portaria surgiram de forma quase que imediata. Em exemplificação, o ex-ministro Mercadante, declarou que a revogação da portaria demonstra de forma clara a "falta de compromisso do atual governo" e ainda continua, onde de acordo com a reportagem do jornal El país<sup>10</sup>, dizendo: "Nem mesmo o inequívoco sucesso da política de cotas, aprovada durante minha gestão como ministro da Educação, em 2012, precedida de um longo debate no Congresso Nacional e aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, foi capaz de convencer o obscurantismo bolsonarista de que políticas afirmativas são fundamentais para superarmos nosso triste passado de discriminações e exclusão educacional".

A decisão do ministro não foi justificada pelo texto da portaria, e assim a decisão gerou uma grande repercussão que se voltava ao governo e as suas ideologias. Com as pressões dos movimentos estudantis, de professores, de reitores, de alguns políticos e de grande parte da comunidade de forma geral, o Ministério da Educação decidiu revogar a portaria que havia sido estabelecida pelo então Ministro Abraham Weintraub.

No dia 23 de junho de 2020, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tendo como ministro interino Antônio Paulo Vogel de Medeiros, publica a revogação da portaria que cancelava o incentivo do desenvolvimento de cotas para negros, indígenas e deficientes nos programas de pós-graduação nas universidades federais brasileiras.

Toda conjuntura em questão trouxe à tona um antigo debate que faz parte da estrutura social há um certo tempo. A mídia, partidos políticos, representantes sociais, professores, entre outras categorias com base em suas crenças<sup>11</sup>, questionaram: "Cota é esmola?". Por meio desse questionamento, as mais diversas respostas e posicionamentos foram expostos, ou defendendo a política de inclusão ou caracterizando-a como legítima e responsável pela disseminação de mais estereótipos racistas e causadora de um retrocesso sociocultural no país.

1.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup>"Weintraub deixa Ministério da Educação, mas antes ... - El País." 18 jun.. 2020, <a href="https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduação.html">https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduação.html</a>. Acessado em 8 ago.. 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup>Conforme Kalaja (2003, apud SILVA, 2010, p.199) Crenças são construídas no discurso, sobre os seguintes pressupostos: "o uso da língua é social e orientado para a ação; a linguagem cria realidade; o conhecimento científico e as concepções leigas são construções sociais do mundo". As crenças são, assim, socialmente construídas e contextualmente situadas na linguagem ou no discurso.

## 3.3 - CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Com o último ato do ex-ministro da educação e logo em seguida com a revogação de sua decisão, várias notícias circularam sobre tais acontecimentos, as notícias traziam perspectivas relativas ao fato, e com base no exposto, o público expunha os mais diversos comentários.

A pesquisa em questão, trabalha com duas notícias que juntas contabilizam mais de 200 comentários sobre a ação do ex ministro e a revogação da portaria. O primeiro site selecionado é o g1.globo.com que traz a seguinte notícia relativa à revogação: "MEC revoga portaria que acabava com incentivo às cotas para pretos, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação", com publicação no dia 23/06/2020. O segundo site escolhido foi a educação.uol.com.br, que traz a seguinte notícia sobre a mesma temática: "Weintraub revoga portaria de cotas para pretos e indígenas em pós-graduação" com a publicação no dia 18/06/2020.

Após observar os comentários referentes às reportagens em questão, foi determinado processo de análise de dados no sentido de compreender e evidenciar traços de colonialismo e colonialidade nos discursos referentes à imagem do negro contextualizado com a atual política de cotas. Os comentários foram organizados em algumas dimensões de análise que serviram como base para reconstruir as categorias e consequentemente, possibilitarem uma análise que indique os aspectos apontados no objetivo do escrito. As categorias definidas são: "Igualdade e Justiça, Obscurantismo, Ações governamentais e Carta - Branca".

O primeiro grupo de comentários corresponde aos significados e/ou expressões frente à ideias relativas à igualdade e justiça na sociedade e ao esforço para obter o sucesso pessoal e/ou profissional. O segundo grupo está ligado aos significados e/ou expressões frente à ideias relativas à falta de conhecimento das diretrizes da lei de cotas. A terceira categoria está ligada às ideias relativas à relação da política de cotas com partidos e/ou ideologias políticas. Por fim, a última categoria corresponde aos significados e/ou expressões frente à ideias relativas aos ataques aos pretos e demais grupos marginalizados legitimados sobre os posicionamentos do atual governo brasileiro.

Dentro da primeira dimensão, intitulada "Igualdade e Justiça", pode-se obter conforme as seguintes palavras-chave: "Igualdade, justiça, esmola, mérito, injustiça", que se repetiram em boa parte das afirmações feitas.

C1: "Parabéns ao governo eu sou a favor de acabar com privilegiativos de cotas, afinal
todos são iguais e tem a mesma capacidade"
C2: "Só no Brasil que tem hipocreta, cota porque se samos todos iguais, tem negro
pobre e também brando, aonde fica o direito dos branco, samos raça humana."
C3: "Esta certo, tem que cortar mesmo, nada de privilegio e assistencialismo. acho que
demorou"
C4: "Negros ou brancos com condições financeiras boas são pessoas iguais. Negros ou
brancos com condições financeiras ruins são pessoas iguais. Sou a favor de cotas, mas
não cotas raciais e sim para os menos favorecidos e para os deficientes físicos. Quem
era para ter direto as cotas seriam todos os estudantes da escola pública, pessoas que
moram em comunidades pessoas de baixa renda O maior preconceito é separar o
cidadão entre raças."
C5: "Também penso assim, se for ver pelo sistema de cotas o branquinho que nasceu
na favela ta lascado, porque não tem poder financeiro para se custear e nem entra nas
cotas por não ser negro nem deficiente, olha a contradição, cotas para pessoas pobres
concordo."
C6: "Cadê a igualdade??? Isso é discriminação. Existir cotas é dizer que pessoas de
raça, cor, etnias diferentes não são capazes de passar em um vestibular, concurso,
entre outros. Isso também é discriminação. Todos são iguais, independente de sexo,
cor, credo"
C7: "eu pelo menos nao precisei de ajuda de "lei" pra passar em concursos, passei por
meritos, logo, essa "lei" so mostra que algumas raças precisam de "ajudinha" pois nao
sao inteligentes a ponto de se passarem sozinhas"
C8: "Sou contra cotas, pois estas são uma forma de discriminação racial, eu pobre não
tenho diferença nenhuma de um negro pobre. Sou a favor de uma educação pública de
qualidade que de o mesmo nível de educação a todos que queiram estudar. Mesmo por
que nasci pobre, sou pobre e nem por isso deixei de cursar uma universidade,
trabalhando de dia e estudando a noite por 5 anos para pagá-la, se eu ficasse chorando
esperando pelo Estado estaria até hoje esperando."
C9: "cotas, porque? qual a diferença entre raças? nao tem que ter cota para ninguem,
isso sim eu chamo de racistas, (que repudiu) todos somos iguais, entao tudo tem que
ser igual para todos, cada um busca o que quer para si, pelo seu esforço, dedicaçao e
percistencia, ninguem tem que ganhar nada sem ao menos merecer, tem que parar com
esse mimimi!!!"

- ☐ C10: "Cotas são para pessoas burrras que utilizam o subterfúgio da cor, etnia, orientação sexual, para justificar sua condição acéfala,"
- ☐ C11: "Não são todos iguais? e querem incentivo de cotas pra quê? quem está aplicando discriminação não é quem está dando a esmola e tirando selfie? tem que acabar com as cotas mesmo!!! e s cada um consegue sua vaga por mérito e não por esmola! no sistema todos são apenas numeros, o que acaba com a tese de racismo!!"
- ☐ C12: "Daqui a pouco tem cota até pra boióla!"
- C13: "...cotas,??????, quem realmente quer estudar não precisa de cotas,, precisa mesmo é de vontade de ir a luta,,,a cota só rebaixa a pessoa,,,mostra que ela não tem capacidade por si própria,,,,o sistema de cotas no Brasil só mostra a incapacidade de uma pessoa de enfrentar seus problemas cotidianos,,,,temos racismo no brasil sim, e muito.....mas a pior forma de mostrar o racismo é esfregar na cara de qualquer pessoa,, preto, indígenas, pardos , brancos, azuis que eles não tem capacidade própria,,que sem a tal cota não serão ninguém.....aahhh esqueceram os ruivos,,,pois eles sim são minorias,,!"
- ☐ C14: "Não existe povo indígena, povo afrodescendente, povo quilombola; existe apenas um povo: o brasileiro. Ademais, como pode haver cotas em um país onde a maioria da população é parda/negra? O (a) cidadão (ã) entra na universidade usando as cotas, presta concurso usando cotas, faz pós-graduação usando cotas, poxa, assim está fácil."
- ☐ C15: "Todos nos somos iguais perante a lei, cota torna as pessoas desiguais. (não existe branco, preto, amarelo, japonês, italiano etc... existe pessoas e todos tem que lutar por um lugar ao sol)"

Na segunda dimensão estabelecida como "Obscurantismo", ao ler os comentários das notícias sobre a ação do ex-ministro, pode-se chegar com base nas palavras-chaves: "Pobres", "Ricos", "Brancos pobres", "Dinheiro", "Oportunidades" e outros elementos.

C1: "Negros ou brancos com condições financeiras boas são pessoas iguais. Negros ou brancos com condições financeiras ruins são pessoas iguais. Sou a favor de cotas, mas não cotas raciais e sim para os menos favorecidos e para os deficientes físicos. Quem era para ter direto as cotas seriam todos os estudantes da escola pública, pessoas que moram em comunidades ... pessoas de baixa renda ... O maior preconceito é separar o cidadão entre raças".

- ☐ C2: "Também penso assim, se for ver pelo sistema de cotas o branquinho que nasceu na favela ta lascado, porque não tem poder financeiro para se custear e nem entra nas cotas por não ser negro nem deficiente, olha a contradição, cotas para pessoas pobres concordo."
- C3: "As universidades públicas preparam os estudantes para serem acadêmicos, não inserem no mercado de trabalho. Falo isso por experiência própria. As cotas fazem com que gente menos preparada entre, piorando ainda mais os índices de reprovação de alguns cursos. Apenas esforço não resolve. Quem passa necessidade financeira precisa de emprego, não de um curso de graduação voltado pra quem quer ser acadêmico. Cotas para cursos técnicos fariam mais sentido. Além disso, não precisamos nem dizer que segregar as pessoas em raças vai piorar ainda mais o racismo."
- ☐ C4: "Até hoje não vi cotas para quem realmente necessita: OS POBRES."
- ☐ C5: "Só se justifica COTAS pra comprovada POBREZA não importando raça nem etnia. Cotas pra raças é racismo oficializado."
- ☐ C6: "Sou a favor de quotas sociais, isto é condições financeiras para todos ,independente da raça."
- C7: "Direito de um povo deve ser para todos, para tudo na vida deve-se escolher, porque temos que garantir para uns e não para todos? Uma cota que tem como critério algo que nao vai mudar não é benéfico, uma pessoa que nao consegue concorrer para uma mesma vaga porque nao teve condições financeiras para ser minimamente competitiva é prejudicada pela condição financeira e nao pela sua cor. Cota deve ser definida por algo que pode ser compensado e nao por uma caracteristica. Um negro pobre nao tem acesso a curso superior porque é pobre, nao porque é negro, um branco pobre nao consegue uma vaga na faculdade porque é pobre, nao existe nenhum criterio de seleção na hora do vestibular, a criação de cotas que criou esse segmento. Injustiça social é permitir que um negro rico ocupe o lugar de um negro pobre, inacreditavel que tenha pessoas que acreditam que esse tipo de cota é justa".

Seguindo a mesma linha de pensamento, e levando em consideração a terceira dimensão com o nome de "ações governamentais" obteve-se por meio das palavras-chaves: "Comunismo", "Mídia", "Governo", "PT", "Petista", "Esquerda", "Lula".

- ☐ C1: "PT, PSOL, PCDOB, REDE, PSB, PDT usam as mesmas picaretagens do dos ideais abomináveis do COMUNISMO e do MARXISMO!!! ACODEM! Não votem em ninguém da extrema esquerda! os partidos políticos de esquerdas tem atacado a Polícia e as Forças Armadas como BITUBUS ferozes. a esquerda extremista radical tem glorificado abertamente o comunismo basta ver nos protestos que eles fazem em prena luz do dia".
- □ C2: "A mídia é controlada pelos partidos políticos da extremistas da esquerda como pt, rede, psb, pdt, psol, pcdob.... basta ver claramente o ativismo político dos ministros do stf apadrinhados pelo pt e pela esquerda extremista basta ver também que a rede globo é totalmente controlada pelas ideologias comunistas e marxistas dos partidos políticos comunistas da esquerda".
- ☐ C3: "Os partidos políticos comunistas do Brasil PT, PSB, PDT, REDE, PSOL, PCdoB, PSOL, PCO, estão todos minando a democracia no brasil e deixando o brasil a beira do comunismo e de ser comunista. acodem para a realidade! o lula ladrão, a marina silva, o ciro gomes são extremistas radicais assim com os xiítas."
- □ C4: "O PT detonou com a qualidade da educação pública, e o governo Bozo está adorando deixar como está. Tenho forte convivência neste meio, e alunos hoje recebem diploma de ensino médio sem saber 50% do que os que se formavam há 50 anos atrás. Chegam na faculdade privada e são aprovadas por uma necessidade financeira das mesmas, de manter alunos para dar lucro. E os cursos de EAD então, fraquíssimos. Não é à toa que Bozo virou presidente."
- ☐ C5: "Meu irmão se formou no ensino médio em 2008 com 6 meses de aula em um supletivo, e se ele esteve presente em 30 % dos dias letivos nesses seis meses foi muito. Para vocês verem o nível de educação que governos querem dar para virar estatísticas que a maioria tem 2 grau…"
- C6: "A educação de base (principalmente a pública) está em níveis catastróficos. Hoje, alunos saídos do segundo grau não sabem o básico de português, matemática, história, ciências. O número de redações com nota zero aumenta a cada ano. O que deveria ser feito é melhorar a qualidade de ensino de primeiro e segundo graus para TODOS terem condições de entrar para uma universidade. O nivel é cada vez mais baixo e o pior, o aluno de hoje com enormes deficiências, será o professor universitário de amanhã."
- ☐ C7: "Somente os esquerdistas desses partidos políticos comunistas PT, PSOL, PDT, PSB, REDE, PCO, PCdoB, concordam com todas as pautas da esquerda comunista e

liberal de tudo que é estrume: 1- Só Vidas negras importam. 2-Destruição da vida através do aborto. 3- Fazer dos índios um povo isolado do povo brasileiro. 4-Desvalorizar e atacar e criminalizar a Polícia. 5-Lutar pela luta de classes no Brasil e colocar os pobres contra os ricos e atacar democracia. 5- Casamento de mulher com mulher 6- Defender a ideologia de gêneros, um só banheiro para meninos e meninas usarem juntos. "

- ☐ C9: "A estrutura do ministério da educação está tomada por comunistas e petistas, por isso a educação no Brasil vai ser sempre uma m\*\*\*\*\*\*, seja qual for o governo ou ministro. Desde o ano de 2003 o orçamento do ministério quintuplicou, mas isso em nada adiantou, pois o Brasil ocupa os últimos lugares em todos os critérios internacionais de avaliação, como o PISA, por exemplo. É simplesmente vergonhoso! E a pergunta que fica é: pra onde foi todo esse dinheiro mal investido??"
- ☐ C10: "E mais ainda, o maior desastre é quando pessoas tidas como "especialistas e doutrores" vem a público defender esse modelo fracassado de educação, logo pessoas de quem se espera que tenham bom senso, discernimento e conhecimento, pelos títulos que ostentam."
- ☐ C11: "Pt do lula ladrão aparelhou todas as universidades públicas com suas ideologias marxistas e comunistas por isso essa terrível doutrinação e esquerdismo político em todas as universidades do brasil."
- ☐ C12: "O pt do lula ladrão detonou com a qualidade da educação pública em geral"
- ☐ C13: Patifaria este negocio de cotas, meu pai é negro e não é burro então não precisa de cotas, negro é inteligente cota é uma forma de racismo, invenção do governo passado para levar dinheiro para cuba!"
- ☐ C14: "Felizmente no Brasil, não é todo afrodescendente que se deixa pautar pelos delírios da esquerda, que se arvora de defensora dos negros enquanto apoia o criminoso regime cubano cuja característica é a exploração da maioria negra por uma elite minoritária branca que controla o regime. Quem se deixa pautar pelos outros, em troca de "benefícios", acaba como essa maioria cubana."
- ☐ C15: "O sistema de cotas é uma excrecência criada pelos lideres esquerdistas, os mais populistas que detém o poder. Querem corrigir o erro de uma educação falha com outro erro, fazendo com que pessoas não aptas a cursar determinados cursos e níveis, sejam aceitas por meio de cotas. Se aplicassem o dinheiro do contribuinte na educação básica todos teriam condições de disputar uma vaga nas universidades em condições de igualdade."

- ☐ C16: "Próximos passos da esquerda: 1. exigir empregos para pós graduados cotistas na iniciativa privada e, por fim, 2. exigir que as pessoas tratem com os cotistas! a única exceção será aberta aos políticos de esquerda que terão direito de escolha! no caso de problemas de saúde, os políticos de esquerda serão tratados no sírio-libanês ou albert einstein, por medalhões da medicina, com direito a furar qualquer tipo de fila! a esquerda brasileira é patética!"
- ☐ C17: "E como esquerdista nenhum sabe que o problema na educação não são as cotas, mas a péssima qualidade do ensino no país, ele fica fazendo papel de bobo pedindo cotas para políticos, cuja corrupção extravagante impede a melhora no sistema de educação, que garantiria aos pobres de todas as etnias maiores chances na disputa pelas melhores vagas universitárias.

Dentro da última dimensão, intitulada "Carta - Branca", pode-se obter conforme as seguintes palavras-chave: "Governo, Governança", "Medida correta" ,"Apoio governamental", "Cumprimentos ao governo" ou expressões com ideias semelhantes.

- ☐ C1: "Parabéns ao governo eu sou a favor de acabar com privilegiativos de cotas, afinal todos são iguais e tem a mesma capacidade..."
- ☐ C2: "Quando temos um avanço revogando essas cotas ridículas logo retrocedemos com a revogação. Até quando seremos covardes de deixar permanecer essas cotas? Coragem para acabar com isso."
- ☐ C3:"Temos que acabar no Brasil todo tipo de cota, isso esta acabando com os Brasileiro, somente ter um rotulo que entrou em uma faculdade através de cota já é um modelo de denegrir a imagem de uma pessoa. Vamos acabar com as cotas no Brasil"
- ☐ C4: "Parabéns. O povo já tem vantagem em não ter mérito total para entrar e não quer pagar ou passar numa prova depois de estudar de igual para igual, ali acaba a diferença, não tem que ter cota, ou sabe ou paga."
- ☐ C5: "Perfeito, esse tem coragem de enfrentar a hipocrisia e o exagero do politicamente correto terrorista!"
- □ C6:"E ele está certo!!! Uma vez que o até então cotista cursou uma universidade COMO TODOS OS OUTROS COLEGAS em seu curso,ele estará em condições como quaisquer outros de concorrer a vaga na pós graduação...Daqui a pouco teremos reserva de vagas em estacionamento e até em lugar na fila do supermercados para negros, indígenas e qualquer pessoa que se julgue "minoria"..."

- C7: "Eu tenho nível superior e pós graduação. E tenho ascendência africana. Jamais invoquei as cotas. Como tal, e para mim, opino que as cotas diminuem o valor da pessoa humana de cor negra, como se esta precisasse de muletas para se colocar ao lado das demais pessoas. Além disso, fere o amor à pátria, colocando brasileiros contra brasileiros, convertendo-nos todos em massa de manobra de políticos entreguistas, que sonham em ver o povo brasileiro sob cabresto estrangeiro."
- ☐ C8: "Melhor ministro da história do Ministério da Educação !!! Parabéns, afinal cota é racismo declarado e vergonha ..."
- ☐ C9: "Esta certo, tem que cortar mesmo, nada de privilegio e assistencialismo. acho que demorou ".
- ☐ C10: "Parabéns Ministro! Ótima decisão! Precisamos acabar com esses favorecimentos para raça negra! Além de ser inconstitucional é imoral!"
- □ C11:"Parabéns ao ministro pela coragem! cotas só aumentam o racismo estrutural e vejo brancos de olhos claros se auto declarando negros para terem acesso um país miscigenado como o nosso, essa politica esquerdista, serve apenas com fins eleitorais!!!"

# 3.4 - ANÁLISE DA PRIMEIRA DIMENSÃO: IGUALDADE E JUSTIÇA.

Dentro da primeira dimensão do nome "Igualdade e Justiça", os comentários apontam para a ideia de que todos os cidadãos independentes da cor são pessoas com possibilidades iguais de obter os mais relativos aspectos necessários para a vida. Isto, é perceptível nas descrições pejorativas dos negros que ingressaram no sistema de ensino público por meio das cotas raciais. Como por exemplo, o C6: "Cadê a igualdade??? Isso é discriminação. Existir cotas é dizer que pessoas de raça, cor, etnias diferentes não são capazes de passar em um vestibular, concurso, entre outros. Isso também é discriminação. Todos são iguais, independente de sexo, cor, credo......"

Dentro de uma perspectiva teórica, uma das possíveis respostas para tal fenômeno dentro da constituição sociocultural do Brasil e levando em consideração os aspectos relatados nos comentários em questão, pode-se criar um paralelo do que é descrito nos comentários com a ideologia do que é visto e entendido como "democracia racial".

Bernardino (2002) pontua que a ideia da democracia racial dentro do cenário sócio-político do Brasil na época varguista, trouxe algumas consequências significativas que

ainda são imperceptíveis atualmente. De acordo com o autor, a primeira consequência gira em torno da seguinte ideia:

[...] desenvolveu-se a crença de que não existem raças no Brasil, uma vez que por raça se entende agrupamentos humanos que compartilham certas características hereditárias que não são partilhadas por nenhum outro agrupamento humano, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, porte físico. Assim, a inexistência de raças no Brasil decorreria do processo de miscigenação que diluiu as supostas "essências" naturais originais das três raças que fundaram a população brasileira. Tal interpretação supõe uma essência biológica possível de ser encontrada em outras partes, mas não no Brasil. Neste sentido, imagina-se que o Brasil inaugura a possibilidade de um mundo sem raças. Este excepcionalismo faz do brasileiro orgulhoso de si mesmo, a ponto de querer ensinar lições às nações ainda marcadas pelo racismo. (BERNARDINO, 2002, p.254)

Assim, pode-se perceber que comentários que foram registrados na primeira dimensão, refletem bem a primeira consequência apontada por Bernardino (2002). Os apontamentos da primeira dimensão trabalham com a ideia de que todos são iguais, e que por isso, não há a necessidade de existir cotas para pessoas pretas. Além disso, as descrições que trabalham com a ideia de igualdade e justiça, também trazem a ideia de meritocracia.

Outrossim, os comentários da primeira dimensão apontam que a ideia de cotas é contrária a perspectiva de meritocracia, pois todos têm as mesmas condições de conseguir os mesmos objetivos independentemente de raça. Nesse sentido, vale ressaltar que em seus estudos, Bernardino (2002) diz que essa ideia de que não existe raças, só é apontada pelas pessoas em seus discursos e posicionamentos, quando a temática em voga é favorecer os grupos marginalizados que constituem a sociedade, em exemplificação os pretos, os pobres, os homossexuais e outros grupos silenciados.

Sob o mesmo ponto de vista, Bernardino (2002) diz que a segunda consequência da ideia da democracia racial em nossa cultura é:

[...] em lugar da raça, admite-se que existe no Brasil apenas uma classificação baseada na cor, que pretende ser encarada como uma mera descrição objetiva da realidade sem implicações político-econômico-sociais, tais como discriminações e preconceitos. (BERNARDINO, 2002, p.255)

Desse modo, pode-se afirmar que todos os comentários que fazem referência à comunidade brasileira dentro de uma questão sociocultural, prefere ignorar as ideias de raça adotando somente a perspectiva de que as pessoas possuem cores diferentes, e falar de raça é o mesmo que estipular uma ideologia racista em nosso meio. Para a maioria das pessoas que são adeptas a ideologia da democracia racial, falar de raça é ser racista, pois a principal argumentação em relação a tal contexto é de que biologicamente falando raça é algo inexistente, logo não há necessidade de pensar em políticas públicas que sejam baseadas em tal ideia.

Em contrapartida, vale ressaltar que tal posicionamento discorda do contexto sociocultural de constituição do Brasil. O racismo, o preconceito e a discriminação são questões sociais e culturais. Por isso, levar em consideração a perspectiva biológica faz com que o debate sobre tal tema tenha inferências, com ideologias diferentes.

Por fim, a última consequência que Bernardino (2002) aponta como consequência da democracia racial gira em torno da seguinte ideia:

[...] qualquer tentativa de falar em raça negra é vista como uma imitação de idéias estrangeiras, uma vez que não existem raças no Brasil, conforme se acredita. Logo, aqueles que falam de políticas sociais para negros são acusados de racistas. A maneira brasileira de encarar o problema racial define como racista "aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem". A partir dessa maneira de encarar a realidade, em que se define como racista aquele que separa, evitou-se, do ponto de vista oficial, reconhecer o tratamento diferenciado de brasileiros em decorrência da raça, mesmo se este reconhecimento pudesse significar uma oportunidade para a correção de desigualdades. Assim, por exemplo, o movimento social dos negros é acusado de racista, uma vez que diferencia os negros dos brancos. Em outras palavras, a regra no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil será uma "disposição para 'esquecer o passado' e 'deixar que as coisas se resolvam por si mesmas', uma vez que, conforme acreditam, não existem raças no Brasil. E, conseqüentemente, como não existem raças, não cabe falar de população negra. (BERNARDINO, 2002, p.255 - 256)

Dentro dos comentários da primeira dimensão é perceptível que há uma intolerância em relação a qualquer ideia ou posicionamento que seja favorável a defesa do povo negro dentro do espaço nacional. Em exemplificação, temos o C3: "Esta certo, tem que cortar mesmo, nada de privilegio e assistencialismo. acho que demorou". O uso da expressão "privilégio" traz a ideia de que os pretos estão recebendo um favor por parte do governo. Algo que os pretos não merecem e não merecerão de acordo com esses tipos de discursos que são propagados por esses sujeitos que são interpolados por essas ideias.

A ideia de que o negro possa ter a oportunidade de ter acesso à universidade e assim alcançar o mesmo espaço que sempre foi escancarado aos brancos com facilidade e até mesmo legitimado para eles e seus semelhantes, incomoda toda uma estrutura que foi estruturada e legalizada pelo contexto social, político e histórico do Brasil.

Os comentários passam por dimensões diferentes, desde aspectos que ironizam a defesa dos direitos do povo negro até aqueles que relativizam as dificuldades sociais que fazem parte do cotidiano dos pretos no Brasil. Posicionamentos que são favoráveis as defesas das minorias, o que inclui os pretos, são tendenciosamente atacadas de forma direta por pessoas que não acreditam na ideia de raças visto que a sua base afirmativa para tal posicionamento gira em torno da questão biológica. Seguindo a mesma característica, posicionamentos políticos e também políticas públicas também estão à mercê de tais ataques.

Por exemplo, o C7: "eu pelo menos nao precisei de ajuda de "lei" pra passar em concursos, passei por meritos, logo, essa "lei" so mostra que algumas raças precisam de "ajudinha" pois nao sao inteligentes a ponto de se passarem sozinhas..." Podemos salientar que a palavra "lei" e "ajudinha" ilustram o fato de que há a crença de que a política oportuniza aos pretos uma facilidade de acesso a universidade. Esse tipo de discurso, quando propagado, mostra que o conceito de igualdade e justiça só pode ser aplicado por parte do sistema jurídico, quando o mesmo favorecer aqueles que sempre foram colocados no topo da pirâmide social. Quando o quadro começa a ser invertido, a rejeição e discriminação começam a fazer parte dos discursos.

Ademais, o mito da democracia racial e suas ramificações proporcionam uma polarização dentro da sociedade e faz com que o debate social seja visto como indesejável e desnecessário, além de uma temática que reforça estereótipos e o racismo de acordo com os adeptos de tal ideologia. Pensar em valorizar as minorias e dar espaço aos marginalizados é mais difícil do que rever conceitos e valores colonizadores e conservadores.

Ainda sobre os comentários apresentados na primeira dimensão, Memmi (1967) sintetiza de forma oportuna, em relação às mensagens da primeira dimensão, os aspectos do mundo colonial e como o colonizador porta-se mediante a fabricação da ideologia desse mundo colonialista.

Ao fabricar a ideologia do colonialismo, ao tentar estabelecer a tese de sua superioridade, que é puramente circunstancial e histórica, o colonizador desemboca inevitavelmente no racismo. Para justificar, para legitimar o domínio e a espoliação, o colonizador precisa estabelecer que o colonizado é por "natureza", ou por "essência", incapaz, preguiçoso, indolente, ingrato, desleal, desonesto, em suma, inferior. Incapaz, por exemplo, de educar-se, de assimilar a ciência e a tecnologia modernas, bem como de exercer a democracia, de governar-se a si mesmo. "Não é uma coincidência. O racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonialista e colonizado". (MEMMI, 1967, p. 9.)

Ao refletir sobre a afirmação de Memmi (1967) podemos levantar o questionamento: "Como o colonizador ainda se estabelece como superior em relação ao colonizado em tempos midiáticos?" A resposta está descrita exatamente em comentários que expressam sua mensagem principal a inferioridade do outro, nesse caso a inferioridade dos cotistas pretos da nossa atual sociedade.

Sob o mesmo ponto de vista, temos o comentário C10 da dimensão em questão que diz: "Cotas são para pessoas burrras que utilizam o subterfúgio da cor, etnia, orientação sexual, para justificar sua condição acéfala," o comentário C2 que diz: "Só no Brasil que tem hipocreta, cota porque se samos todos iguais, tem negro pobre e também brando, aonde fica o

direito dos branco, samos raça humana" e o C12 que diz: "Daqui a pouco tem cota até pra boióla!"

As expressões "pessoas burras" no C10, "aonde fica o direito do branco" no C2 e "[...] cota até pra boióla!" no C12 representam na mais pura essência, o discurso do colonizador e os seus pensamentos sobre o colonizado. Vale ressaltar, que os sujeitos que pronunciam essas mensagens não são os colonizadores, mas são sujeitos influenciados por um discurso baseado na colonialidade. E, a repetição desses pensamentos validam o racismo, discriminações e outras óbices.

Maldonado (2007) discorre sobre a colonialidade:

Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONADO,2007, p. 131.)

Desse modo, podemos concluir que a colonialidade ainda faz parte dos nossos tempos. A mesma, perpassa e se adapta aos vários contextos de vicissitudes socioculturais das comunidades. Por isso, ela ainda existe na mente das crianças, na mente dos adultos, nas mídias, nos textos definidos como acadêmicos e em nossos valores delimitados como éticos e morais.

Assim, pode-se concluir que toda vez que o colonizador se sentir invadido, ou até mesmo perdendo o seu espaço conquistado pela exploração, depreciação e silenciamento das minorias, ele usará todos os recursos possíveis para retomar a sua superioridade e inferioridade em relação aquele que dentro de um contexto social e histórico sempre esteve à margem.

O discurso que sempre reforçou histórias deturpadas e verdades incompletas - ou apenas um lado do que seria a verdade. Destarte, Bhabha (1998) declara:

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma nação sujeita, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. (BHABHA, 1998, p. 15)

Logo, o colonizador não vê barreiras para colocar-se em um espaço superior e "garantir" seu domínio colonial dentro dos aspectos de ser, poder e saber. O outro, para o colonizador, nunca merecerá espaço e condições de ser, estar e poder ser livre e digno. O discurso colonial é pautado em uma "fixidez", uma fixidez que se baseia na mensagem de

ordem e progresso, mas há por trás desordem, degeneração e uma repetição demoníaca que faz os estereótipos ganharem força dentro das estruturas comunitárias (BHABHA, 2013, p. 117).

No que compete à ideia de igualdade constantemente apontada em diversos comentários da primeira dimensão, como por exemplo: o C11: "Não são todos iguais? e querem incentivo de cotas pra quê? quem está aplicando discriminação não é quem está dando a esmola e tirando selfie? tem que acabar com as cotas mesmo!!! e s cada um consegue sua vaga por mérito e não por esmola! no sistema todos são apenas numeros, o que acaba com a tese de racismo !!" e o C15: "Todos nos somos iguais perante a lei, cota torna as pessoas desiguais. (não existe branco, preto, amarelo, japonês, italiano etc... existe pessoas e todos tem que lutar por um lugar ao sol)", podemos retomar a ideia de Gomes (2005, p. 47) que distingue a igualdade formal (aquela registrada em leis e decretos) para a igualdade material, onde o mesmo diz: "igualdade material ou substancial é a forma de pensar e avaliar desigualdades concretas na sociedade. Tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente para que dessa forma haja igualdade material ou substancial".

Dessa forma, pode-se afirmar que a igualdade material e ou substancial é pautada dentro dos aspectos que são relativos ao conceito de equidade. Tratar os iguais nos mesmos parâmetros correspondentes a essa igualdade e os desiguais nos mesmos parâmetros correspondentes a essa desigualdade é uma das ferramentas ideológicas que podem fundamentar e modificar a realidade no contexto sociocultural. Sendo as cotas raciais, uma medida que trabalha exatamente com a igualdade material, o que difere da igualdade formal que a maioria dos sujeitos acredita ser a única a existir no espaço sociopolítico.

### 3.5 - ANÁLISE DA SEGUNDA DIMENSÃO: OBSCURANTISMO.

Dentro da segunda dimensão denominada obscurantismo, os comentários associados a tal eixo mostram o desconhecimento por parte da população em relação às diretrizes que constituem a lei de cotas. Como por exemplo, temos o C1: "Negros ou brancos com condições financeiras boas são pessoas iguais. Negros ou brancos com condições financeiras ruins são pessoas iguais. Sou a favor de cotas, mas não cotas raciais e sim para os menos favorecidos e para os deficientes físicos. Quem era para ter direto as cotas seriam todos os estudantes da escola pública, pessoas que moram em comunidades ... pessoas de baixa renda ... O maior preconceito é separar o cidadão entre raças". Esse comentário mostra a ausência de afinidade

que os sujeitos adeptos desse discurso ou de mensagens semelhantes ao C1 têm sobre a lei de cotas.

No que compete ao atual cenário nacional, Baranzeli (2014) discorre:

A ascensão de governos populares - em todas as esferas políticas, aos quais visam novas perspectivas políticas de governança gerou impactos e discussões acaloradas sobre as medidas necessárias para resolver problemas contemporâneos de desigualdade no País. As políticas que dizem respeito à igualdade de direitos, justiça distributiva e reparação histórica estão em voga nos círculos sociais e acadêmicos, como nos veículos de comunicação de massa. (BARANZELI, 2014, p.40)

Assim, os meios de comunicação do cenário atual expõem de forma direta alguns elementos que constituem o grande debate relacionado às políticas de ação afirmativa centradas na perspectiva étnica racial. Em exemplificação, Baranzelli (2014) menciona uma entrevista que aconteceu no ano de 2013 que mostra o pensamento da população em relação à política afirmativa das cotas raciais.

O jornalista João Roberto Toledo publica no periódico "O Estado de São Paulo" que aproximadamente 62% dos entrevistados que fizeram parte do levantamento em questão se posicionam favoravelmente a ideia relativa ao ingresso dos pretos às universidades por meio das cotas.

[....] constatação importante da pesquisa é que há um apoio significativamente maior às cotas que levam em conta a renda (77%) e/ou a origem escolar (77%) dos pretendentes às vagas que às cotas baseadas só na cor autodeclarada do aluno (64%). Em contraposição aos 62% que apoiam todos os tipos de cotas, 16% dos brasileiros são contra qualquer uma delas, segundo o Ibope. Os restantes não souberam responder (5%) ou são a favor de um ou dois tipos de cotas, mas contra o terceiro: 12%, por exemplo, defendem cotas para alunos pobres e para alunos da rede pública, mas são contrários às cotas para alunos negros. A oposição às cotas para pobres, negros e alunos da rede pública tende a ser maior entre brancos, entre brasileiros das classes de consumo A e B, entre pessoas que cursaram faculdade e entre os moradores das capitais e das regiões norte e centro-oeste. (TOLEDO, 2013)

Vale ressaltar, que a pesquisa realizada por Toledo (2013) serve como um espelho que evidencia um reflexo polêmico da nossa atual condição social, condição essa que mostra que a ideia relativa às cotas raciais é vista e entendida como um retrocesso que prejudicará as vertentes sócio políticas do Brasil. A justificativas que fundamentam a política afirmativa em questão não parece ser clara para grande parte da população. Sendo tal conjectura, um fenômeno da democracia racial. (BERNARDINO, 2002)

Pode-se inferir que a discriminação racial é silenciada com base no princípio de igualdade e de descentralidade dos brancos nos poderes sociais e culturais. Conforme os apontamentos de Bento (2005) as cotas são vistas como uma medida mais pautada em protecionismo estatal e não como um direito legítimo da população negra em virtude do passado escravagista.

Dentro do ponto de vista em questão, Baranzeli (2014) discorre:

Juntamente ao mito da mestiçagem, unem-se os ideais híbridos de pensamento: há um entendimento de que os critérios de renda para o ingresso no curso de nível superior seriam mais justos, pois os mesmos acabariam por abranger os estudantes de ensino público e as populações das mais diversas origens étnicas". Nega-se que a raça poderia garantir certos benefícios sociais para os indivíduos brancos. Assim, reconfigura-se a perspectiva democracia racial, pois muitas pessoas defendem a ideia de que o negro é excluído apenas do sistema econômico, não sendo discriminado por sua cor pele. Torna-se a questão econômica algo simples e inato, não avaliando o processo histórico de escravidão e não assimilação da população negra pelo sistema capitalista pós-abolição - sistema que utilizará um discurso liberal não democrático para construção do estado nação brasileiro. (BARANZELI, 2014, p.41)

Assim, a ideia de que as cotas raciais são um retrocesso para a população brasileira pois todos são iguais e existe somente uma única raça predomina dentro do espaço sociocultural. Uma outra perspectiva que conversa com tal contextualização, gira em torno de como a mídia retrata as percepções e concepções relacionadas às políticas de ações afirmativas.

Sabe-se que a mídia tem um poder significativo na construção ideológica do indivíduo perante questões sociais, culturais e políticas de forma geral. Assim, pode-se inferir que o discurso relacionado a uma única identidade cultural e a inexistência de raças no Brasil está conectado com a forma na qual a mídia se posiciona em relação a essas questões. Seguindo a linha de pensamento em questão, Daflon (2012) pontua o seguinte:

De acordo com Robert Entman (2004), quanto menor é a familiaridade do público com um assunto apresentado pela mídia, mais suscetível ele será à aquisição da definição, interpretação causal, valoração moral e recomendação de solução propostas pelos meios de comunicação. Essa é a hipótese do enquadramento (framing) e ela vai ao encontro de um dos axiomas mais básicos da análise crítica do discurso, isto é, a ideia de que a realidade, ao mesmo tempo em que molda e constitui o discurso, é ela própria construída discursivamente. Não se trata aqui de postular um construtivismo social radical, uma vez que outros elementos concorrem para a constituição da realidade, mas de salientar o importante papel desempenhado pelas enunciações humanas. Nesse sentido, como os discursos da mídia são disseminados para grandes audiências, o poder de construção da realidade pelos meios de comunicação é um dos mais amplificados. (DAFLON, 2012, p.70).

Portanto, não se pode manter a ingenuidade no que compete às ideias que são determinadas pela mídia, visto que as mesmas partem sempre de um ponto de partida, não surgindo do vácuo ou do acaso. Para o autor, a mídia tem a tendência de expor os casos mais polêmicos - como o caso dos gêmeos da universidade federal de Brasília ou até mesmo de erros de comissões organizadoras em concursos e seleções - ou com algum erro em sua aplicação para que o mesmo ganha repercussão e consequentemente aumente a audiência do veículo de comunicação.

Assim, com a exposição dos casos mais polêmicos para o aumento da audiência para o veículo midiático em exemplificação, as políticas de ação afirmativa ficam limitadas as cotas raciais, o que faz com que a propagação do obscurantismo em relação às intenções do que seria as políticas de ação afirmativa sejam intensificados dentro das estruturas sociais.

De acordo com a linha de pensamento em questão, Daflon (2012) pontua:

Nota-se que, o enquadramento da problemática das ações afirmativas que O Globo e outros veículos de comunicação contribuem para construir está intimamente ligado às avaliações particulares de alguns atores sobre a problemática. Noutros termos, a apreciação moral que é feita das ações afirmativas depende da forma como as políticas são vistas por tais atores. Ademais, posto que o acesso a essa realidade é mediado pelos meios de comunicação de massa, as opiniões do público leitor em relação à política dependem das informações veiculadas na mídia. (DAFLON, 2012, p.64).

Ademais, os meios de comunicação determinam o pensamento da grande massa social levando em consideração o critério da audiência. Logo, aquilo que der mais Ibope para o canal midiático, será o mais rentável para tal empresa. E levando em consideração como a notícia é transmitida, a mesma será vista como verdade absoluta e disseminada como parâmetro do que é correto ou do que precisa ser revisto.

Dentro de uma perspectiva pós-colonial, podemos analisar os comentários da segunda categoria, trazendo à tona a seguinte citação:

A palavra final pertence a Fanon: esse comportamento (colonizador) traz uma determinação de objetificar, confinar, prender, endurecer. Expressões como "Eu os conheço", "é assim que eles são", mostram essa objetificação máxima atingida com sucesso... Há de um lado uma cultura na qual podem ser reconhecidas qualidades de dinamismo, crescimento e profundidade. Contra isto temos [em culturas coloniais] características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura.- (Fanon Apud Bhabha,1999, p. 128)

Ao observamos os comentários, como C2: "Também penso assim, se for ver pelo sistema de cotas o branquinho que nasceu na favela ta lascado, porque não tem poder financeiro para se custear e nem entra nas cotas por não ser negro nem deficiente, olha a contradição, cotas para pessoas pobres concordo.", C4: "Até hoje não vi cotas para quem realmente necessita: OS POBRES." C5: "Só se justifica COTAS pra comprovada POBREZA não importando raça nem etnia. Cotas pra raças é racismo oficializado. e C6: "Sou a favor de quotas sociais, isto é, condições financeiras para todos, independente da raça." Podemos ter uma clara aplicação da fala de Fanon.

As expressões como: "[...]o branquinho que nasceu na favela ta lascado", "[...]não vi cotas para quem realmente necessita: OS POBRES." e Sou a favor de quotas sociais.[...] independente da raça" são expressões de um discurso de colonialidade que mostra o quão

distante de conhecer as diretrizes da lei de cotas, estão os sujeitos que propagam esses discursos na sociedade.

A lei de cotas é uma ação afirmativa que visa diminuir os laivos do preconceito e da discriminação na sociedade, e a mesma possui em seus apontamentos critérios claros sobre como funciona o ingresso à universidade pública. Um dos critérios para ingressar por meio das cotas é a renda per capita de até 1,5 salário mínimo, um outro critério é levar em consideração que as vagas reservadas aos cotistas, não sendo preenchidas, devem ser destinadas aos estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental no ensino público, o que faz a lei n°12.711/2012 ser de caráter social, não favorecendo somente os pretos e pobres com condições inferiores, mas a todos que se encaixem nesses critérios. O discurso colonialista propagado por esses sujeitos é distante da realidade em todos os aspectos.

O colonizador por sempre sentir a necessidade de coisificar o colonizado e delimitar sua vida no que compete a existência e coexistência, emite discursos que em sua mensagem primária, além de oprimir o sujeito negro por sua história e origem, também reduz seus avanços na esfera política, cultural e social. Logo, a maioria dos comentários da segunda categoria, giram em torno da ideia de uma ignorância em relação às diretrizes que constituem a política de cotas, pois a mesma, é uma política que visa reconstituir o período de exploração da colonização.

De acordo com Carlos Madeiro, um repórter do site da Uol, a pesquisa do IBGE de 2018 apontou que 55,8% da população se declarou negra ou parda (a soma das duas raças é negra). Porém, entre os 10% da maior renda per capita, os brancos representavam 70,6% e os pretos, 27,7%. Nos 10% mais baixos índices de renda per capita da população, ocorre o contrário: os pretos representam 75,2% e os brancos 23,7%. Além disso, apenas 11,9% dos gestores da faixa de renda mais alta são pretos ou pardos. Entre os brancos, essa proporção é de 85,9%<sup>12</sup>

Relembrando e em consonância com tal perspectiva, Tragtenberg (2006, p. 477) em seu trabalho intitulado: "Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?", pontua: "Estudo do Ipea mostrou que entre os 10% mais pobres da população (indigentes), 70% são negros e 30%, brancos. Entre os 10% mais ricos há 15% de negros e 85% de brancos. Em outras palavras, a pobreza é negra e a riqueza é branca.[...]"

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> "Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os ...." 13 nov.. 2019, <a href="https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-tri-plo-do-que-entre-mais-ricos.htm">https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-tri-plo-do-que-entre-mais-ricos.htm</a>. Acessado em Novembro. 2020.

Desse modo, podemos levar em consideração a afirmação de Tragtenberg (2006, p. 477) e os dados apontados pelo IBGE de 2018, que a pobreza no Brasil tem cor, sendo esse um fato absoluto e infelizmente, histórico. A pobreza no Brasil é preta. Assim, podemos usar os comentários da C4: "Até hoje não vi cotas para quem realmente necessita: OS POBRES." e C5: "Só se justifica COTAS pra comprovada POBREZA não importando raça nem etnia. Cotas pra raças é racismo oficializado" para evidenciar o quão colonizado o Brasil ainda é em relação à existência e coexistência do sujeito negro dentro da sociedade.

É interessante salientar a repetição das palavras "pobre" e "pobreza" nos comentários da segunda dimensão, esses termos ao serem analisados dentro do contexto no qual foram utilizados trazem a imagem de que é muito mais fácil aceitar a presença das pessoas pobres dentro das universidades ou dentro de outras esferas historicamente elitizadas, do que aceitar a presença do preto nesses campos. A presença do preto na universidade pública, espaço anteriormente utilizado pela burguesia branca, começa a ganhar cor, pois os pretos começam a aparecer e adquirir os mesmos conhecimentos que foram oportunizados para uma pequena parcela social, que numericamente é inferior, mas que sempre teve todo o domínio.

Podemos observar, que mesmo mediante a fatos, dados e pesquisas concretas, o sujeito colonizador ignora a realidade e tenta a qualquer custo oprimir, objetificar silenciar a imagem e identidade do negro dentro do quatro sócio-político. Os discursos pautados na ideia de democracia racial, de meritocracia, de justiça e igualdade e até mesmo de descentralização do poder branco na sociedade é quebrado diante de tais contextualizações.

Nesse mesmo sentido Pratt (1999) pontua:

[...] em nossa época chamada de pós-colonial, na qual o imperialismo é visto como substituído pela globalização, a pele branca continua agradando, as filhas continuam sendo vendidas, e os mitos imperiais continuam gerando significados, desejos e ações. Falta muito para que nos descolonizemos (PRATT, 1999, p. 15).

Assim, podemos concluir que o discurso colonial ele transparece a imagem de ordem, de progresso e de melhorias para a população. Mas, o mesmo é constituído por trás dessa camada, de um conjunto de estereótipos, de preconceitos e discriminações que silenciam todos aqueles povos que não fazem parte da histórica elite branca. Elite essa, que não tem limites para manter seus valores acima de tudo e todos, pois para eles é mais válido o domínio e a exploração do que a existência história de seres humanos. Como declara Pratt (1999, p 15): "Ainda falta muito para que nos descolonizemos".

# 3.6 - ANÁLISE DA TERCEIRA DIMENSÃO: AÇÕES GOVERNAMENTAIS.

Ao analisarmos os comentários da última dimensão, podemos retomar os posicionamentos de Zanotelli (2014) que diz o seguinte:

Nossos saberes, nossas práticas, nossos poderes são fruto e expressão da Colonização, reprodutores e aprofundadores da Colonização [...]. Nossa ciência precisa se pautar pelo positivismo da constatação e da matemática, como o indica a Modernidade europeia. Nossa Filosofia é consequência dos "grandes" pensadores da metrópole. Sobre eles realizamos nossas teses de mestrado e doutorado, porque eles são o critério da verdade filosófica. A teologia europeia nos indica o que é certo e errado sobre a fé, sobre a religião, sobre as falsas religiões, sobre as superstições. Nossos ritos religiosos repetem os da metrópole, mesmo que em contradição com o tempo de sua celebração: celebramos a Páscoa da ressurreição, a festa da Primavera e da vida, quando começa o outono [...]. Somos colonizados. Somos colonizados no sentir, no ouvir, no interpretar e no falar. E para pensar a possibilidade de descolonização é preciso, antes de qualquer coisa, pensar na colonização. (ZANOTELLI, 2014, p.492)

Ora, se somos colonizados no sentir, no interpretar, no ouvir e no falar, como pontua Zanotelli (2014), logo, o nosso ideal político administrativo não foge dessa regra. As governanças também são moldadas por valores coloniais, valores esses que reforçam ideias opressoras no que compete à existência e realidade das minorias sociais, além de arrastar adeptos que se posicionam favoravelmente ao discurso colonial, discurso esse que é disfarçado com capa de "ordem e progresso".

#### Conforme, Bonnici (2000) pontua:

Na teoria pós-colonial o Outro é o centro imperial, o discurso imperial, a metrópole. O Outro proporciona os termos através dos quais o sujeito colonizado fabrica sua identidade dependente. O Outro é também o aparato ideológico absoluto através do qual o colonizado começa a se ver e a ver o mundo ao redor dele. Portanto, o sujeito existe no fitar e no olhar do outro e sendo o poder colonizador como um fator maternal, introduz noções de pátria e de seus derivados em sua ideologia (BONNICI, p.133, 2000).

Assim, dentro das ideologias políticas e partidárias, podemos concluir, tendo como base a fala de Bonnici (2000), que o colonizador começa, ainda por meio do discurso, a moldar e sistematizar o pensamento do colonizado para que o mesmo adquira noções imperialistas e nacionalistas sobre a sociedade e sobre a realidade de tal sociedade. Pode-se inferir que na maioria dos casos, o discurso colonialista político, faz o colonizado sentir-se o responsável pelos problemas existentes na comunidade.

Dentro da análise dos comentários da última dimensão, surgiu a necessidade de deixar mais clara a definição do que seria direita e esquerda política no Brasil. Desse modo, Madeira (2011) nos ajuda a entender tal distinção com a seguinte pontuação:

Tomando o caso brasileiro como exemplo: após o final do regime autoritário, a definição do significado de esquerda-direita estava intimamente relacionada ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime.[...] A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário. Os partidos considerados de direita (PP e DEM) foram os principais apoiadores do

regime, os partidos de centro (PMDB e PSDB) representam em linhas gerais a oposição (sub-dividida entre moderados e autênticos) permitida pelo regime e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar). (MADEIRA, p.175, 2011)

Portanto, o conceito de direita e esquerda política no Brasil está associada com a proximidade que esse partido ou essa ideia tem do regime militar. Podemos destacar também a afirmativa de Bobbio que é resumida por Bresser-Pereira (1997) da seguinte maneira:

Bobbio diz que é de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda mais igual, por uma maior justiça social. E é de direita quem não tem este objetivo como prioridade, vendo a desigualdade como inevitável e sob muitos aspectos desejável (BRESSER-PEREIRA, p.55, 1997).

Assim, a polarização que existe entre partidos de esquerda e direita, estão pautadas sobre a premissa histórica relativa ao período da ditadura militar no Brasil. Período esse, que é dotado de diversas ideologias político-administrativas que nortearam durante um tempo significativo as estruturas sociais brasileiras. Sob esse mesmo ponto de vista, e ainda levando em consideração o que seria esquerda e o que seria a direita política do Brasil, Bresser-Pereira (2006) declara o seguinte:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA,p. 26-27 2006).

Ademais, podemos ressaltar que o regime militar no Brasil, caracteriza-se por valores que ficaram marcados em nosso modo de ser, pensar e agir. Pode-se destacar como elementos que caracterizam o regime militar, aspectos como o discurso que era pautado na tese de ordem e paz social, discurso esse que tinha como principal objetivo combater o que era chamado de "perigo comunista". Um outro ponto que pode ser destacado e que também fez parte do período em questão é a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento do capitalismo privado, ou seja, expandir empresas e negócios regionais e nacionais, pois a "economia não podia parar" independente dos anseios sociais.

Além disso, a base do regime militar brasileiro tinha missões e visões bem claras e sem margens para demais fatores sociais. Em exemplificação, pontua-se a necessidade de construir relações e adaptar-se ao que o sistema político administrativo dos Estados Unidos determinava como adequado para o país. Outro elemento é o fato da burguesia estar associada aos princípios estrangeiros e por fim, a estrutura da base social brasileira ser constituída essencialmente da classe média urbana modernizada, da elite burocrática civil e militar e as oligarquias agrárias. (VIZENTINI, 1998)

Portanto, retomamos a fala de Bonnici (p.133, 2000) que diz [...] "o sujeito existe no fitar e no olhar do outro e sendo o poder colonizador como um fator maternal, introduz noções de pátria e de seus derivados em sua ideologia." O poder do discurso colonial molda o pensamento e o senso do sujeito colonizado sobre tudo o que o cerca, e a política não está fora do alcance de tal contextualização. O regime militar brasileiro silenciou por décadas as minorias e os anseios do povo, tudo em nome de uma paz mundial e do progresso nacional.

Ideais relativas a uma única identidade nacional, a inexistência de racismo no Brasil, a miscigenação cultural e os valores relativos à meritocracia foram impostos para a comunidade exatamente no período do regime militar. De 01 de Abril de 1964 até 15 de março de 1985, tivemos exatamente 21 anos de comandos, silenciamentos, apagamentos, execuções e erradicações de sujeitos e histórias que eram vistas e entendidas, por esse sistema colonial, como rebeldes ou como reconhece o período histórico, o "perigo comunista".

Além disso, a engenharia da colonialidade e do colonialismo são tão refinadas, que esse essas mensagens estereotipadas, imperialistas e silenciadoras são disseminadas pelos meios de comunicação, por meio de diálogos tidos como ingênuos, pelo ensino nas salas de aula e por valores que estão cristalizados em nossas crenças e costumes que acabamos não percebendo que o sujeito negro, favelado, o gay, a mulher, o indígena e outros, ainda vivem e padecem com os produtos do discurso colonial.

Para exemplificar que o discurso do colonizador ainda continua com a mesma essência excludente e com a necessidade de objetificar o colonizado, temos o C2: "A mídia é controlada pelos partidos políticos da extremistas da esquerda como pt, rede, psb, pdt, psol, pcdob.... basta ver claramente o ativismo político dos ministros do stf apadrinhados pelo pt e pela esquerda extremista basta ver também que a rede globo é totalmente controlada pelas ideologias comunistas e marxistas dos partidos políticos comunistas da esquerda", temos também C7: "Somente os esquerdistas desses partidos políticos comunistas PT, PSOL, PDT, PSB, REDE, PCO, PCdoB, concordam com todas as pautas da esquerda comunista e liberal de tudo que é estrume: 1- Só Vidas negras importam. 2-Destruição da vida através do aborto. 3- Fazer dos índios um povo isolado do povo brasileiro. 4-Desvalorizar e atacar e criminalizar a Polícia. 5-Lutar pela luta de classes no Brasil e colocar os pobres contra os ricos e atacar

democracia. 5- Casamento de mulher com mulher 6- Defender a ideologia de gêneros, um só banheiro para meninos e meninas usarem juntos. "

O uso das expressões como: "Somente os esquerdistas[...]" e "A mídia é controlada[...]" são exemplos claros de como o discurso colonialista tenta passar uma imagem de que eles conhecem, têm contato e de que sabem como funciona a realidade do colonizado. Nesse tipo de discurso, sempre há por parte do colonizador uma necessidade de inferiorizar o colonizado, assim como seus valores e crenças. Por isso, fazer com que os valores do colonizado - por exemplo, a sua religião, a sua orientação sexual e a sua política - é uma das formas que os sujeitos que são interpolados por esses discursos têm para manter aquele que está em posição superior, na superioridade, e na posição inferior, na inferioridade.

Destarte, pode-se observar que a refinaria da colonização continua com seu desempenho absoluto, pois as mensagens mostradas acima, assim como os demais comentários pertencentes a categoria em questão, exemplificam como que o discurso do colonizador se dispõe a oprimir, segmentar e inferiorizar o outro. Sendo que esse outro, é o sujeito que é visto pelo colonizador como o ser com cultura, princípios, condutas e realidades diferentes. Levando em consideração a clássica história de Narciso, podemos finalizar a análise da última dimensão com a seguinte frase: "Narciso não gosta daquilo que não é espelho".

## 3.7 - ANÁLISE DA QUARTA DIMENSÃO: CARTA - BRANCA.

Levando em consideração os comentários apresentados na quarta dimensão, podemos trabalhar com a afirmação de Nascimento (2016, p.93) que diz: "[...] a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que vem se perpetrando contra o afro-brasileiro." Uma coisa que precisa ser salientada é de que o genocídio apontado por Nascimento (2016), não se resume aos ataques contra os pretos nas ruas ou aos epsisódios de agressões policiais registrados pela mídia.

Existe uma forma mais elaborada e refinada em que o massacre contra os pretos está acontecendo no Brasil. Essa atividade mais desenvolvida começa no sistema político brasileiro, sendo esse, um sistema que visa manter um paralelo entre os que são superiores e inferiores, e isso tem como base os aspectos relativos a cor e renda.

Em conformidade com Fanon (2015) o capitalismo e a colonização são elementos que são inerentes. Desse modo, toda a estrutura do sistema colonial não é pautada na ideia do desenvolvimento dos sujeitos de forma plena, mas no poder aquisitivo. Quanto mais dinheiro

o sujeito possuir, mais humano ele será. Quanto menos dinheiro o sujeito tiver, mais próximo de ser coisificado ele vai ser dentro das estruturas sociais. Com isso, pode-se concluir com o posicionamento de Fanon (2015) que o sistema capitalista legitima as desigualdades sociais. Não importa o quanto os sujeitos fiquem à margem dos seus direitos, o que realmente importa é o quão rentável as coisas podem ser para o Estado.

O posicionamento de Fanon (2008) introduz de forma básica os aspectos que definem o conceito de Necropolítica. Mas, o que seria isso e qual a relação dela com os sujeitos colonizados? A necropolítica trabalha com as perspectivas de vida e morte e como essas perspectivas estão relacionadas ao poder e legitimidade do Estado.

De acordo com Mbembe (2016, p. 127):

O mundo da soberania [...] é o mundo no qual o limite da morte na alegada necessidade de evitar a morte foi abandonado. A morte está presente nele, sua presença define esse mundo de violência, mas, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada, nunca para nada além disso. O soberano", conclui, "é ele quem é, como se a morte não fosse... Não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites".

Assim, pode-se afirmar que a necropolítica está baseada na legitimação da morte. Em uma retomada do contexto histórico e nacional, o soberano do estado era o senhor de engenho, a pessoa que decidia quem iria viver e morrer na sociedade colonial, e essa escolha era permitida pelo contexto sociopolítico da época. Logo, a necropolítica baseia-se no direito de matar, direito esse que é dado ao governante que representa todo o poder na comunidade. Na modernidade, o poder soberano é representado pelo chefe do poder executivo nacional.

O sistema político que não proporciona a sociedade a construção de instituições de ensino, de hospitais públicos, espaços que proporcionem a livre manifestação de ser e pensar são sistemas que não potencializam a vida. Logo, um chefe do executivo que em seus discursos, tem falas como as que estão abaixo, está governando sobre os valores da necropolítica e propagando e incentivando a morte:

- 1."O erro da ditadura foi torturar e não matar", Sobre o regime militar;
- 2."Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também", Sobre o regime militar;
- 3. "Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", Sobre o Partido dos trabalhadores;
- 4."[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado", Sobre segurança pública;

- 5. "Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem", Sobre Religião;
- 6. "Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista", Sobre cotas;
- 7. "Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso" Sobre cotas;<sup>13</sup>

Assim, podemos chegar a conclusão de que Jair Messias Bolsonaro administra o Brasil sobre os valores da necropolítica como é perceptível em suas falas acima. Nas eleições de 2018 e em seu atual governo, o presidente já demonstrava por meio das redes sociais e pelas movimentações partidárias, o grande número de seguidores e defensores de suas ideias.

Sobre esses seguidores, o jornal eletrônico *El País*<sup>14</sup> publicou em 26 de Outubro de 2018, um levantamento sobre os eleitores de Bolsonaro que fizeram ele ser eleito. Esse levantamento apontava que Bolsonaro foi eleito essencialmente por pessoas brancas e ricas. Nas cidades mais ricas e mais brancas, como por exemplo as cidades do sul e sudeste, o número de eleitores do Bolsonaro chegou em aproximadamente 75% e nos municípios mais pobres, esse percentual não chegou a 25%. No final do 2° turno, a pesquisa relata que entre os eleitores do candidato, o número de pessoas brancas foi de 85%.

Dentro da perspectiva da teoria pós-colonial, podemos definir que o discurso do Bolsonaro, assim como o de seus seguidores é extremamente colonial. Por isso, torna-se necessário retomar o conceito de Bhabha (1998) que diz:

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma nação sujeita, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. (BHABHA, 1998, p. 15)

Logo, a necessidade que o sujeito adepto do discurso colonial tem de buscar métodos para manter-se no poder, ultrapassa o limite da ética, da moral e até mesmo da vida daqueles que não são semelhantes àqueles que estão no poder. A importância do sujeito na sociedade

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup>"Bolsonaro em 25 frases polêmicas - CartaCapital." 29 out.. 2018, https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acessado em 5 jan.. 2021.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> "Bolsonaro divide o Brasil: arrasa nas cidades mais brancas e ...." 30 out.. 2018, https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/actualidad/1540828734\_083649.html. Acessado em 5 jan.. 2021.

colonizada e capitalista está limitada à sua renda e sua cor. Em resumo, se o sujeito não for branco, rico e de direita - visto que esse é o lado partidário dominante no Estado - será objetificado e associado a escoria da sociedade.

Um elemento que precisa ser salientado é que o racsimo e a discriminação já faziam parte do cenário brasileiro, mesmo com o Brasil sendo governando por outros governantes de outros partidos políticos, mas o número de ataques racistas, homofóbicos, xenofóbicos, misógenos e outros, aumentaram significativamente no Brasil com as eleições de 2018 e a vitória de Jair Messias Bolsonaro. Um levantamento feito pela Ong SaferNet revela o crescimento exponencial dos discursos de ódio na internet entre os anos de 2017 e 2018.

Entre as denúncias, estão as de xenofobia que cresceram 552%, de neonazismo que aumentou 231%, de homofobia que subiu 53% e de racismo que registrou o aumento de 13%. As denúncias de intolerância religiosa foram as únicas que não aumentaram, diminuíram cerca de 27%. As denúncias que mais cresceram de 2017 para 2018, entretanto, foram as de violência ou discriminação contra as mulheres, que saltaram de 1.947 para 17.051, culminando em um aumento de 776%. <sup>15</sup>

Desse modo, podemos concluir que a presença do Bolsonaro no poder, fixou no Brasil os preceitos da necropolítica e fortaleceu o poder do discurso colonial, onde com sua vitória, o sujeito que se apropria do discurso colonizador sente-se com carta-branca para expor seus pensamentos intolerantes e discriminatórios. A necessidade de coisificar e oprimir o outro, já era evidente, mas com o chefe do executivo legitimando valores colonialistas, esses discursos ficam respaldados pelo sistema político.

Em exemplificação, podemos apresentar os comentários: C1: "Parabéns ao governo eu sou a favor de acabar com privilegiativos de cotas, afinal todos são iguais e tem a mesma capacidade...", C5: "Perfeito, esse tem coragem de enfrentar a hipocrisia e o exagero do politicamente correto terrorista!" e C10: "Parabéns Ministro! Ótima decisão! Precisamos acabar com esses favorecimentos para raça negra! Além de ser inconstitucional é imoral!".

Ao observamos os comentários acima, podemos perceber por meio das expressões : "Parabéns ao governo", "Perfeito, esse tem coragem de enfrentar a hipocrisia" e "Parabéns Ministro", que os sujeitos que são interpelados pelo discurso colonial, estão primeiramente, sentido-se respaldados e representados pelo governo e seus ideias, visto que o atual governo - o presidente e seus ministros - apresentam em seus discursos um conservadorismo extremo, pautado no ódio e no poder econômico.

1 4

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup>"Crescem os discursos de ódio na internet – Universo Ufes." https://universo.ufes.br/blog/2019/05/crescem-os-discursos-de-odio-na-internet/. Acessado em 5 jan.. 2021.

Um outro elemento que precisa ser salientado ao observar os comentários da quarta dimensão, é ter em mente quem são essas pessoas, como foi pontuado anteriormente, a maioria dos eleitores de Jair Messias Bolsonaro são brancos e ricos. Logo, ao manifestarem de forma livre seus pensamentos sobre as cotas raciais, podemos perceber que o desejo da branquitude é de fechar as portas que oportunizam aos pretos um espaço para buscarem o desenvolvimento profissional, acadêmico e até mesmo moral. Para a branquitude, o negro ter espaço na academia, no mercado de trabalho e em outros espaços que eram espcificos somente para os brancos, soa como ofensivo e como um ataque a imagem da nação brasileira.

Por isso, nos comentários da quarta dimensão, encontramos falas como o C10: "Parabéns Ministro! Ótima decisão! Precisamos acabar com esses favorecimentos para raça negra! Além de ser inconstitucional é imoral!". Para a branquitude, o negro ter a mínima chance de ocupar um espaço na academia ou em qualquer outro setor que historicamente não era oportunizado, é um ato "imoral e inconstitucional" alem de ser uma especie de "favorecimento para a raça negra".

A vitória do presidente em 2018 que governa sobre valores necropolíticos e colonialistas, expôs a vontade da elite branca de silenciar o espaço dos pretos e acabar com mínimas possibilidades que existem de progresso. Com o Bolsonaro no poder e os discursos de ódio de seus seguidores nas redes sociais, o nosso país caminha para a barbárie, para uma política que visa o lucro e dissemina o ódio ao diverso.

# **CONSIDERAÇÕES**

A dissertação em questão teve como principal objetivo evidenciar os traços de colonialismo e colonialidade nos discursos acerca do acesso do jovem negro à universidade por meio da política de cotas raciais. No que compete a políticas públicas enfatizando o povo negro, destaca-se a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Sendo essa, a lei que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências", e em consonância, o decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012 que "regulamenta a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

No que compete a metodologia, foi usada a análise de conteúdo; a análise de conteúdo é uma forma de descrever e explicar o conteúdo de vários arquivos e textos. Essa análise leva à descrição do sistema, qualitativo ou quantitativo, ajuda a reinterpretar as informações e compreender seu significado. Um dos principais métodos da análise de conteúdo é a construção de categorias. A categorização é um processo de agrupamento de dados que considera os pontos comuns entre fatores predominantes. De acordo com os critérios previamente estabelecidos, são classificados por similaridade ou analogia.

Usando a metodologia que foi apresentada pode-se chegar a quatro categorias para que houvesse análise de conteúdo. A pesquisa trabalha com duas notícias que juntas contabilizam mais de 200 comentários sobre a ação do ex-ministro e a revogação da portaria. O primeiro site selecionado é o g1.globo.com que traz a seguinte notícia relativa à revogação: "MEC revoga portaria que acabava com incentivo às cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação", com publicação no dia 23/06/2020. O segundo site

escolhido foi a educação.uol.com.br, que traz a seguinte notícia sobre a mesma temática: "Weintraub revoga portaria de cotas para negros e indígenas em pós-graduação" com a publicação no dia 18/06/2020.

Após observar os comentários referentes às reportagens em questão, foi determinado processo de análise de dados no sentido de compreender e evidenciar traços de colonialismo e colonialidade nos discursos referentes à imagem do negro contextualizado com a atual política de cotas. Os comentários foram organizados em algumas dimensões de análise que serviram como base para reconstruir as categorias e consequentemente, possibilitarem uma análise que indique os aspectos apontados no objetivo do escrito. As categorias definidas são: "Igualdade e Justiça, Obscurantismo, Ações governamentais e Carta-branca".

Ao observar os comentários que foram segmentados nas quatro dimensões apresentadas acima, foi possível fazer uma análise com base nos autores da vertente pós-colonial sobre como a colonialidade e o colonialismo ainda fazem parte das nossas estruturas sociais, que envolvem o nosso ser, o nosso poder e saber. A colonialidade e o colonialismo não estão limitados ao período histórico somente, como a maioria das pessoas acreditam e reproduzem por meio de seus discursos e posicionamentos.

O sujeito colonizado ainda precisa estar em estado de luta constante. Luta contra o imperialismo e opressão diárias que surgem nas mídias, nas aulas nas escolas e faculdades, nos diálogos entre amigos e familiares. A refinaria da colonialidade está, infelizmente, séculos mais avançada do que a nossa consciência sobre como esse processo nos afeta de forma invisível, mas direta e sem piedade.

Vale salientar que o escrito em questão não tem como objetivo "dar voz" aos pretos, por analisar o sistema de cotas por meio da visão pós colonial, mas oportunizar que os mesmos tenham espaço para existirem e coexistirem em suas respectivas realidades. A intenção não é dar voz, mas evidenciar que a colonialidade ainda determina e silencia o sujeito que, por inúmeros fatores de diferentes perspectivas, vivem à margem.

A luta para mostrar que a margem é viva, é poderosa, também possui história e também tem poder e capacidade é árdua e parece, em alguns momentos, perdida. Mas, enquanto houver discursos, como C10: "Cotas são para pessoas burrras que utilizam o subterfúgio da cor, etnia, orientação sexual, para justificar sua condição acéfala," C4: "Até hoje não vi cotas para quem realmente necessita: OS POBRES." e C13: Patifaria este negócio de cotas, meu pai é negro e não é burro então não precisa de cotas, negro é inteligente cota é uma forma de racismo, invenção do governo passado para levar dinheiro para cuba!", é sinal de que a luta continua.

Vale ressaltar, que a dissertação em questão durante a sua execução levantou outras questões que também podem servir para pesquisas futuras. Como por exemplo, o quão ciente estão as pessoas sobre o com colonizadas elas são? Até que ponto o atual cenário político nacional está dominado pela qualidade e pelo colonialismo? O motivo que faz os colonizadores preferirem o discurso de que todas as vidas importam ao invés de vidas negras importam? O que leva essa fala ser tão errônea para eles?

Desse modo, com a fala dos autores do pensamento pós colonial e com todos os comentários apontados e analisados nas dimensões acima, podemos chegar a conclusão de que os corpos pretos e marginalizados ainda padecem com a exploração, a discriminação e a coisificação por parte do sujeitos que são interpelados pelo discurso colonizador e pela legitimidade que esse discurso recebe por parte do Estado.

O período colonial deixou sementes no solo da cultura brasileira, essas sementes foram regadas pela reprodução de um discurso que ficou vivo e ganhou corpo com o passar do tempo. Ao crescer, o discurso colonial se apropriou do Estado, por isso é comum ver governantes com o discurso de ódio às minorias e aos marginalizados. É errôneo pensar que esse discurso colonial, que prega a existência de uma necropolítica, limita-se a atacar somente o povo negro e suas conquistas. Para o governo necropolítico, não são apenas as vidas negras que não importam, mas as vidas das mulheres, dos indígenas, a vida do público LGBTQIA+, a vida dos ribeirinhos, da floresta Amazônica e todos aqueles que não são rentáveis ao Estado.

Tanto os comentários das dimensões quanto os apontamentos feitos pelos estudiosos dos estudos pós-coloniais nos incentiva a questionar e a lutar por uma realidade em que a balança fique equilibrada. A luta contra o dinamismo da colonialidade e suas multifacetas exige uma postura que mostre a esse sistema colonizador que há vida, histórias e valores entre aqueles que esse sistema colonizador e necropolítico insiste em chamar de "exótico" e de "estranho" e isso, quando não faz referências aqueles que estão à margem como se fossem apenas números.

A essência colonizadora e o discurso necropolítico legitimam o racismo estrutural no Brasil e há uma série de fatores que exemplificam o fenômeno em questão. Com a disseminação desses discursos na sociedade, os sujeitos se retraem quando a temática em voga consiste em defender o direito das minorias, pois há uma crença que consiste em afirmar que os adeptos de tais causas são comunistas, esquerdistas e/ou racistas.

Mas, torna-se necessário salientar que esse discurso não passa de uma falácia visto que, por exemplo, ainda existe a minoria de pretos como representantes políticos no Brasil. Isso quer dizer que o poder sócio administrativo nacional ainda é dominado por brancos e isso

faz com que a maioria das políticas públicas sejam voltadas somente aos brancos, o que faz com que os pretos e demais minorias sejam descartados. A representação dos pretos na política, assim como a das mulheres, são lutas que precisam ser travadas para que haja igualdade material em nosso âmbito sociopolítico e cultural.

Sob o mesmo ponto de vista, também é possível pontuar o fato referente a quantidade de pretos que fazem parte do quadro social brasileiro, de acordo com o IBGE mais de 46% da população brasileira é constituída por pretos, contudo esse número é construído com base na autodeclaração de sujeitos que se declaram serem pretos ou pardos.

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística esse mesmo percentual corresponde a pobreza do Brasil, logo esse dado é mais gritante ao percebermos a relação entre os pretos no Brasil e os pobres, como ainda existe uma relação muito forte no que compete a importância do indivíduo com a quantidade de renda que o mesmo possui, fica claro por meio desses dados que os pretos ainda são marginalizados pela sua condição, mesmo sendo a maioria em nossa sociedade.

Na mesma linha de pensamento, um outro elemento que exemplifica a necessidade de combater constantemente o discurso colonial, podemos obter como exemplo a universidade e o sistema educacional de uma forma geral que não possui nas instituições de ensino professores pretos, mesmo o número de pretos no Brasil sendo significativamente maior do que o número de brancos. Nas escolas e universidades públicas e privadas essa realidade é cristalizada, o que acaba reforçando de forma silenciosa o racismo estrutural e o discurso colonial.

Esse ponto em questão mostra que os negros não apenas estão com dificuldades de ingressas no ensino superior, mas também têm cada vez menos motivações e oportunidades de graduação, mestrado e doutorado. Nesse contexto, podemos confirmar que existe uma elitização acadêmica, e ela é de cor branca. Sendo assim, o cenário pode explicar o motivo pelo qual não há pesquisas, projetos e/ou programas que visem combater os laivos do racismo e demais discriminações que são comuns na vida do preto na sociedade brasileira.

No que compete ao espaço virtual, pode-se perceber por meio das redes sociais como o facebook, o instagram, o twitter e outros, o real poder do discurso colonizador e racista que ainda permeia o ideológico nacional do Brasil. O ambiente online faz as pessoas acreditarem que são livres e o que elas postam não tem relevância. Logo, podemos perceber que os sujeitos pensam que estarão isentos de responder por seus pensamentos discriminatórios, xenofóbicos, machistas, homofóbicos e racistas.

Por fim, que esse texto possa ter despertado nos leitores uma sensibilidade que tenha feito com que o outro seja sentido e percebido, para que assim, a luta contra os produtos da colonialidade sejam combatidos por todos. A esperança é que as escamas da colonialidade possam ser arrancadas dos nossos olhos, para que juntos, consigamos lutar contra a barbárie que cerca o Brasil para que não sejamos mais uma Auschwitz na história.

## REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. O Mundo se Despedaça. 1. ed. São Paulo: Ática, 1983.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Por uma história acre:** saberes e sabores da escrita historiográfica. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs). Desde as Amazônias: colóquios. V. 2. Rio Branco: Nepan, 2014, p. 111-133.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO. Luiz Felipe. O **Pecado Original da Sociedade e da Ordem Jurídica Brasileira**. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 87, jul. 2010.

ARROYO, Miguel G. **Políticas Educacionais e Desigualdades:** À Procura de Novos Significados. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.31, n.113, p. 1381-1416, out-dez. 2010.

ASHCROFT, B. The Post-colonial Studies Reader, London: Routled. 1995.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro:** nação, identidades e pós colonialismo na literatura de Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARRETO, Paula Cristina Da Silva. **Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 39, 2015.

BARROZO, Paulo Daflon. **A idéia de igualdade as ações afirmativas.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 63, p. 103-141, 2004.

BASTOS, Eliane. Aplicação da lei de Cotas nos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Rondônia Campus Porto Velho: política de ação afirmativa por

justiça social com equidade. 2018. 347 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2018.

BARANZELI, Caroline. Universidade e relações raciais: a perspectiva de estudantes do curso Direito sobre as políticas de cotas raciais na UFRGS. 2014.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade líquida. Folha de São Paulo, v. 19, p. 4-9, 2003

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e poder:** a questão das cotas para negros. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 165-177, 2005.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Racismo e Desigualdade Racial no Brasil. In: DUARTE, Evandro C. Piza (coord.). Cotas Raciais no Ensino Superior: entre o jurídico e o político. Curitiba: Juruá, 2012. p. 27-56.

BERNARDINO, Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil.** Estud. afro-asiát. , Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, pág. 247-273, 2002. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0101-546X200200020002&lng=en&nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0101-546X200200020002&lng=en&nrm=iso</a>. acesso em 17 de outubro de 2020.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG,1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 39, p. 53-71, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, n. 74, p. 25-45, 2006.

BONNICI, Thomas. Conceitos chave da teoria pós-colonial. Maringá: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas. **O Pós-colonialismo e a Literatura:** estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2000.

BRANDÃO, André Augusto; DE MARINS, Mani Tebet A. Cotas para negros no ensino superior e formas de classificação racial. Educação e Pesquisa, v. 33, n. 1, p. 27-45, 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As Cotas na Universidade Pública Brasileira: Será esse o caminho?** 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais no 1 a 6/94.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Superior: entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas.** 2012. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntasfrequentes.html">http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntasfrequentes.html</a> Acesso: 30 de Novembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil">http://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/leis/L9394.htm>. Acesso: 30 de Novembro de 2019.

BRASIL.**Amostragem de Domicílio (Pnad). Rio de Janeiro,** 2015. Disponível em: <a href="http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000240524111020152">http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000240524111020152</a> 41013178959.pdf> Acesso: 30 de Novembro de 2019.

BRASIL.Ministério da Educação (MEC). **Portaria Normativa Interministerial no 18 de 11 de outubro de 2012.** Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\_18.pdf">http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\_18.pdf</a>>. Acesso: 30 de Novembro de 2019.

BRASIL.Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Comitê de estatísticas Sociais. Censo da Educação Superior.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <a href="https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/censo-da-educacaosuperior.html">https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/censo-da-educacaosuperior.html</a>>.Ace sso: 30 de Novembro de 2019.

BRASIL.Presidência da República. **Decreto no 7.824 de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm</a> Acesso:24 de Outubro de 2019.

BRASIL.Presidência da República. **lei no 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm</a>. Acesso: 30 de Novembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **lei de Diretrizes e Base de 1961** - lei 4024/61. Disponível:https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11628553/art-1-a-da-lei-de-diretrizes-e-base -de-1961-lei-4024-61. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Ações Afirmativas. 4. ed. São Paulo: LTr, 2016.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo.** Tradução de Anísio Garcez Homem.Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista brasileira de educação, v. 24, n. 1, p. 5-15, 2003.

COLAÇO, Thais Luzia. Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto.** In: Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2010.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros.** In: ROMÃO, Jeruse (coord.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. — Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 21-34.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania.** 1. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JR, João. **Ação afirmativa na revista Veja:** estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. Revista Compolítica, v. 2, n. 2, 2012.

DE LA CUEVA, Mário. **Derecho Mexicano del Trabajo.** 4. ed. México: Editorial Porrua S.A, 1954.

Dicionário online de Português . Disponível em: https://www.dicio.com.br/. Acesso em 05 de Agosto de 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Tradução de J.L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. Peau noire, masques blancs. Paris: Éditions du Sueil, 1952.

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas.** trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A. Ferreira, 2008.

FERES JR, João. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro hoje:** análise de desenho institucional 2011. Gemaa-Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa IESP/UERJ, 2011.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, Bia. **Cota Não é Esmola.** Estúdio Showlivre, 2018. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=QcQIa">https://www.youtube.com/watch?v=QcQIa</a> oHajoM>. Acesso em: 23 mar. 2020

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. In: Desenho da pesquisa qualitativa. 2009.

FLORESTAN, Integração do Negro na Sociedade de Classes. 3. ed. São Paulo: Àtica, 1978

FREIRE, Brena et al. Paixão, ciúme e traição: A "liquidez" das relações humanas no ciberespaço. Retirado em, v. 20, n. 02, p. 2014, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Tolerância. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FREIRE. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril, 1995.

GOMES, Joaquim Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas:** Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-58, 2003.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social:** a experiência dos EUA. Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Record, 2006

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. **Cotas Universitárias no Brasil:** Análise de uma década de produção científica. Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

GUIMARÃES, João Vitor Ramos. **O CARÁTER IGUALITÁRIO DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS.** Revista Ifes Ciência, v. 5, n. 2, p. 135-149, 2019. Graduações da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Disponível em:http://www.graduacao.unir.br/ . Acesso: 14 de Dezembro de 2020.

HALL, S. A Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C.(Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, CCBB, 1996. p. 235-249.

HAYEK, Friedrich August von. **Direito, legislação e liberdade:** uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, v. 3, 1985.

HOFBAUER, Andreas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 68, p. 9-56, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Analfabetismo** cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. 2018. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/2 1255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015. Acesso em 05 de Agosto de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. 2017. Disponível em: <a href="https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/18992-pnad-continua2016-51-da-populacao-com-25-anos-oumais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensinofundamental-completo">https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/18992-pnad-continua2016-51-da-populacao-com-25-anos-oumais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensinofundamental-completo</a>. Acesso em 05 de Agosto de 2019.

KAUFMANN, Ações Afirmativas à Brasileira: Necessidade ou Mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

KALAJA; P; BARCELOS, A. M. F. (Ed.). Beliefs about SLA: New Research Approaches. Dordrecht: Kluwer, 2003.

LARAIA, Roque De Barros. Cultura: um conceito antropológico. Zahar, 1999.

**Lei de Cotas para o Ensino Superior -** Portal do MEC. http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html. Acessado em 28 abr. 2019

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes De. **A Educação como prática de liberdade:** Uma perspectiva decolonial sobre a escola. Educação em Revista, v. 35, 2019.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sergio da Costa; SILVA, Paula Bacellar. **A implantação de cotas na universidade:** paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. Revista Brasileira de Educação, 2014.

LOURO, G. L. **Corpo, escola e identidade.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul./dez. 2000.

MACHADO, Lia. Zanotta. Estado, Escola e Ideologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACIEL, Antônio Carlos. A Incansável Luta da Escola Pública Contra o Diabo às Portas do Inferno. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Ano 6, v. XI, n. 2, p. 74-106, jul-dez. 2013.

MADEIRA, Rafael Machado; DA SILVA TAROUCO, Gabriela. **Esquerda e direita no Brasil:** uma análise conceitual. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15, 2011.

MALDONADO T, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser:** contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MANNONI, Octave. **Prospero and Caliban:** the psychology of colonization. New York: A Prager, 1964.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** Departamento de Ciência de Computação e Estatística—IBILCE—UNESP, p. 1-17, 2012.

MBEMBE, A. Necropolítica. Arte & Ensaios, (32), 123-151. 2016.

MELLO, Luciana Garcia de. **Da crítica à política. Tensões entre reconhecimento e democracia racial na política de cotas da Ufrgs.** Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 17, n. 2, p. 304-323, 2017.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. **Ótica Constitucional:** a Igualdade e as Ações Afirmativas. In: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Seminário Nacional Discriminação e sistema Legal Brasileiro. Brasília, 2001.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador.** Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 5-10, 2008.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

Mundo educação . Disponível em: https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/. Acesso em: 22 de Setembro de 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

NENEVÉ, M. Uma visão geral sobre a Teoria do Pós-Colonialismo e sua contribuição para os estudos em educação. Saber da Amazônia, Porto Velho, v. 3, p. 156-167, Julho 2006.

NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia Maria Gomes. **Pós-colonialismos:** promovendo diálogos. In: WENSING FERREIRA, Carlos Roberto; PISSIANTI, Larissa Gotti; FERREIRA, Uryelton de Souza. (Org.). **Pós-colonialismos:** uma leitura política dos textos literários. 1ed. São Carlos: Editora Scienza, 2016, v. 1, p. 11-22.

NERY, Maria Da Penha; COSTA, Liana Fortunato. **Afetividade entre estudantes e sistema de cotas para negros.** Paidéia (Ribeirão Preto), v. 19, n. 43, p. 257-266, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** Educ. rev. , Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abril de 2010. Disponível<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-46982010000100">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-46982010000100 002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 de outubro de 2019.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. **Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS.** Horizontes Antropológicos, n. 49, p. 339-374, 2017. **ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris – França, 1948. Disponível em: < <a href="http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf">http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf</a>>. Acesso em 05 de Agosto de 2019.

ORTIZ, Carlos Eduardo Do Vale. **Docência e colonialidade:** É possível haver libertação?. Revista SURES, v. 1, n. 14, 2020.

PINTO, L. A. C. **O Negro no Rio de Janeiro:** relações de raças em uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos e o Direito Constitucional Internacional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PRATT, Mary L. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. **Sistema de cotas:** um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO,, p. 227-278, 2005.

QUIJANO. Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTROGÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROSEVICS, Larissa. **Do pós-colonial à decolonialidade.** In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). Diálogos internacionais:reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SAID, Edward W. Orientalismo. Feltrinelli Editore, 1999.

SANTOS, Boaventura De Sousa; PAULA, Meneses Maria. **Epistemologias do sul.** Cortez Editora, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dilemas do nosso tempo:** globalização, multiculturalismo e conhecimento. Educação & Realidade, v. 26, n. 1, 2001.

SANTOS, Marzo Vargas; NETO, Vicente Molina. **Aprendendo a ser negro:** a perspectiva dos estudantes. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 143, p. 516-537, 2011.

SANTOS, S. P. **Os "intrusos" e os 'outros" oxigenando a universidade:** por uma relação articulada entre raças e classe nas ações afirmativas. Espírito Santo (ES): Revista Simbiótica, vol. 2, n. 1, p.106-126. 2015.

SCHWARZ, Bill. Where is cultural studies?. Cultural Studies, v. 8, n. 3, p. 377-393, 1994.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação. Editora da ULBRA, 2005.

SILVA, Flávio Brandão; BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Crenças e Atitudes Linguísticas: o que pensam os alunos de Letras sobre o ensino de Língua Portuguesa. Letras & Letras, v. 31, n. 2, p. 61-85, 2015.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.** Saraiva Educação SA, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Editora UFMG, 2010.

TAGLIANI, Dulce Cassol; MORENO, António. AS CRENÇAS DE ESTUDANTES PORTUGUESES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO VIÉS DA LINGUÍSTICA CULTURAL. Caminhos em Linguística Aplicada, v. 22, n. 1, p. 114-138, 2020.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. NECROPOLÍTICA E RACISMO: A COLONIZAÇÃO DA FAVELA COMO POLÍTICA DE ESTADO-MILÍCIAS E GOVERNO BOLSONARO. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 179-199, 2020.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano et al. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 473-495, 2006.

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu:** análise da Universidade Federal do Paraná. Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 171, p. 86-108, 2019.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. **Porto Alegre: UFRGS**, 1998.

WEDDERBUN, Carlos Moore. **Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações.** In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.).Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 307-334.

WUCHER, Gabi. **Minorias: proteção internacional em prol da democracia.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias.** Lua Nova, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ZANOTELLI, Jandir João. **Educação e descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v. 23, n. 53, maio/ago., 2014, p. 491-500. Disponível em: <a href="http://periodicoscientifi">http://periodicoscientifi</a> cos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/viewFile/1749/131>. Acesso em: Abril de 2019

#### **ANEXOS**

## Anexo I - Cometários da primeira dimensão: Igualdade e Justiça

C1: "Parabéns ao governo eu sou a favor de acabar com privilegiativos de cotas, afinal
todos são iguais e tem a mesma capacidade"
C2: "Só no Brasil que tem hipocreta, cota porque se samos todos iguais, tem negro
pobre e também brando, aonde fica o direito dos branco, samos raça humana."
C3: "Um doutorando que precisou fazer o uso de cota racial. Fica a dúvida da
qualidade do estudo. É o fim da picada que ainda tem muitas pessoas que defendem
cota racial. Programas socioeconômicos SIM. Cota racial NÃO."
C4: "Negros ou brancos com condições financeiras boas são pessoas iguais. Negros ou
brancos com condições financeiras ruins são pessoas iguais. Sou a favor de cotas , mas
não cotas raciais e sim para os menos favorecidos e para os deficientes físicos. Quem
era para ter direto as cotas seriam todos os estudantes da escola pública , pessoas que
moram em comunidades pessoas de baixa renda O maior preconceito é separar o
cidadão entre raças."
C5: "Também penso assim, se for ver pelo sistema de cotas o branquinho que nasceu
na favela ta lascado, porque não tem poder financeiro para se custear e nem entra nas
cotas por não ser negro nem deficiente, olha a contradição, cotas para pessoas pobres
concordo."
C6: "Vai estudar para passar ,o melhor passa simples assim como todo país
desenvolvido."

☐ C7: "MEC com sua postura racista de colocar negro e índio pela porta dos fundos... Se

tu já fez graduação então já está nivelado pelo conhecimento..."

☐ C8: "Cadê a igualdade??? Isso é discriminação. Existir cotas é dizer que pessoas de raça, cor, etnias diferentes não são capazes de passar em um vestibular, concurso, entre outros. Isso também é discriminação. Todos são iguais, independente de sexo, cor, credo....." ☐ C9: "eu pelo menos nao precisei de ajuda de "lei" pra passar em concursos, passei por meritos, logo, essa "lei" so mostra que algumas raças precisam de "ajudinha" pois nao sao inteligentes a ponto de se passarem sozinhas..." ☐ C10: "As universidades públicas preparam os estudantes para serem acadêmicos, não inserem no mercado de trabalho. Falo isso por experiência própria. As cotas fazem com que gente menos preparada entre, piorando ainda mais os índices de reprovação de alguns cursos. Apenas esforço não resolve. Quem passa necessidade financeira precisa de emprego, não de um curso de graduação voltado pra quem quer ser acadêmico. Cotas para cursos técnicos fariam mais sentido. Além disso, não precisamos nem dizer que segregar as pessoas em raças vai piorar ainda mais o racismo." ☐ C11: "Sou contra cotas, pois estas são uma forma de descriminação racial, eu pobre não tenho diferença nenhuma de um negro pobre. Sou a favor de uma educação pública de qualidade que de o mesmo nível de educação a todos que queiram estudar. Mesmo por que nasci pobre, sou pobre e nem por isso deixei de cursar uma universidade, trabalhando de dia e estudando a noite por 5 anos para pagá-la, se eu ficasse chorando esperando pelo Estado estaria até hoje esperando." ☐ C12: "Quando eu acho que já vi de tudo vejo essa noticia. COTA em Pós Graduação kkkkkkkkkkk e o cúmulo mesmo." ☐ C13: "COTAS para PÓS-GRADUAÇÃO é uma piada qual a JUSTIFICATIVA ? O cara é negro, consegue uma vaga por cotas em uma escola pública, fica lá 5 anos estudando e não consegue obter o MÉRITO, assim no futuro teremos MAIS DESQUALIFICADOS atuando como professores no ensino superior." ☐ C14: "Volta o combate a discriminação com discriminação. A competência volta ao segundo plano." ☐ C15: "Quando temos um avanço revogando essas cotas ridículas logo retrocedemos com a revogação. Até quando seremos covardes de deixar permanecer essas cotas? Coragem para acabar com isso." ☐ C16: "Esse negócio de cotas para concurso público tem mesmo que acabar, um

absurdo isso! Todos são iguais perante a lei."

☐ C17: "cotas,porque?qual a diferença entre raças?nao tem que ter cota para ninguem, isso sim eu chamo de racistas, (que repudiu) todos somos iguais, entao tudo tem que ser igual para todos,cada um busca oque quer para si,pelo seu esforço,dedicação e percistencia,ninguem tem que ganhar nada sem ao menos merecer,tem que parar com esse mimimi!!!" □ C18: "COTAS PARA NEGROS É RACISMO !! NEGROS SAO IGUAIS A BRANCOS !! NÃO PRECISAM DE PRIVILEGIOS !! FIM AO RACISMO OFICIAL!!" ☐ C19: "Só se justifica COTAS pra comprovada POBREZA não importando raça nem etnia. Cotas pra raças é racismo oficializado." ☐ C20: "O país nessa situação por essas atitudes, quere dar vaga especial para esse ou aquele, aí tá o verdadeiro racismo, deficiente é louvável, agora outros motivos é hipocrisia." ☐ C21: "Cotas raciais, é racismo." ☐ C22: "Patifaria este negocio de cotas, meu pai é negro e não é burro então não precisa de cotas, negro é inteligente cota é uma forma de racismo, invenção do governo passado para levar dinheiro para cuba!" ☐ C23: "Cotas são para pessoas burrras que utilizam o subterfúgio da cor, etnia, orientação sexual, para justificar sua condição acéfala," ☐ C24: "Eu, particularmente, não apoio as chamadas "cotas raciais". Deveria ter acesso à universidade, aquele aluno que tivesse competência e conhecimento." ☐ C25: "Cotas é para país onde o coitadismo impera, como é o caso do Brasil." ☐ C26: "Não são todos iguais ? e querem incentivo de cotas pra quê? quem está aplicando discriminação não é quem está dando a esmola e tirando selfie ? tem que acabar com as cotas mesmo !!! e s cada um consegue sua vaga por mérito e não por esmola! no sistema todos são apenas numeros, o que acaba com a tese de racismo!!" ☐ C27: "Daqui a pouco tem cota até pra boióla!" ☐ C28: "...cotas,,?????,quem realmente quer estudar não precisa de cotas,,precisa mesmo é de vontade de ir a luta, a cota só rebaixa a pessoa, mostra que ela não tem capacidade por si própria,,,,o sistema de cotas no Brasil só mostra a incapacidade de uma pessoa de enfrentar seus problemas cotidianos,,,,,temos racismo no brasil sim, e muito.....mas a pior forma de mostrar o racismo é esfregar na cara de qualquer pessoa,, preto, indígenas, pardos, brancos, azuis que eles não tem capacidade própria, que sem

minorias,,!" ☐ C29: "Não existe povo indígena, povo afrodescendente, povo quilombola; existe apenas um povo: o brasileiro. Ademais, como pode haver cotas em um país onde a maioria da população é parda/negra? O (a) cidadão (ã) entra na universidade usando as cotas, presta concurso usando cotas, faz pós-graduação usando cotas, poxa, assim está fácil." ☐ C30: "Eu quero cota pra mim também! Só pra mim. Sou ruivo vermelho. Sou mais minoria que qualquer um e não há quem me defenda. Eu exijo! É uma sacanagem essa história. Quer ajuda na escola? OK, mas na pós, mestrado, doutorado? ... Ué! Se vira! Vai estudar!" ☐ C31: "Negros, deficientes físicos, índios por terem essa cobdicao5( de nascença) foi institucionalizado no Brasil será sempre considerado inferior intelectualmente mesmo depois de graduado. Recebem essas esmolas(cotas), e ainda tem gente que defende essa discriminação. Em tempo sou negro e tenho graduação superior sem ter precisado dessa " bolsa educação ". ☐ C32: "ARTIGO 5 Todos são iguais sem distinção de qualquer natureza,portanto cotas raciais vão contra a constituição!No Brasil existe brancos,índios e negros pobres!Se o governo quer melhorar a qualidade da educação, melhore a qualidade das escolas públicas! Agora cotas para pós graduação isso já é MALANDRAGEM, estão querendo é levar vantagens!" ☐ C33: "Temos que acabar no Brasil todo tipo de cota, isso esta acabando com os Brasileiro, somente ter um rotulo que entrou em uma faculdade através de cota já é um modelo de denegrir a imagem de uma pessoa. Vamos acabar com as cotas no Brasil" ☐ C34: "Jamile, todos nos somos iguais perante a lei, cota torna as pessoas desiguais. (não existe branco, preto, amarelo, japonês, italiano etc... existe pessoas e todos tem que lutar por um lugar ao sol)" ☐ C35: "Parabéns. O povo já tem vantagem em não ter mérito total para entrar e não quer pagar ou passar numa prova depois de estudar de igual para igual, ali acaba a diferença, não tem que ter cota, ou sabe ou paga." ☐ C36: "É cota para negros, quilombolas, indigenas, pardos, louros, morenos, azuis, ativistas, blogueiros, artistas. A que ponto chegamos. Vai ter época em que quem

estuda prá valer não vai ter chance de entrar na universidade."

a tal cota não serão ninguém....aahhh esqueceram os ruivos,,,pois eles sim são

- C37: "Que país é esse? Absurdo esse vitimismo. Poxa, cota para Pós-Graduação? Se a pessoa é formada em curso superior e não tem condição de entrar em um curso de pós graduação por meritocracia e capacidade, então não sei porque ela existe. Cotas por raça oficializam o racismo dizendo que o Negro é menos inteligente que o Branco, apesar de todos nós sermos vira-latas. Para índios, que já não são índios faz tempo, exploram as terras, cobram pedágios dos turistas, não pagam impostos, etc. Entretanto vivem nas grandes cidades e arredores, falam português, usam camiseta de banda de rock, possuem automóveis, etc. O único que talvez enquadraria seria os deficientes, mas com algumas ressalvas. Por isso que o país não vai para frente. Muitos direitos e poucas obrigações."
- ☐ C38: "Perfeito, esse tem coragem de enfrentar a hipocrisia e o exagero do politicamente correto terrorista!"
- □ C39: "Eu tenho nível superior e pós graduação. E tenho ascendência africana. Jamais invoquei as cotas. Como tal, e para mim, opino que as cotas diminuem o valor da pessoa humana de cor negra, como se esta precisasse de muletas para se colocar ao lado das demais pessoas. Além disso, fere o amor à pátria, colocando brasileiros contra brasileiros, convertendo-nos todos em massa de manobra de políticos entreguistas, que sonham em ver o povo brasileiro sob cabresto estrangeiro."
- □ C40: "E ele está certo!!! Uma vez que o até então cotista cursou uma universidade COMO TODOS OS OUTROS COLEGAS em seu curso, ele estará em condições como quaisquer outros de concorrer a vaga na pós graduação...Daqui a pouco teremos reserva de vagas em estacionamento e até em lugar na fila do supermercados para negros, indígenas e qualquer pessoa que se julgue "minoria"..."
- C41: "O de sempre: vitimismo oportunista em busca de alguma mamata !!! Revogado em boa hora !!! E precisa para com esta palhaçada de autonomia das universidades. Funcionários e serviços públicos pagos com o nosso dinheiro e com este pessoal se julgando donos dos postos e instituições onde trabalham? Autonomia com critérios de boa governança fiscalizado por quem paga tudo bem mas fora disto não tem cabimento este bando de esquerdistas querer ser dono do que é pago com o nosso dinheiro!!"
- ☐ C42: "Melhor ministro da história do Ministério da Educação !!! Parabéns, afinal cota é racismo declarado e vergonha ..."
- ☐ C43: "Esta certo, tem que cortar mesmo, nada de privilegio e assistencialismo. acho que demorou ".

☐ C44: "Sim, igualdade para todos, cada um que faço o seu melhor e direitos iguais." ☐ C45: "Concordo e que bom é a igualdade para todos e cada um tem o direito de buscar o que melhor lhe for." ☐ C46: "Parabéns Ministro! Ótima decisão! Precisamos acabar com esses favorecimentos para raça negra! Além de ser inconstitucional é imoral!" ☐ C47: "E Weintraub está certo! As ditas cotas não resolvem o problema. A medida correta é a melhora na qualidade do ensino desde o Nível Básico. A soma de impostos pagos no Brasil deveria resolver esse problema, mas como boa parte do dinheiro do trabalhador, convertido em impostos, é desviado por políticos corruptos, com apoio de uma parcela de eleitores incapazes de raciocinar corretamente, a qualidade da educação não melhora. Assim, a medida alternativa e emergencial é criar cotas universitárias para pessoas pobres. Ora, se existem pobres de todas as etnias, para que criar cotas com base na cor dos indivíduos, privilegiando uns e excluindo outros? Se são todos pobres, não há sentido nisso. Tal tratamento fere a dignidade de negros e índios, pois os coloca como se fossem inferiores aos demais seres humanos, o que não é verdade, pois independente da cor de sua pele ou ancestralidade são capazes por si mesmos e não precisam ser tutelados por ninguém." ☐ C48: "Não gosto desse governo, mas isso é excelente. Quem deve ter cota são pessoas pobres independentemente da raça. Parabéns" □ C49: "ESSA HISTÓRIA DE COTAS, É UMA DISCRIMINAÇÃO CONTRA BRANCOS, JAPONESES, CHINESES, COREANOS, INDIANOS, ETC., QUE TAMBÉM DEVERIAM TER COTA. ESSE TIPO DE DISCRIMINAÇÃO, ACIRRA DISCUSSÕES E É FEITA PARA PREJUDICAR QUEM NÃO É NEGRO." ☐ C50: "PARABÉNS AO MINISTRO PELA CORAGEM! COTAS SÓ AUMENTAM O RACISMO ESTRUTURAL E VEJO BRANCOS DE OLHOS CLAROS SE AUTO DECLARANDO NEGROS PARA TEREM ACESSO - UM PAÍS MISCIGENADO COMO O NOSSO, ESSA POLITICA ESQUERDISTA, SERVE APENAS COM

## Anexo II - Cometários da segunda dimensão: Obscurantismo

FINS ELEITORAIS!!!"

☐ C1: "Negros ou brancos com condições financeiras boas são pessoas iguais. Negros ou brancos com condições financeiras ruins são pessoas iguais. Sou a favor de cotas , mas

não cotas raciais e sim para os menos favorecidos e para os deficientes físicos. Quem era para ter direto as cotas seriam todos os estudantes da escola pública , pessoas que moram em comunidades .. pessoas de baixa renda .. O maior preconceito é separar o cidadão entre raças".

- ☐ C2: "Também penso assim, se for ver pelo sistema de cotas o branquinho que nasceu na favela ta lascado, porque não tem poder financeiro para se custear e nem entra nas cotas por não ser negro nem deficiente, olha a contradição, cotas para pessoas pobres concordo."
- □ C3: "As universidades públicas preparam os estudantes para serem acadêmicos, não inserem no mercado de trabalho. Falo isso por experiência própria. As cotas fazem com que gente menos preparada entre, piorando ainda mais os índices de reprovação de alguns cursos. Apenas esforço não resolve. Quem passa necessidade financeira precisa de emprego, não de um curso de graduação voltado pra quem quer ser acadêmico. Cotas para cursos técnicos fariam mais sentido. Além disso, não precisamos nem dizer que segregar as pessoas em raças vai piorar ainda mais o racismo."
- ☐ C4: "Até hoje não vi cotas para quem realmente necessita: OS POBRES."
- ☐ C5: "Só se justifica COTAS pra comprovada POBREZA não importando raça nem etnia. Cotas pra raças é racismo oficializado."
- ☐ C6: "Sou a favor de quotas sociais ,isto é condições financeiras para todos ,independente da raça."
- □ C7: "Direito de um povo deve ser para todos, para tudo na vida deve-se escolher, porque temos que garantir para uns e não para todos? Uma cota que tem como critério algo que nao vai mudar não é benéfico, uma pessoa que nao consegue concorrer para uma mesma vaga porque nao teve condições financeiras para ser minimamente competitiva é prejudicada pela condição financeira e nao pela sua cor. Cota deve ser definida por algo que pode ser compensado e nao por uma caracteristica. Um negro pobre nao tem acesso a curso superior porque é pobre, nao porque é negro, um branco pobre nao consegue uma vaga na faculdade porque é pobre, nao existe nenhum criterio de seleção na hora do vestibular, a criação de cotas que criou esse segmento. Injustiça social é permitir que um negro rico ocupe o lugar de um negro pobre, inacreditavel que tenha pessoas que acreditam que esse tipo de cota é justa".

## Anexo III - Cometários da terceira dimensão: Ações governamentais

- C1: "PT, PSOL, PCDOB, REDE, PSB, PDT usam as mesmas picaretagens do dos ideais abomináveis do COMUNISMO e do MARXISMO!!! ACODEM! Não votem em ninguém da extrema esquerda! os partidos políticos de esquerdas tem atacado a Polícia e as Forças Armadas como BITUBUS ferozes. A ESQUERDA EXTREMISTA RADICAL TEM GLORIFICADO ABERTAMENTE O COMUNISMO BASTA VER NOS PROTESTOS QUE ELES FAZEM EM PRENA LUZ DO DIA".
- □ C2: "A MÍDIA É CONTROLADA PELOS PARTIDOS POLÍTICOS DA EXTREMISTAS DA ESQUERDA COMO PT, REDE, PSB, PDT, PSOL, PCDOB.... BASTA VER CLARAMENTE O ATIVISMO POLÍTICO DOS MINISTROS DO STF APADRINHADOS PELO PT E PELA ESQUERDA EXTREMISTA BASTA VER TAMBÉM QUE A REDE GLOBO É TOTALMENTE CONTROLADA PELAS IDEOLOGIAS COMUNISTAS E MARXISTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS COMUNISTAS DA ESQUERDA".
- □ C3: "OS PARTIDOS POLÍTICOS COMUNISTAS DO BRASIL PT, PSB, PDT, REDE, PSOL, PCdoB, PSOL, PCO, ESTÃO TODOS MINANDO A DEMOCRACIA NO BRASIL E DEIXANDO O BRASIL A BEIRA DO COMUNISMO E DE SER COMUNISTA. ACODEM PARA A REALIDADE! O LULA LADRÃO, A MARINA SILVA, O CIRO GOMES SÃO EXTREMISTAS RADICAIS ASSIM COM OS XIÍTAS."
- □ C4: "O PT detonou com a qualidade da educação pública, e o governo Bozo está adorando deixar como está. Tenho forte convivência neste meio, e alunos hoje recebem diploma de ensino médio sem saber 50% do que os que se formavam há 50 anos atrás. Chegam na faculdade privada e são aprovadas por uma necessidade financeira das mesmas, de manter alunos para dar lucro. E os cursos de EAD então, fraquíssimos. Não é à toa que Bozo virou presidente."
- ☐ C5: "Meu irmão se formou no ensino médio em 2008 com 6 meses de aula em um supletivo, e se ele esteve presente em 30 % dos dias letivos nesses seis meses foi muito. Para vocês verem o nível de edução que governos querem dar para virar estatísticas que a maioria tem 2 grau…"
- ☐ C6: "A educação de base (principalmente a pública) está em níveis catastróficos. Hoje, alunos saídos do segundo grau não sabem o básico de português, matemática, história, ciências. O número de redações com nota zero aumenta a cada ano. O que deveria ser feito é melhorar a qualidade de ensino de primeiro e segundo graus para

TODOS terem condições de entrar para uma universidade. O nivel é cada vez mais baixo e o pior, o aluno de hoje com enormes deficiências, será o professor universitário de amanhã."

- □ C7: "Somente os esquerdistas desses partidos políticos comunistas PT, PSOL, PDT, PSB, REDE, PCO, PCdoB, concordam com todas as pautas da esquerda comunista e liberal de tudo que é estrume: 1- Só Vidas negras importam. 2-Destruição da vida através do aborto. 3- Fazer dos índios um povo isolado do povo brasileiro. 4-Desvalorizar e atacar e criminalizar a Polícia. 5-Lutar pela luta de classes no Brasil e colocar os pobres contra os ricos e atacar democracia. 5- Casamento de mulher com mulher 6- Defender a ideologia de gêneros, um só banheiro para meninos e meninas usarem juntos."
- □ C7: "A estrutura do ministério da educação está tomada por comunistas e petistas, por isso a educação no Brasil vai ser sempre uma m\*\*\*\*\*\*, seja qual for o governo ou ministro. Desde o ano de 2003 o orçamento do ministério quintuplicou, mas isso em nada adiantou, pois o Brasil ocupa os últimos lugares em todos os critérios internacionais de avaliação, como o PISA, por exemplo. É simplesmente vergonhoso! E a pergunta que fica é: pra onde foi todo esse dinheiro mal investido??"
- ☐ C8: "E mais ainda, o maior desastre é quando pessoas tidas como "especialistas e doutrores" vem a público defender esse modelo fracassado de educação, logo pessoas de quem se espera que tenham bom senso, discernimento e conhecimento, pelos títulos que ostentam."
- ☐ C9: "PT DO LULA LADRÃO APARELHOU TODAS AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS COM SUAS IDEOLOGIAS MARXISTAS E COMUNISTAS POR ISSO ESSA TERRÍVEL DOUTRINAÇÃO E ESQUERDISMO POLÍTICO EM TODAS AS UNIVERSIDADES DO BRASIL."
- ☐ C10: "O PT DO LULA LADRÃO detonou com a qualidade da educação pública EM GERAL"
- ☐ C11: Patifaria este negocio de cotas, meu pai é negro e não é burro então não precisa de cotas, negro é inteligente cota é uma forma de racismo, invenção do governo passado para levar dinheiro para cuba!"
- ☐ C12: "Felizmente no Brasil, não é todo afrodescendente que se deixa pautar pelos delírios da esquerda, que se arvora de defensora dos negros enquanto apoia o criminoso regime cubano cuja característica é a exploração da maioria negra por uma

elite minoritária branca que controla o regime. Quem se deixa pautar pelos outros, em troca de "benefícios", acaba como essa maioria cubana."

- □ C13: "O sistema de cotas é uma excrecência criada pelos lideres esquerdistas ,os mais populistas que detém o poder. Querem corrigir o erro de uma educação falha com outro erro , fazendo com que pessoas não aptas a cursar determinados cursos e níveis , sejam aceitas por meio de cotas . Se aplicassem o dinheiro do contribuinte na educação básica todos teriam condições de disputar uma vaga nas universidades em condições de igualdade."
- C14: "PRÓXIMOS PASSOS DA ESQUERDA: 1. EXIGIR EMPREGOS PARA PÓS GRADUADOS COTISTAS NA INICIATIVA PRIVADA E, POR FIM, 2. EXIGIR QUE AS PESSOAS TRATEM COM OS COTISTAS! A ÚNICA EXCEÇÃO SERÁ ABERTA AOS POLÍTICOS DE ESQUERDA QUE TERÃO DIREITO DE ESCOLHA! NO CASO DE PROBLEMAS DE SAÚDE, OS POLÍTICOS DE ESQUERDA SERÃO TRATADOS NO SÍRIO-LIBANÊS OU ALBERT EINSTEIN, POR MEDALHÕES DA MEDICINA, COM DIREITO A FURAR QUALQUER TIPO DE FILA! A ESQUERDA BRASILEIRA É PATÉTICA!"
- ☐ C15: "E como esquerdista nenhum sabe que o problema na educação não são as cotas, mas a péssima qualidade do ensino no país, ele fica fazendo papel de bobo pedindo cotas para políticos, cuja corrupção extravagante impede a melhora no sistema de educação, que garantiria aos pobres de todas as etnias maiores chances na disputa pelas melhores vagas universitárias."